

ANA CAROLINA FERACIN DA SILVA

De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Clementina Pereira Cunha.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 de fevereiro de 2006

BANCA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Hebe Maria Mattos — Universidade Federal Fluminense, UFF

Prof^ª. Dr^ª. Joseli Nunes Mendonça — Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP

Prof. Dr. Sidney Chalhoub — Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP

Prof^ª. Dr^ª. Elciene Azevedo — Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, CECULT- UNICAMP.

Prof^ª. Dr^ª. Silvia Hunold Lara — Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (suplente).

Prof. Dr. Leonardo Affonso M. Pereira — Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (suplente).

Prof^ª. Dra. Keila Grinberg — Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (suplente).

Fevereiro, 2006

UNIDADE PC
Nº CHAMADA TUNICAMP
S.38d
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 67855
PROC 16.123.06
C _____ D 1
PREÇO 11,00
DATA 06/4/06
Nº CPD _____
BIB ID. 376953

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Si38d

Silva, Ana Carolina Feracin da

De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição : a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX / Ana Carolina Feracin da Silva. - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Patrocínio, José do, 1853-1905. 2. Memória - História.
3. Escravidão. 4. Imprensa - Rio de Janeiro (RJ) - Séc. XIX.
5. Abolicionistas. 6. Brasil - História - Abolição da escravidão -
Séc. XIX. I. Cunha, Maria Clementina Pereira, 1949-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Memory - History
Slavery
Press - Rio de Janeiro (RJ) - 19th
Abolicionists
Brazil - History - Abolition of
slavery - 19th century

Área de Concentração: História Social

Titulação: Doutorado em História

Banca examinadora: Profª Drª Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)
Profª Drª Hebe Maria Mattos
Profª Drª Joseli Nunes Mendonça
Prof. Dr. Sidney Chalhoub
Profª Drª Elciene Azevedo
Profª Drª Sílvia Hunold Lara (suplente)
Prof. Dr. Leonardo Affonso M. Pereira (suplente)
Profª Drª Keila Grinberg (suplente)

Data da defesa: 23 de fevereiro de 2006.

ANA CAROLINA FERACIN DA SILVA

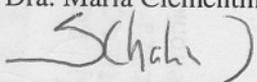
De "papa-pecúlios" a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX.

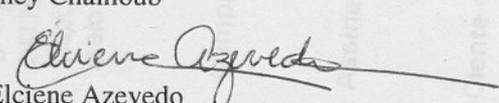
Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha.

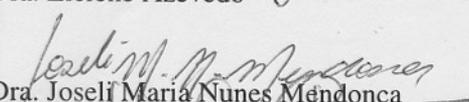
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 / 02 / 2006

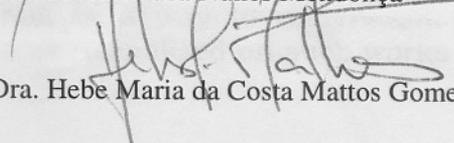
BANCA


Prof. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)


Prof. Dr. Sidney Chalhoub


Prof. Dra. Elciene Azevedo

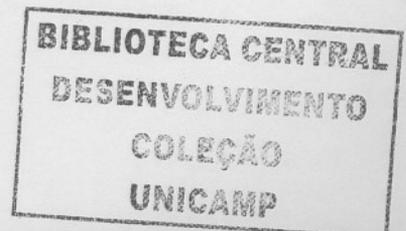

Prof. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça


Prof. Dra. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (suplente)

Prof. Dra. Silvia Hunold Lara (suplente)

Prof. Dra. Keila Grinberg (suplente)



RESUMO

Esta tese estuda a trajetória social do jornalista José Carlos do Patrocínio (1854-1905). Reconhecido como um dos baluartes da campanha abolicionista na corte imperial, Patrocínio teve uma vida intensa e bastante atribulada no mundo da imprensa do fim do século XIX. Além de jornalista, folhetinista, e cronista político, ele também foi proprietário e editor de dois jornais da Corte entre as décadas de 1880-1890. Profundamente envolvido nas questões políticas e sociais de seu tempo e inserido em várias polêmicas, Patrocínio é uma chave de acesso à problematização e compreensão de algumas circunstâncias históricas do período. Além de todo debate em torno da abolição e da campanha pela república, a experiência pessoal de Patrocínio torna-se o próprio foco de análise. Desta maneira, um dos principais objetivos da pesquisa é recuperar e tentar compreender os caminhos efetivamente percorridos e os possíveis de serem trilhados por um jovem negro, pobre, filho de um vigário com uma de suas escravas, num mundo marcado pelo trabalho compulsório. Por outro lado, a análise também se volta a atravessar o denso cipoal de imagens que se cristalizou sobre Patrocínio ao longo de um processo de embates e acomodações da memória. Neste sentido, atenção especial tem sido dedicada às principais biografias e memórias sobre ele de forma a entender os mecanismos pelos quais a sua legenda “abolicionista” ficou perenizada em tais obras — sendo recorrente também na historiografia.

ABSTRACT

This essay studies the social path of the journalist José Carlos do Patrocínio (1853-1905). Recognized as one of the epitomes of the abolitionist campaign in the imperial court, Patrocínio had an intense and complicated life within the press world in the end of the 19th century. Besides being a journalist, a political critic, and writing feuilletons, he was also the owner and editor of two newspapers between the 1880's and 1890's. Profoundly involved both in the political and social questions of his time and in some polemical issues, Patrocínio is a key to access and comprehend some historical circumstances of that period. This analysis focuses not only on the debate on the abolition and campaign for the republic, but also – and mainly – on the personal experience of Patrocínio. Therefore, one of the core issues of the research is to recover and try to understand the paths that were effectively traced and the possible ones to be followed by a poor, young, black son of a vicar and one of his slaves in a world marked by compulsory work. On the other hand, this thesis also aims at analysing a myriad of crystallized images about Patrocínio during a process of contests and accommodations of memory. On this matter, a special attention was dedicated to the main bibliographic works and memories about him in a way to understand the mechanisms by which his “abolitionist” legend was eternalized on such works – being recovered also in the historiography.

Agradecimentos

No último ano, quando o trabalho de redação da tese entrou na sua fase mais difícil, eu disse muitas vezes que a parte dos “agradecimentos” seria a mais tranqüila de se fazer. Ao menos me confortava a idéia imaginar que naquele momento eu já estaria com a tese pronta. Mas, chegada tão esperada hora, vejo o quanto é difícil preencher esse espaço.

Muita coisa aconteceu desde o início do doutorado em 2001. Muitas pessoas chegaram, outras passaram, amigos foram e voltaram, assim como minha disposição foi e voltou também em alguns momentos. Mas, o fascínio pela pesquisa sempre persistiu. Tanto, que a possibilidade de me aproximar e saber sempre um pouco mais da história de vida de José do Patrocínio adiou várias vezes o tão esperado ponto final.

O apoio financeiro da FAPESP foi fundamental para a realização desse trabalho. Graças a ele foi possível visitar os arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro e me dedicar por um bom período na busca de todo tipo de fonte documental. Não posso deixar de registrár também o auxílio posterior do Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX), ligado a Unicamp, que financiou providencialmente a etapa final do trabalho. Agradeço portanto as duas agências, sem as quais a viabilização dessa tese teria sido muito difícil.

Num dos períodos de pesquisa no Rio estive em companhia da minha eterna amiga Eneida, fazendo ela também sua própria pesquisa. Cúmplice e companheira divertidíssima de todas as horas, boas e ruins, desde os tempos de graduação, Eneida acompanhou todas as etapas do trabalho, sempre perguntando e comentando — fazendo inclusive a edição das imagens que

ilustram a tese, tarefa que merece um agradecimento mais que especial. Nos últimos dez anos fizemos muita coisa juntas, estudamos na madrugada, rimos muito, choramos às vezes (mas uma de cada vez), praguejamos os “amores”, reclamamos da vida, bebemoramos tudo e todos, mas Eneida sempre teve uma palavra amiga a mais, e além.

Ainda durante o tempo de pesquisa no Rio pude contar com o auxílio técnico dos bibliotecários e arquivistas da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional e da Academia Brasileira de Letras. Prestativos e interessados, eles foram um referencial importante nas vezes que eu me via perdida em meio a uma quantidade enorme de fontes documentais. Na Unicamp, o meu “muito obrigado” vai novamente (como foi no Mestrado) para todo o pessoal do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) — que se tornou quase uma sucursal de minha própria casa em alguns momentos da pesquisa.

A convivência com a turma toda do doutorado durante o período dos cursos sempre foi gratificante. Cláudia Leal, Roberto e Daniel (os “moços” de Brasília), Maria Cláudia e Luciana Gandelman são colegas que deixam saudade dessa época. Marcelo Balaban e Célio Tasinafo foram mais do que os colegas de sala do [século] XIX. Parceiros de várias mesas de Anpuh, foram também os primeiros leitores das versões que viraram capítulos dessa tese, mas principalmente são grandes amigos e grandes companheiros de um bom papo.

Direta e indiretamente alguns professores foram interlocutores importantes ao longo desse trabalho. Meu agradecimento a eles ultrapassa os limites da tese pois tem origem numa convivência intelectual que perdura desde os tempos da graduação. A infra-estrutura disposta pelo Cecult e as reuniões sempre instigantes da Linha de Pesquisa em História Social da Cultura foram

fundamentais para minha formação de historiadora. Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Maria Clementina Pereira Cunha, Cláudio Batalha e Bob Slenes imprimiram mais do que concepções e idéias sobre a História e continuam sendo inspiração constante do ofício do historiador.

Clementina, orientadora desde os idos de 1997, é uma referência intelectual e pessoal que gostaria de ter sempre por perto. De lá até aqui, em diversos trabalhos, cresci e aprendi muito como aluna sob sua orientação. Esta tese de doutorado, especificamente, deve muito à atenção e à disponibilidade que dedicados por ela. Sobretudo, nos momentos de aperto do último ano, quando os prazos sempre acabavam mas eu nunca acabava. Suas intervenções sempre pertinentes e sua leitura cuidadosa nortearam grande parte do trabalho e foram fundamentais para que ele encontrasse seu eixo.

Sidney Chalhoub e Elciene Azevedo leram uma primeira versão da tese no exame de qualificação. Suas críticas e sugestões naquela ocasião contribuíram de maneira significativa para o seu melhor desenvolvimento e continuidade. Na medida do possível busquei incorporá-las nessa versão final, que tem muito do que foi dito naquela tarde de dezembro de 2004.

À família o meu agradecimento sempre será pouco. Pai, mãe e irmãos sempre foram meu porto seguro. Acolheram-me de volta, agüentaram minhas oscilações de humor, cuidaram das minhas coisas e dos meus gatos. E, o mais importante, confiaram e torceram por mim. Obrigada também às “brimas” por me tirarem da frente do computador para conversar; Du, Gaby, Renata e Naninho, apesar de não serem oficialmente da “parentada”, conviveram muito proximamente no último ano e acabaram sabendo da graça que é ter uma cunhada fazendo tese.

Não há como deixar um agradecimento especial aqui para minhas queridas “amiga-lhes” da terrinha natal. Flávia, Lucyane, Lulica, Daniela e Aliane estiveram sempre por perto, ao telefone, nos *e-mails* e nos feriados quando finalmente conseguíamos colocar toda conversa atrasada de meses em dia. Já Cida e Eneida foram “além do amém” à certa altura. Sempre prestativas, literalmente me deram casa, comida e roupa-lavada. Obrigada mais uma vez, meninas, pelo carinho e pela disposição que me receberam. À Cida e ao Paulinho, em especial, por terem dividido comigo um pouco de tudo naqueles meses.

Achar o lugar do Luiz nesses agradecimentos é uma tarefa difícil. Tanto, por que ele ocupa o maior espaço de nossas vidas desde o último ano, como porque o seu apoio, amizade e amor foram fundamentais para que eu conseguisse chegar ao fim da tese (antes que a tese desse um fim em mim). Ao seu lado compreendi verdadeiramente o sentido de companheirismo. Obrigada, querido, por cuidar de mim e me “acalmar a alma”. Esta tese é para você.

Campinas, 20 de janeiro de 2006

“(...) Mas — dirás tu — como é que podes assim discernir a verdade daquele tempo, e exprimi-la depois de tantos anos?

Ah! indiscreta! ah, ignorantona! Mas é isso mesmo que nos faz senhores da terra, é esse poder de restaurar o passado, para tocar a instabilidade das nossas impressões e a vaidade dos nossos afetos. Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes”.

(Machado de Assis. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, São Paulo, Abril Cultural, 1971. p.59)

“Então, olhemos a história *como* história — homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispendo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação — e não como um texto para fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*”.

(E. P. Thompson. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros estudos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001. p.140)



José Carlos do Patrocínio (1853-1905)

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I — A construção de uma legenda.....	15
“O menino é pai do homem”.....	32
A verdade dos tempos.....	42
Capítulo II — Na ante-sala da imprensa.....	57
Versos na botica.....	67
Fazendo fama.....	82
Capítulo III — Em letra de forma - jornalismo, política e a campanha contra a escravidão.....	103
O dono da notícia.....	129
A “papança de pecúlios”.....	135
Capítulo IV — Barricadas na Imprensa	145
A Guarda-negra e o proclamador civil da República.....	152
Nas malhas da justiça.....	168
Epílogo.....	191
Fontes e Bibliografia.....	205
Anexos.....	217

Introdução

No dia 29 de maio de 1884, apenas quatro anos antes da lei Áurea, quando o movimento abolicionista tomava maior proporção na Corte Imperial, um longo artigo ocupava quase toda a primeira página da *Gazeta da Tarde*, um dos jornais diários da cidade do Rio de Janeiro. Intitulado “Uma explicação”, o texto era assinado por José do Patrocínio, um dos mais visíveis líderes do movimento e também o diretor-proprietário daquela folha:

“Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias.

Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintar-me como chaga mais cancerosa da nossa sociedade.

Até certo ponto a guerra satisfaz a minha vaidade. À proporção que a calúnia se torna mais furiosa, sinto crescer em torno do meu humilde nome a estima pública fortalecer-se a dedicação dos meus amigos.

Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido à causa da abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria.

Passo a citar fatos.

Perguntam-me como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa.

Vamos a explicações”.¹

O artigo, como o próprio título sugere, tinha um caráter marcadamente defensivo. Já nos seus parágrafos iniciais José do Patrocínio revela que vinha sendo “alvo” de inúmeras injúrias e calúnias lançadas pelos seus adversários, indicando em seguida que eram motivadas pelo seu largo envolvimento na campanha abolicionista — causa a qual servia com “honra” e “desinteresse”. Dizendo-se constantemente questionado sobre “como e de que vive”, Patrocínio menciona que a sua origem humilde (“filho de uma pobre preta quitandeira de Campos”) causava espanto nas pessoas quando confrontada à sua posição atual (“proprietário de um jornal” que pôde viajar para Europa). Explicita, desta maneira, a relação de contrariedade que “naturalmente” parecia se estabelecer entre essas duas realidades de vida.

Imediatamente, na seqüência, Patrocínio passa então a narrar episódios de sua vida, dividindo-a distintamente em “três fases”. Na primeira delas, que compreende mais ou menos os anos entre 1868-1874, versa sobre sua chegada na Corte Imperial para trabalhar como aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa de Misericórdia. Saindo dali, tempos depois, empregou-se numa Casa de Saúde particular graças à ajuda de um protetor, velho conhecido da sua cidade natal. Ao mesmo tempo conta também que passou a estudar no “Externato Aquino”, onde fez “não só os preparatórios” para o curso de Farmácia, mas os que eram “exigidos para o curso médico”.

¹ José do Patrocínio. “Uma Explicação”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

Patrocínio prossegue então narrando as dificuldades enfrentadas durante esse período de sua vida:

“Entrando para a Faculdade de Medicina, como aluno de farmácia, recebi da sociedade beneficente um auxílio pecuniário de 20\$000. Por outro lado eu tinha alguns alunos de primeiras letras e sobretudo recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Calado.

Assim vivi durante três anos, até que em 1874 conclui o curso de farmácia.

Catão Calado retirou-se então para Santa Catarina e eu fiquei só nesta corte, com uma carta de farmácia, que só podia se alugada por 30\$ ou 40\$, visto como não tinha dinheiro para estabelecer-me.

Resolvi morrer de fome: não alugaria o título que me custou tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias, até então experimentadas.

(...) Foi nesta difícil conjuntura que me apareceu o meu discípulo do Externato Aquino, João Rodrigues Pacheco Villanova e me convidou para passar um dia em sua casa.

Fui e aqui começa a segunda parte da minha vida”.²

Naquela a qual denomina como “segunda fase” de sua vida, José do Patrocínio destacará a aproximação e o estreitamento de suas relações com a família do Capitão Emiliano Rosa de Senna — padrasto do antigo colega —, com a qual passou a morar na condição de professor dos filhos menores da casa. Desta convivência teria nascido a “estima” entre ele e uma de suas alunas, a menina Maria Henriqueta Senna, com quem acabou se casando anos depois.

Ao longo dessa seqüência do artigo Patrocínio relata também a sua entrada nos jornais, em 1877, e a compra da *Gazeta da Tarde*, em 1881. Ali,

² Idem.

exatamente, teria iniciado — não sem grandes dificuldades — a “terceira fase” de sua vida:

“Pedi logo no segundo dia da minha entrada para a *Gazeta da Tarde* três contos de réis emprestados, ao finado sócio comanditário da empresa Augusto Ribeiro, para reformar o material e custear a casa sem dever aos meus empregados.

Com uma tiragem de 1.900 exemplares, como fazer face à despesa?

Em dezembro o meu *déficit* era de 10 contos de réis e para maior desgraça o meu sócio comanditário, que possuía um quinhão de cinco contos, acabava de morrer.

Meu sogro deu-me o necessário para pagar as minhas dívidas, fazendo transações com nosso amigo Galdino José de Bessa. Providencialmente a tiragem da *Gazeta* começava a subir.

Fiado nesta ascensão gradual que em janeiro dava já o algarismo de 4.000 exemplares, eu comecei a querer dar maior desenvolvimento à folha”.³

Marcando, portanto, sua entrada efetiva no mundo da imprensa quando se tornou editor e proprietário de um jornal diário, Patrocínio segue adiante com sua narrativa descrevendo os apertos financeiros pelos quais passou para a manutenção da *Gazeta da Tarde*. Além do socorro de seu sogro, o Capitão Emiliano de Rosa e Senna, o jornalista cita diversas outras pessoas a quem recorreu desde a aquisição da *Gazeta*, explicando que as várias cartas de crédito conseguidas possibilitaram o crescimento comercial do periódico, ampliando-lhe a tiragem que, de 1.900 exemplares em 1881, havia subido para 12.000 em 1884. O “resultado final”, conforme concluiu,

³ Idem.

foi que “a empresa, pode levantar, mercê de Deus, a cabeça, segura dos seus destinos, pronta a satisfazer a todos os seus compromissos”.

Encerrando nesse ponto a narrativa de sua trajetória até então, Patrocínio retoma o assunto do início do artigo:

Podia eu ir à Europa?

Respondam agora os meus caluniadores.

(...) Vê-se, pois, que a vida da *Gazeta da Tarde* e do seu proprietário é honrada e limpa.

Vem da fonte que criou outros jornais – o povo, o nosso grande comanditário.

Segundou-a o desinteresse dos meus companheiros de trabalho, que se sujeitaram a ordenados insignificantes, certos de que a prosperidade futura da *Gazeta* os indenizaria.

(...) O que tenho é produto do meu trabalho, escudado na cooperação dos meus amigos.

(...)

Esta longa exposição tem por fim unicamente responder de uma vez por todas aos insultos, com que tentam amedrontar-me.

Não fui à Europa divertir-me, fui tratar da minha saúde.

Os médicos clínicos desta corte Drs. Gaudie Ley, Pizarro, Joaquim Rosa, Alfredo Ramos, Daniel de Almeida, meus amigos, trataram-me.

O meu dedicado e íntimo amigo Dr. Campos da Paz viu-me por duas vezes às portas da morte.

E assim ficam respondidas as infames calúnias.

Eu sinto realmente não ter podido dar a meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto.

Desculpem-me esses senhores, se eu vivo com a cabeça alta e curado do meu fígado.

O pecúlio que eu como é o do trabalho e da honra, a *Kermesse* que me sustentou na Europa foi o tino e a dedicação dos meus companheiros

de trabalho e dos meus amigos do comércio a quem abraço daqui afirmando-lhes que sempre fui, sou e que serei digno deles.

JOSÉ DO PATROCÍNIO.

P. S. Chamarei à responsabilidade todos os artigos injuriosos e caluniosos e não admito mais retratações senão diante dos tribunais.

J. P.”⁴

É bastante provável que uma das sensações despertadas após a leitura dos fragmentos desse longo artigo seja a de estranhamento. Embora alguns temas soem minimamente familiares — como é o da “abolição”, enunciado logo nos parágrafos iniciais — o sentido geral do texto permanece obscuro para um leitor atual. De um lado destaca-se a descrição detalhada de vários episódios da história de vida de José do Patrocínio — elaborada por ele mesmo. Tratava-se então de uma autobiografia? Ao mesmo tempo (como o próprio título já sugere), o texto traz um tom marcadamente defensivo. Tratava-se então de uma polêmica entre Patrocínio e algum inimigo que ganhava as páginas do jornal? Mas, com quem e por quê?

Na verdade, são exatamente os últimos parágrafos da citação acima que dão o sentido geral de toda argumentação encadeada por Patrocínio em seu artigo, deixando um pouco mais claro o teor dos ataques dos quais ele procurava se defender. Primeiramente os “caluniadores” questionavam sobre a origem do dinheiro que teria financiado uma recente viagem do jornalista à Europa. Por trás disso fica implícita a acusação de que ele teria se divertido

⁴ Idem.

nababescamente no estrangeiro usando de meios escusos. Depois Patrocínio menciona dois termos aparentemente estranhos, mas que encerram, na verdade, a lógica social de seu texto: a de que “comia pecúlios” e a de que foi sustentado na Europa pela “*Kermesse*”.

Tais referências, difíceis de serem compreendidas somente à luz do artigo, relacionavam-se, na verdade, não só a uma viagem de Patrocínio à Europa, mas também às atividades da Confederação Abolicionista, fundada no escritório da *Gazeta da Tarde* ainda ano anterior, em maio de 1883.⁵

Em 25 de março de 1884, com a oficialização da abolição do Ceará, a Confederação Abolicionista agendou para a mesma data a realização de uma série de festejos — a *Kermesse* — para comemorar a “libertação da província”.⁶ Nesta circunstância, estando de visita em Paris, e “para consolar [-se] da ausência da pátria” num momento tão importante à causa, José do Patrocínio organizou um banquete para cerca de trinta personalidades as quais, segundo ele “trabalhavam pela extinção do cativeiro em todo mundo”.⁷

Na verdade, ainda que os extratos citados da *Gazeta da Tarde* não registrem, um dos epítetos endereçados a Patrocínio naquela circunstância foi o de “papa-pecúlios” — justificando-se aí a sua menção no final do artigo de que “o pecúlio que eu como é o do trabalho...”⁸. Isso foi explicitado

⁵ Cf. “Confederação Abolicionista”, *Gazeta da Tarde*, 14 de maio de 1883.

⁶ Cf. “A festa nacional de 25 de março”, *Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1884.

⁷ José do Patrocínio. “Banquete comemorativo da libertação do Ceará”, *Gazeta da Tarde*, 19 de abril de 1884.

⁸ José do Patrocínio. “Uma explicação”. *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

posteriormente pelo próprio Patrocínio em um texto de 1901, quando os momentos de embate já haviam passado:

“No tempo da propaganda abolicionista (...) diziam os escravistas, à boca cheia, que eu era um papa-pecúlios, que tinha feito uma viagem a Europa à custa da kermesse promovida pela Confederação Abolicionista, em honra à libertação do Ceará”.⁹

O artigo “Uma explicação”, portanto, foi uma tentativa de Patrocínio em fornecer aos leitores sua própria versão diante das acusações de que era alvo. A narrativa das próprias origens e dos bastidores de compra da *Gazeta da Tarde* foi a forma de enfrentamento escolhida por ele para defender-se dos adversários de então, e exatamente num momento em que os debates em torno das leis de emancipação tornavam-se cada vez mais acalorados no parlamento, na imprensa, e nas ruas. Ainda que a sua “longa exposição” privilegie elementos da sua vida pessoal e da sua atuação como empresário de jornais, inseria-se numa luta política da qual Patrocínio era um dos principais protagonistas. A acusação de ser um “papa-pecúlios” colocava na corda bamba a credibilidade de sua militância abolicionista.

Aos olhos desta historiadora, portanto, o artigo “Uma explicação” pode ser tomado como uma janela de acesso ao mundo no qual viveu e atuou José do Patrocínio, sendo também uma chave interpretativa da sua experiência naquela circunstância. Uma análise atenta do texto permitiu não só desvendar alguns dos sentidos atribuídos pelos contemporâneos à

⁹ José do Patrocínio. “Através do lamaçal”. *Cidade do Rio*, 18 de outubro de 1901.

atuação pública e à trajetória pessoal de Patrocínio, mas também flagrar a auto-imagem que ele acionava para si no interior de conflitos políticos específicos e das relações sociais que forjava cotidianamente.

Foi possível visualizar desta forma uma imagem que se diferencia muito daquela outra que pinta José do Patrocínio com as cores heróicas do abolicionismo, isto é, como um dos principais expoentes da propaganda no país. Afinal, como evitar o estranhamento ao se deparar com um dos principais líderes da campanha pela Abolição defendendo-se de ser um simples “papa-pecúlios”?

Reconhecido como um dos baluartes da campanha abolicionista na corte imperial, José do Patrocínio teve uma vida intensa e bastante atribulada no mundo da imprensa do fim do século XIX. Além de jornalista, folhetinista, e cronista político, ele também foi proprietário e editor de dois jornais da Corte entre as décadas de 1880-1890. Profundamente envolvido nas questões políticas e sociais de seu tempo e inserido em várias polêmicas, Patrocínio é uma chave de acesso à problematização e compreensão de algumas circunstâncias históricas do período. Além dos debates em torno da escravidão e do seu fim, dos novos rumos instaurados com a República, a experiência pessoal de Patrocínio pode ser tomada como o próprio foco de análise. Desta maneira, um dos principais objetivos desse trabalho foi recuperar e tentar compreender os caminhos efetivamente percorridos — e os possíveis de serem trilhados — por um jovem negro, pobre, filho de um

vigário com uma de suas escravas, num mundo marcado pelo trabalho compulsório. Por outro lado, a análise também se volta a atravessar o denso cipoal de imagens que se cristalizou sobre Patrocínio — um personagem que ficou marcado nos anais da história nacional pela sua ação abolicionista, sendo coroado como um dos luminares do movimento.

Aos seus contemporâneos, contudo, as imagens que identificavam José do Patrocínio eram multifacetadas. Através dos jornais, por exemplo, foi possível encontrar desde apologias até manifestações explícitas da mais pura aversão sobre ele. “Preto-cínico”, “Judas” e “negro vendilhão” de um lado, “grande mestre” e “herói libertador” de outro — são alguns dos epítetos que tornam nosso personagem bastante ambíguo. Ambigüidade essa que perdura no fim das contas, pois não há como evitar o estranhamento de ver o “tigre da abolição” a defender-se da acusação de ser um simples “papa-pecúlios”, cousa muito longe da veneração que lhe dedicaram seus biógrafos posteriormente.

A problemática da tese desenvolveu-se portanto em mão dupla: se por um lado busquei entender o processo de construção de uma memória sobre José do Patrocínio que faz perder de vista a densidade de sua experiência histórica, por outro lado, faz parte de sua própria experiência pessoal a elaboração cotidiana de uma certa memória sobre si. — que alimentaria, por sua vez, as futuras narrativas sobre ele.

A estratégia escolhida para tentar atravessar a legenda heróica cristalizada sobre José do Patrocínio ao longo de um processo de embates e

acomodações da memória foi analisar as várias memórias construídas sobre ele em conjunturas diversas. Desta forma, o primeiro capítulo traz uma análise das biografias e textos de reminiscências publicados buscando questionar os fundamentos que estiveram em jogo na construção e consolidação dessa legenda. Como a maior parte desses textos constitui as principais referências para a historiografia, foi possível retomar algumas das interpretações que direta ou indiretamente abordaram o mesmo personagem.

Segundo a interpretação de biógrafos e memorialistas, a vida de José do Patrocínio foi uma trajetória progressiva de sucessos, marcada quase pela genialidade. Partindo de uma concepção linear e pouco atenta a sutilezas, não acreditavam em grandes possibilidades de ascensão social e colocação profissional para um jovem negro pobre, filho ilegítimo de um padre com umas de suas escravas. De natureza teleológica, esse argumento não se sustentou ao longo da pesquisa quando me propus a empreender uma leitura diferenciada da atuação Patrocínio.

Para desvendar a lógica social de suas ações e estratégias pessoais, busquei entender quais as determinações e indeterminações que estiveram em jogo na história de vida de um personagem cuja primeira ocupação foi a de aprendiz de farmacêutico na Santa Casa de Misericórdia do Rio Janeiro. O segundo capítulo, assim, trata de recompor os caminhos efetivamente percorridos e aqueles historicamente possíveis de serem seguidos por um jovem negro, pobre, vivendo numa sociedade marcada pela escravidão. O objetivo foi identificar e entender os mecanismos que efetivaram a sua

entrada no mundo das letras impressas, e garantiram o exercício diário da literatura, do jornalismo, da crônica política e do empresário de jornais.

Algumas das polêmicas protagonizadas por Patrocínio ao longo da década de 1880 são assunto do terceiro capítulo. Aqueles foram anos de grande agitação política, começando pelas ações resultantes da chamada Lei do Ventre Livre (1871) e a atuação das associações abolicionistas da Corte. Neste caso, Patrocínio esteve ligado diretamente à Confederação Abolicionista, datando justamente dessa época a compra da *Gazeta da Tarde* e as graves verrinas lançadas sobre ele, como a de ser um “papa-pecúlios”. Antes de protagonizar este conflito, porém, Patrocínio já era alvo principal do jornal *O Corsário*, publicado entre 1880-1883 por Apulco de Castro. Ali, o editor acionava a “questão da cor” para atacar Patrocínio e difamá-lo através de um viés racial. O capítulo procura assim problematizar a construção da militância abolicionista de Patrocínio no interior de conflitos que questionavam justamente seu “sincero” envolvimento na campanha — que se dava sobretudo através da imprensa, dos *meetings* e da ação direta das sociedades abolicionistas das quais participava.

O capítulo quatro foi estruturado em dois itens. No primeiro, enfocando um período imediatamente posterior ao 13 de maio de 1888, procurei retomar as polêmicas travadas por Patrocínio em torno da questão da “indenização” (aos ex-proprietários de escravos) e das ações da “Guarda-Negra”. Foi exatamente nesta circunstância política que o vulto da Princesa Isabel enquanto “redentora” tomou maior força. Para além da experiência de

José do Patrocínio, contudo, foi possível vislumbrar um pouco das aspirações e práticas dos ex-escravos neste período imediatamente posterior à Abolição. O segundo item enfoca o contexto conturbado do início da década de 1890 — mais precisamente durante o governo Floriano Peixoto (1891- 1894). As lutas travadas por Patrocínio neste período não se restringiram ao debate político encenado através da "palavra impressa", isto é, dos artigos que assinava e publicava em seu jornal. Na verdade, o seu empreendimento tipográfico afundava em dívidas, os empregados não recebiam salários e a *Cidade do Rio*, o seu novo jornal, chegou a sofrer dois processos executivos de penhora que deram cabo à publicação da folha.

De acordo com a problemática apresentada e os objetivos perseguidos ao longo da pesquisa, acredito que não é possível pensar historicamente a experiência de José do Patrocínio sem contemplar aspectos de sua vida pessoal em relação às diversas formas de atuação pública que exercitou. De outro modo, acompanhar alguns momentos de sua trajetória social revelou-se num exercício analítico que acredita na força da ação e das escolhas do indivíduo sobre sua vida, seu tempo, e seus outros — fazendo igualmente parte dessa ação o esforço empreendido para ser lembrado na posterioridade.

A construção de uma legenda

A sessão realizada na Academia Brasileira de Letras no dia 14 de agosto de 1906 foi particularmente solene. Tratava-se da cerimônia de posse de um novo membro: Mário de Alencar, filho do já renomado autor de *O Guarani*. Seguindo o protocolo estabelecido para ocasiões daquele porte, o acadêmico discursou em homenagem ao antecessor da cadeira que passaria a ocupar a partir de então: o escritor, jornalista e orador José Carlos do Patrocínio —, morto em fevereiro de 1905:

“Não seguirei a regra, usada na biografia dos homens notáveis, de procurar nos antecedentes de família e nos atos de infância a razão, os sinais e os vestígios do destino deles. Se fosse infalível este princípio de psicologia aplicada, ver-me-ia agora, em grandes dificuldades para explicar-vos os indícios da formação do jornalista e do orador no obscuro comércio de uma quitanda e na tranqüilidade beata de uma igreja de província”.¹

¹ Trecho do discurso de Mário de Alencar citado por Evaristo de Moraes em *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986 (1924), p. 284-285. Segundo João Paulo Rodrigues, as cerimônias de posse de novos imortais realizadas pela Academia Brasileira de Letras obedeciam a um protocolo rigoroso. Ao ocuparem a cadeira deixada por um acadêmico morto, os eleitos deveriam pronunciar um discurso “em agradecimento a sua escolha”, devendo também “proceder obrigatoriamente ao elogio do antecessor imediato”. João Paulo C. S. Rodrigues. *A dança das cadeiras – literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1897-1913)*; Campinas:, Editora da Unicamp, 2001. pp. 87-88. Para uma listagem completa dos patronos e membros-fundadores das quarenta cadeiras da Academia Brasileira de Letras entre 1897-1913, bem como as datas referentes à posse e morte dos acadêmicos, ver o “Apêndice” do livro, pp. 245-251.

Neste “elogio”, Mário de Alencar destaca a singularidade que julgava marcar a trajetória do primeiro ocupante na cadeira 21 da ABL. Segundo ele, Patrocínio escapara de dois fortes elementos que traçariam “o destino” de um “homem notável”: a ascendência familiar e o meio. Afinal, como encontrar naquela filiação — a mãe, quitandeira, e o pai, vigário do interior —, os indícios de um talento intelectual voltado para as letras, para o jornalismo e para oratória? Como explicar que a infância de um negro em tempos de cativo, dividida entre uma quitanda e uma igreja, pudesse prenunciar a vida de um grande homem? De acordo com tal método, portanto, era difícil e até mesmo impossível identificar qualquer vestígio de herança intelectual positiva em Patrocínio. Da mesma forma, o meio pouco poderia ter influenciado na sua formação, pois ele vivera a infância num ambiente incipiente, quase que contrário a qualquer indicação de sua glória futura.

Ao colocar tais questões, Alencar acaba enunciando, ainda que indiretamente, alguns dos paradigmas explicativos que norteavam o discurso social de sua época. Conceitos como “hereditariedade”, por exemplo, eram aplicados para justificar comportamentos e condutas, desenvolvendo-se assim correlações bastante rígidas entre “patrimônio genético, aptidões

intelectuais e inclinações morais”.² Era o discurso científico servindo de modelo à análise social.³

Contudo, ainda que explicita a base científica de seu argumento, tal qual rezava o preceito, Mário de Alencar, em verdade, procura relativizá-la na seqüência para dar inteligibilidade a uma trajetória de vida que parecia inexplicável na teoria. Encerra assim seu discurso defendendo que “o talento de Patrocínio não teve antepassados”, sendo uma dessas vidas cuja genialidade supera e vence a todas determinações.⁴

Naquela mesma cerimônia da ABL a questão da origem social de José do Patrocínio foi retomada também por Coelho Netto em seu discurso de boas-vindas a Alencar :

“Nasceu humilde, não tinha história — viera do Nada, como o universo. Formou-se, vós o disseste: ‘no obscuro comércio de uma quitanda e na tranqüilidade beata de uma igreja da província’. Veio trazido pela predestinação, essa vontade divina, e pobre, desconhecido, marcado pelo estigma de Cam, entrou sorratamente na sociedade como um fio d’água sutil que se insinua por entre pedras, incha, cresce, assoberba-se, faz-se alagadeiro e, por fim, inundação. Quem poderia imaginar que naquele infante modesto, submisso, de olhos deslumbrados estava o colosso de fogo, o Melkart* irradiante que havia de fundir as

² Cf. Lília Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*; São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (199S). p.47.

³ Segundo explica ainda esta historiadora, a adoção do discurso científico como modelo de análise social já era feito pela elite intelectual desde as últimas décadas do século XIX, sendo exatamente a partir de referenciais biológicos que se reconheciam as diferenças e se determinavam as inferioridades. Idem. pp.26-28.

⁴ Evaristo de Moraes. Op. cit. p.389, nota 272.

* Melkart ou Melqart – “rei da cidade” - divindade cultuada em Tiro, cidade da Fenícia, bastante mencionada nos textos egípcios. Segundo a lenda, Melkart era um deus poderoso e terrível que emprestou seu aspecto humano a Hércules (ou Heracles), personagem de força

algemas dos escravos ao calor do seu gênio e alumiar a Pátria no caminho da liberdade?”⁵

A explicação de Coelho Netto para a história de vida de Patrocínio é da mesma natureza daquela elaborada por Alencar, isto é, opera no nível da “excepcionalidade”. Não somente porque era de praxe em cerimônias como aquela o acadêmico “receptor” endossar o elogio já feito ao homenageado⁶, mas porque Netto, naturalmente, vivia sob os mesmos referenciais explicativos daquele tempo. E, num movimento semelhante ao do novo colega, enuncia preceitos e concepções deterministas para na seqüência relativizá-los. Ele o faz porém em outros termos e atribui um caráter quase etéreo à trajetória de José do Patrocínio. Afinal, a predestinação, “essa vontade divina”, não prescindiria de história e contra ela o arbítrio do indivíduo nada poderia inferir. Para Coelho Netto, portanto, o vulto de Patrocínio cresceu e apareceu quase como um fenômeno natural —, não sendo ao acaso assim que o escritor use como metáforas elementos da natureza para referenciar o engrandecimento sem proporção do seu homenageado.

infinita da mitologia clássica. Cf. *Larousse Cultural*, São Paulo, Nova Cultural Ltda, 1998. p.3912.

⁵ Coelho Netto, “Patrocínio: a sua predestinação - Resposta a Mario de Alencar -”, in Humberto de Campos. *Antologia da Academia Brasileira de Letras – trinta anos de discursos acadêmicos, 1897-1927*, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1947. pp.96-97.

⁶ João Paulo C. S. Rodrigues. Op. cit. p. 88. Sobre a função dos discursos das cerimônias de posse de novos acadêmicos na ABL, João Paulo Rodrigues informa ainda que os discursos preparados pelos ingressantes “eram passados aos receptores para que estes escrevessem a resposta”. Idem, idem. p.123, nota 5.

O elogio rebuscado de Coelho Netto torna-se particularmente especial por outros motivos, como foi possível apreender neste fragmento:

“Patrocínio, ele o foi! Eu o conheci. Foi ele quem me guiou os primeiros passos no caminho áspero e sedutor das letras, não sem me haver, com lealdade, advertido dos perigos que me esperavam, (...) mas, encarando o mestre, resolvi segui-lo, porque o Homem que me falava era o turbilhão, era a coluna de fogo, era o gênio: atraía.”⁷

Talvez não tenha sido casual que Coelho Netto figurasse como o “receptor” de Mário Alencar, pois seu discurso adquire um tom explicitamente testemunhal neste ponto. Ocorre que a convivência entre ele e Patrocínio em fins da década de 1880 havia sido, de fato, bastante estreita, conforme deixou marcado nas linhas de sua obra *A Conquista*, de 1899. No romance, de caráter memorialístico, Netto recriou o ambiente literário da década de 1880 no qual ele e outros jovens escritores conviveram entre os cafés e as redações de jornais na luta cotidiana para se estabelecerem profissionalmente no mundo das letras. A narrativa é composta por episódios das vidas de literatos como Olavo Bilac, Paula Nei, Guimarães Passos, Arthur e Aluísio Azevedo, Pardal Mallet, Luís Murat, os quais reunidos em torno de José do Patrocínio e colaborando para seu jornal *A Cidade do Rio*, colocavam a literatura a serviço da causa abolicionista. A obra constitui portanto um testemunho dos impasses e dos conflitos experimentados por aquele grupo, cuja identidade era marcada por uma concepção militante da literatura —

⁷ Coelho Netto, “Patrocínio: a sua predestinação - Resposta a Mario de Alencar”. Op. cit. p.95.

isto é, um engajamento em questões sociais que ganhou contornos mais nítidos na luta empreendida contra a escravidão.⁸

Mário Alencar e Coelho Netto foram alguns entre vários sujeitos, escritores e/ou jornalistas, que após a morte de Patrocínio em 1905 elaboraram, ainda que sucintamente, uma narrativa biográfica para homenageá-lo em ocasião cerimoniosa e pública. Ainda que operem com a oposição entre a origem humilde e bastarda de Patrocínio e o destaque social vivenciado por ele quando adulto, as duas falas recorrem a um modelo de análise social que projeta na ascendência e no meio os aspectos que necessariamente explicariam toda uma vida ainda por vir.

A força desse paradigma manifesta-se também em relatos de natureza diversa sobre José do Patrocínio, nos quais as intenções e as posições de seus autores são diferentes daquelas representadas pelos imortais da Academia Brasileira de Letras. É o caso de Evaristo de Moraes, que num período posterior, questionaria algumas das conclusões atiradas por Alencar naquele discurso de 1906. Em um capítulo de sua obra *A Campanha Abolicionista*, de 1924, Moraes explica que “não estava bem documentado Mário de Alencar”, porque apenas “ouvira ser Patrocínio filho

⁸ Cf. Coelho Netto. *A Conquista*; RJ: Civilização Brasileira, 1985 (1899). Para uma análise da identidade construída entre esses escritores e de sua experiência enquanto grupo no contexto da década de 1880 e início dos anos 1890, ver Ana Carolina Feracim da Silva. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos na primeira República, 1889-1895*; Dissertação de Mestrado em História Social, Campinas: IFCH, UNICAMP, 2001, sobretudo o capítulo 1: “A Conquista do Talento”, pp. 1-36. Ver também Leonardo Affonso de Miranda Pereira. *O Carnaval das Letras*; Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, Divisão de Editoração, 1994.

de um padre e de uma quitandeira”⁹. Segundo continua em sua crítica, Alencar “duplamente se enganou” quando justificou não encontrar nem na ascendência, nem no meio, os indícios que pudessem explicar o talento intelectual de Patrocínio. Conforme rebate na seqüência, “o cenário foi outro e um dos indivíduos geradores muito diferente do que ele [M. Alencar] supôs”:

“Descendia José do Patrocínio, efetivamente, de um padre, o vigário de Campos, João Carlos Monteiro.

Sua mãe, Justina Maria do Espírito Santo, era, de fato, preta, e, em dada época, viveu de um pequeno negócio de legumes e frutas, (*quitanda*). Mas, o vigário João Carlos não era um padre vulgar, encantonado na igreja e intelectualmente limitado pelo breviário.

Em casa particular, residência do vigário, sita a Praça da Matriz, na cidade de Campos, nasceu Patrocínio, aos oito dias do mês de outubro de 1854. A casa aludida não constituía dependência da igreja, menos o era a fazenda da Lagoa de Cima, propriedade do padre, na qual o futuro libertador passou, alternando com a moradia da cidade, os treze primeiros anos da sua existência.

Tampouco, a mãe de Patrocínio *quitandou*, enquanto ele habitou Campos, em companhia dela e do pai.

Por outro lado era este um dos melhores oradores sagrados da sua época, pregador da Capela Imperial, condecorado com as ordens da Rosa e de Cristo. Além de exercer a vigararia de Campos e ter sido distinguido com a conezia, fora escolhido para examinador sinodal do Bispado do Rio de Janeiro.

Nas suas relações com o mundo profano, era fazendeiro, e, em mais de uma legislatura provincial do Rio de Janeiro, foi representante do povo.

⁹ Evaristo de Moraes. “José do Patrocínio”, Op. cit, p. 285.

Tinha, também, diploma bacharelício, de Coimbra. Da sua facúndia oratória há viva tradição em Campos¹⁰.

Ao dispor de informações mais detalhadas da vida dos pais de Patrocínio, Evaristo de Moraes procura explicar a razão dos equívocos de Mário de Alencar na exposição de 1906. De acordo com os dados do trecho reproduzido aqui, o pai do “futuro libertador” não foi um vigário qualquer: João Carlos Monteiro, além da fama de grande orador, bacharelou-se na Europa e acumulou condecorações e cargos eclesiásticos importantes. Foi também um homem de posses e político da região, sendo deputado provincial por vários anos e vereador da Câmara Municipal de Campos, de acordo com as informações adicionais da parte final do texto.¹¹ Tratava-se enfim de um notório representante da elite letrada daquela época. “Tampouco a mãe de Patrocínio quitandou” — continua Moraes, referindo-se a uma atividade comum no universo da escravidão —, ao contrário, ela vivera na casa particular no vigário na companhia do filho por pelo menos treze anos. Moraes procura demonstrar assim que Patrocínio viveu “em família”, tanto em núcleo quanto em ambiente.

A análise deste texto deixa entrever ainda um aspecto não mencionado pelos relatos vistos até então. Embora isso esteja por trás de suas explicações, nem Mário de Alencar nem Coelho Netto falam abertamente que José do Patrocínio era mestiço/ou pardo — para usar a expressão em

¹⁰ Idem, idem.

¹¹ Idem, p. 300.

curso na época —, fruto da união ilícita do vigário de Campos com uma negra — provavelmente uma de suas escravas. Na verdade, o silêncio dos autores em relação à cor de Patrocínio acaba revelando, ainda que indiretamente, o quanto essa questão era fundamental na construção de seus argumentos. É certo que no primeiro trecho de seu discurso Coelho Netto fala que Patrocínio era “marcado pelo estigma de Cam”. Referia-se aí a um dos três filhos do personagem Noé, exatamente o de cor “escura”, e que na acepção bíblica teria sido o ancestral da raça negra de toda a humanidade.¹² Mas, a metáfora usada por Netto para se remeter à cor da pele de Patrocínio pode significar muito mais do que a demonstração do seu reconhecido estilo rebuscado, e revelar o quão constrangedor este ponto se fazia para os contemporâneos, no limite de sequer mencioná-lo. Se em alguma medida a elite branca letrada, da qual fazia parte Coelho Netto e Mário de Alencar, incorporou José do Patrocínio em seu meio, pode-se dizer que o fizeram necessariamente silenciando sobre a sua cor.

Evaristo de Moraes não compartilhou desta espécie de código de silêncio na sua nota biográfica sobre Patrocínio, percebendo outros significados aos elementos ou vestígios considerados negativos por Mário Alencar nos anos anteriores. Segundo Moraes, Patrocínio não fugiu às “regras da hereditariedade psicológica”. Pelo contrário, conjugou-as muito bem na posição de propagandista da Abolição: herdando do pai o talento intelectual, “instintivamente” o pendeu para a sorte dos escravizados — pois,

¹² *Petit Larousse Universel*. Paris, Larousse, 1914. p. 1375.

enquanto “filho de preta, via os iguais da sua mãe na triste situação de cativos, sofrendo todos os rigores inerentes ao eito e à senzala”.¹³ Em outras palavras, seu destino abolicionista era inexorável, estando previamente traçado desde a mais tenra infância, pois, desde menino, Patrocínio já teria consciência da “miséria moral de sua origem” — segundo afirma o autor de *A Campanha Abolicionista*.¹⁴

Assim, a ascendência bastarda e negra que maculava a origem de José do Patrocínio, e poderiam limitar suas possibilidades de vida, conforme entenderam Alencar e Netto, serviu na narrativa de Evaristo de Moraes para dar ainda mais força à sua legenda como líder abolicionista. Se atentarmos para alguns dos suportes sociais desta obra é possível compreender melhor este aspecto, já que, no contexto da década de 1920, a questão racial estava no centro das preocupações intelectuais. A chamada “mistura das raças” — a miscigenação — era considerada como um traço que degenerava o caráter do indivíduo. Segundo os preceitos da época, portanto, a figura do “mestiço”, do “mulato”, carregava atributos fortemente desabonadores, sendo tomados como algo que fora “estragado” e que herdava “apenas as características negativas das raças em cruzamento”.¹⁵ Para os projetos de “progresso” e “civilização” que se pensava para o país, a presença avassaladora de negros e

¹³ Evaristo de Moraes. Op. cit, p. 286.

¹⁴ Idem, idem.

¹⁵ Lilia Moritz Schwarcz. Op. Cit. p.56. Na verdade, tais concepções de determinação já eram colocadas desde a década de 1870, quando se tornaram mais influentes e ganharam força através do chamado “darwinismo social” que, em outros termos, pode ser explicado como uma corrente determinista de cunho racial. Tendo como argumento central a imutabilidade das raças, os adeptos dessa perspectiva “compreendiam a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social”. Idem, p.58

mestiços na população brasileira era tida como um problema, um obstáculo, que nas análises mais pessimistas, pelo menos, inviabilizava qualquer possibilidade de ascensão do Brasil como nação.¹⁶

Evaristo de Moraes inseria-se neste ambiente onde tais preceitos científicos efervesciam, e vivencia o debate de forma especialmente particular. Segundo explica Joseli Mendonça a questão racial para Evaristo de Moraes não se apresentava apenas como um “dilema em torno da formação do Brasil enquanto nação, mas de um dilema em torno de si próprio, da definição de sua identidade”.¹⁷ Remetia, em verdade, à sua própria experiência: ele mesmo, de origem muito pobre e mestiça, enfrentou os preconceitos que lhe foram acionados ao longo de sua militância política e atividades forenses.¹⁸ Não é por acaso, portanto, o esforço de Moraes em justificar a vida de José do Patrocínio como que “desmentindo um destino” irremediavelmente fadado ao fracasso.

Mas, ainda que se diferenciasssem em suas conclusões, Mário Alencar, Coelho Netto e Evaristo de Moraes orientavam-se sob uma mesma

¹⁶ Retomo aqui, especificamente, a explicação desenvolvida pela historiadora Joseli Mendonça. *Evaristo de Moraes: justiça e política em arenas republicanas (1887-1939)*; Tese de Doutorado em História Social, Campinas, IFCH-DH, agosto de 2004. p.205.

¹⁷ Idem.

¹⁸ O próprio Evaristo registrou em meados de 1906, quando atuava como advogado de operários em greve, que nas “verrinhas” escritas pelos seus adversários figurava sempre os epítetos de “mulato” e o de “mestiço”. Cf. Joseli Nunes Mendonça. Op. cit. p. 195. Ver sobretudo o capítulo 5 e 6 da tese (“Reminiscências e construção do passado” e “A história e a superação do passado”), nos quais a autora procura demonstrar como a experiência pessoal de Evaristo de Moraes, suas formulações intelectuais e sua militância política estiveram intrinsecamente relacionadas nos esforços do autor em superar o passado e a sua própria origem. Mobilizou assim, segundo ela, “um empreendimento de construção de uma memória, de elaboração da história, de atuação política no presente e de um projeto futuro.” Idem, p.195.

questão: como explicar a distinção social alcançada por José do Patrocínio, sendo ele filho de uma negra, talvez escrava, com um vigário de interior da província? Aos três escritores apresentava-se um modelo explicativo cuja regra era buscar na filiação e nos vestígios da infância de Patrocínio os elementos que prenunciariam, necessariamente, a sua trajetória destacada. Assim, Mário de Alencar afirma que somente não lhe foi possível seguir tal paradigma porque não encontrou indícios suficientes que pudessem validá-lo. José do Patrocínio, de uma forma ou de outra, constituía um caso de exceção à fórmula das determinações hereditárias. Neste sentido, é até provável supor que se Alencar conhecesse em algum grau os dados descritos posteriormente por Evaristo de Moraes sobre o pai de Patrocínio chegasse a uma conclusão semelhante — isto é, a de que advinha do vigário Monteiro a herança intelectual que resgatou o futuro jornalista do destino inglório de seus irmãos de cor.

Este procedimento, de buscar na ascendência do indivíduo a explicação, determinação e justificativa para toda a sua história, não poderia ter sido exercitado de forma mais pontual do que foi pelos biógrafos de José do Patrocínio. Destaca-se primeiramente *O Tigre da Abolição*, obra de Osvaldo Orico publicada em 1931, sendo tal questão lançada logo de início pelo biógrafo:

“Filho de um padre e de uma quitandeira, José do Patrocínio oferece à nossa investigação histórica um imediato problema de psicologia. De que nebulosa espiritual teria surgido essa estrela que acompanhou o recém-nascido do beco do Barroso à radiante cruzada do Brasil sem

grilhetas? Onde encontrar o antecedente dessa chama de gênio que ateou em toda a parte as fogueiras em que se derreteu o ferro das algemas?”¹⁹

As “origens” de Patrocínio são apresentadas por Orico como alguma coisa incoerente, descompassada, descolada da trajetória futura do biografado. Depois, ao retomar brevemente os textos de Mário de Alencar e de Evaristo de Moraes, Orico discorda de ambos. Segundo ele, nem a “força do acaso” da explicação de Alencar, nem a herança intelectual do vigário João Carlos Monteiro, no caso de Moraes, são suficientes para explicar o “que é que teria feito de Patrocínio o gênio da campanha abolicionista.”²⁰

Não que Osvaldo Orico se furte dos preceitos científicos para entender “o caso de Patrocínio” e sua luta pela abolição da escravatura. Ao contrário. Ele o tomava como um problema ao qual, para ser explicado “historicamente”, havia de se buscar referências e conceitos em outras áreas do conhecimento. Citando autores praticamente desconhecidos para um leitor atual, Orico aponta que o seu biografado enquadrava-se “na terceira série de leis com que Keyserling fundamentou a evolução humana: — ‘a autonomia individual de origem subjetiva’”.²¹ Não é casual, portanto, que o capítulo onde tal argumento é apresentado tenha o sugestivo título de “O Vingador”. Patrocínio fora um “milagre da vontade”, superando todas as determinações do meio no qual nascera e se criara, e vencendo o “berço

¹⁹ Osvaldo Orico. *O Tigre da Abolição* (edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931), p.25.

²⁰ Idem, p.28.

²¹ Idem, *ibidem*. (Hermann Keyserling, filósofo alemão, 1880-1946).

miserável e a infância desprevenida para iluminar-se nas chamas das aspirações coletivas”.²²

Oswaldo Orico não partilha, portanto, da idéia de força “imutável”, inexorável e determinante da herança genética na formação do indivíduo, como concebiam Alencar, Coelho Netto e Evaristo de Moraes. Ao inverter o argumento, o biógrafo concluiu que a projeção social e pública alcançada em vida pelo seu biografado foi fruto do seu esforço pessoal em recusar um destino inóspito que, ao menos teoricamente, estava-lhe reservado.

Sob este aspecto a obra de Orico pode ser entendida a partir de um referencial mais geral, estando associada a algumas das questões políticas e sociais de sua época. Assim, é possível vinculá-la a um movimento literário que marcou fortemente o cenário internacional do período do “entre guerras” que foi o da “emergência das biografias ditas modernas.”²³ Afinal, num contexto de expansão de projetos autoritários e/ou totalitários de governo, onde se valorizava os discursos que reforçavam a autoridade do Estado, narrativas biográficas que embutiam uma concepção de um sujeito

²² Idem, *ibidem*.

²³ Cf. Márcia de Almeida Gonçalves. “Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”, in: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz [CD-ROM]*; Associação Nacional de História ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005 . Segundo a historiadora, os intelectuais brasileiros estavam em plena sintonia com os debates surgidos na Europa, sobretudo na França e Inglaterra, ao fim da 1ª. Grande Guerra (1914-1918) em torno da renovação do gênero biográfico. A crescente valorização da escrita biográfica em solo europeu naquele momento associava-se também a uma “intensa” reformulação dos seus padrões estéticos que buscava, entre outras inovações, aproximar-se mais das técnicas da escrita do romance no que ele tem sensibilizador ao contar histórias individuais. O marco desta nova tendência, de acordo com Márcia Gonçalves, teria sido a publicação da biografia da Rainha Vitória pelo escritor inglês Lytton Strachey no início da década de 1920. Da mesma autora conferir também *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Souza*. Tese de doutorado em História. São Paulo, FFLCH – USP, 2003.

individual autônomo e livre aos condicionamentos sócio-políticos não deixavam de ser uma espécie de “trincheira” em defesa das liberdades individuais e da autonomia do indivíduo, sujeito da história.²⁴

Se para Orico, portanto, José do Patrocínio foi um homem à frente de seu tempo, interpretação diversa é apresentada por Raimundo Magalhães Jr. em *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, de 1969, sem dúvida, a biografia mais detalhada de nosso personagem.²⁵ Com um escopo documental centrado na imprensa da época, Magalhães Jr. constrói sua narrativa a partir dos próprios escritos que Patrocínio publicou nos jornais que trabalhou e dirigiu, entre eles a *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Na parte introdutória de sua obra, contudo, traça um contexto sócio-político da segunda metade do século XIX para explicar a ambiência que “aguardava” o jovem negro quando chegou a Corte “antes de completar quinze anos”,

“(…) Já se tinham levantado, contudo, as primeiras vozes eloqüentes em favor da libertação dos cativos. (...) O que ninguém podia então imaginar é que aquele rapazinho humilde, de pele escura, recém-desembarcado do navio que de Macaé o trouxera à Corte, seria, em breve, uma das mais poderosas forças desse movimento apenas esboçado.”²⁶

Atribuindo ao ambiente efervescente do Rio de Janeiro o caráter formador da verve abolicionista de Patrocínio, Magalhães Jr. considera o

²⁴ Márcia de Almeida Gonçalves. “Mestiço, pobre, nevrozata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”, Op. cit.

²⁵ Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969.

²⁶ Idem, p. 15.

contexto político e social da época a chave explicativa de sua biografia. A escravidão, o regime monárquico e a imprensa atuante são, portanto, uma espécie de cenário previamente constituído no qual José do Patrocínio esteve inevitavelmente preso.²⁷

Neste sentido, Magalhães Jr. ainda acrescenta ao rol de elementos e indícios considerados determinantes (com maior ou menor peso) à trajetória futura de um indivíduo as “determinações” que acredita serem inerentes à própria história —, entendida por ele enquanto a sucessão progressiva de acontecimentos. De natureza teleológica, essa forma de explicação estabelece no fim das contas uma relação de causalidade às ações de José do Patrocínio, segundo as quais teriam o sentido unívoco de “abolicionistas.” O autor não deixa de compartilhar assim com a idéia de que seu personagem já trazia consigo a missão abolicionista, sendo a imprensa o meio pelo qual ele pode exteriorizar seu talento na defesa dos escravos. Em tal interpretação a imprensa é dotada de um poder político transformador e de forte intervenção social, constituindo-se num ambiente intelectual no qual fermentavam homens e idéias engajados em promover mudanças sociais do porte como foi a da Abolição. Não por acaso a grande maioria das obras deste autor são biografias de “homens de letras”, isto é, o que ele entendia ser a elite ilustrada da sociedade brasileira do século XIX. José do Patrocínio foi,

²⁷ Esta noção de contexto é próxima àquela que Giovanni Levi criticou como “freqüentemente apresentado como algo rígido, coerente, [servindo] de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais são arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam.” Giovanni Levi. “Usos da biografia”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janáina Amado (org.). *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001, p.176.

portanto, “o homem produto de seu tempo”, assim como o foram também Olavo Bilac, Artur Azevedo, Machado de Assis, Rui Barbosa, por exemplo, ainda que guardadas as devidas particularidades de cada obra biográfica.²⁸

Ainda que lineares em sua estrutura e se aproximando daquilo que Pierre Bourdieu denominou “ilusão biográfica”²⁹, as narrativas sistematizadas até aqui constituem uma trilha de acesso extremamente reveladora dos complexos e nem sempre lógicos caminhos das memórias que se cristalizam. Ao tentar recuperar as preocupações e os procedimentos daqueles que já se debruçaram sobre o mesmo personagem foi possível sistematizar, ainda que pontualmente, algumas das questões que permeiam os relatos e/ou obras.

Neste sentido, é possível afirmar que Mário de Alencar, Coelho Netto e Osvaldo Orico se aproximam por darem pouco peso à ascendência familiar de Patrocínio. Entendida como negativa e por isso mesmo carregada de limitações e fadada ao fracasso, ela foi sombreada (segundo cada uma das interpretações) pela “genialidade sem precedentes”, pela “predestinação” ou ainda pela “autonomia individual subjetiva”. Por outro lado, Evaristo de Moraes e Magalhães Jr. têm outro entendimento da filiação de Patrocínio. A educação ilustrada que recebera do pai clérigo e a vivência num meio letrado

²⁸ Ver no caso, *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro, CEA, 1974; *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; *Machado de Assis desconhecido*; São Paulo: Livros Irradiantes, 1971; *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.

²⁹ Pierre Bourdieu. “A Ilusão biográfica”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado (org.). *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001, p.183.

teriam sido centrais para sua dedicação futura à causa abolicionista. Vale ressaltar, porém, que esses dois últimos escritores apesar de enfatizarem a herança intelectual paterna de Patrocínio, não deixam de comungar com Alencar e Orico da existência de um traço negativo na sua ascendência: a mãe negra, possivelmente escrava, pouco citada nos relatos.

“O menino é pai do homem”

Outro aspecto importante na problematização das narrativas biográficas diz respeito às formas pelas quais os autores selecionaram e incorporaram as evidências em suas respectivas obras. Tratando-se agora, especificamente, dos biógrafos Osvaldo Orico e Raimundo Magalhães Jr., e também do escritor e advogado Evaristo de Moraes, foi possível verificar que os três autores beberam numa mesma fonte quando destacaram dois momentos da infância de Patrocínio — os quais seriam indicativos de sua trajetória futura na luta abolicionista. Nesta referência em comum, revelam que a informação vem de *Rascunhos e Perfis*, obra de 1909 da autoria de Ernesto Senna — cunhado de José do Patrocínio.³⁰

Dados bibliográficos certos como esse é coisa rara nas biografias. Vale a pena assim voltar a fonte que serviu aos autores em momentos diferentes e citar, por inteiro, os episódios supostamente protagonizados por Patrocínio. Do primeiro deles, Senna conta que,

³⁰ Ernesto Senna era irmão de D. Maria Henriqueta Senna com quem Patrocínio se casou em 1881. Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p. 28.

“Voltando de um passeio a cavalo em companhia do amigo que mais tarde devia ser o grande abolicionista Carlos de Lacerda chegara um dia Patrocínio a casa, chamando por um preto velho para que viesse abrir. A demora deste impacientou o menino que, enfurecendo-se, desferiu com o cabo de prata do chicote pesada pancada na cabeça do pobre preto, produzindo-lhe ligeiro ferimento. À noite, regressou de sua fazenda da Lagoa de Cima, o velho vigário, e teve conhecimento do ato cometido pelo filho.

Este que já dormia, foi despertado por seu pai, o qual fazendo-lhe uma repreensão pelo mau procedimento que tivera, deu-lhe os mais salutares conselhos em uma prática longa e severa com relação apenas à irritabilidade de seu gênio.

As palavras do Vigário Monteiro calaram profundamente no coração de Patrocínio e tal impressão produziram no seu espírito e na sua consciência, que, disse ele anos depois, pareceu-lhe que todo o seu ser se transformara repentinamente, que a razão lhe abrisse novos horizontes, iluminados pela suavidade de uma luz que era como a precursora do perdão e do arrependimento pela maldade praticada.

Data dessa época o seu sincero devotamento por essa raça infeliz a que pertencia e de cuja emancipação se tornou o mais fervoroso e o mais decidido propagandista.”³¹

Este incidente, ao ser retomado posteriormente por Moraes, Orico e Magalhães Jr.³² serve ao texto de cada um deles como uma espécie de “momento de revelação” para o então menino Patrocínio: a fagulha da chama abolicionista que o guiaria vida afora finalmente acesa — e transmitida, não por acaso. Após tal episódio, segundo prossegue a narrativa, José do

³¹ Ernesto Senna. “José do Patrocínio”, in: *Rascunhos e Perfis*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983 (1909), p.300.

³² Cf. Evaristo de Moraes. Op. cit., p. 286; Osvaldo Orico. Op. cit. p. 41 e Raimundo Magalhães Jr. Op. cit., p.11.

Patrocínio (então um rapazote de 13 para 14 anos) passou não só a ajudar nas fugas de escravos da fazenda do pai como também a protegê-los dos castigos físicos:

“Um dia seu pai mandara castigar um escravo. Patrocínio interveio em seu favor, mas o Vigário ponderou-lhe que a falta cometida era indesculpável e que o escravo devia ser forçosamente punido.

Executava o feitor o castigo na presença do Vigário Monteiro, quando Patrocínio assomou no patamar da escada de pedra que confinava com o terreiro. Daí clamava pela supressão do castigo, praguejava, tornando-se ora enraivecido, ora procurando na humildade da palavra que o feitor se apiedasse da vítima.

Vendo afinal que eram improficuos os seus esforços, vão os seus rogos, inúteis as lágrimas que lhe marejavam os olhos, jogou-se pela escada abaixo, vindo bater com a fronte sobre a laje de um dos degraus.

O feitor cessou o castigo e foi em socorro do jovem filho de seu patrão, levando-o ferido pela queda, junto àquele”.³³

Ao encerrar uma relação de causalidade com o relato anterior esta outra ocorrência é essencial para fechar o argumento dos biógrafos. Sua função é demonstrar que desde infância Patrocínio entregou-se totalmente à causa dos escravos, não medindo esforços para diminuir os “padecimentos daquela pobre gente”³⁴, “lavrando com o seu próprio sangue o protesto insopitável”³⁵ e mostrando-se já “um agitador perigoso”.³⁶

Na verdade, pode-se dizer que os “momentos de revelação”, tais como os descritos acima constituem um preceito básico das narrativas

³³ Ernesto Senna. Op. cit., p.300.

³⁴ Osvaldo Orico. Op. cit., p.42

³⁵ Evaristo de Moraes. Op. cit., p.286.

³⁶ Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p.12.

biográficas — pelo menos do tipo de biografia que está sendo tratada aqui. Parece ser uma máxima comum aos personagens biografados terem o seu próprio “momento de revelação”, quando habilidades e sentidos até então adormecidos são despertados e passam a organizar e justificar toda e qualquer ação a partir de então.

Alguns episódios relatados sobre a vida de Joaquim Nabuco, por exemplo, seguem esta premissa — só para ficar aqui com os personagens abolicionistas. Segundo informa Carolina Nabuco na biografia de seu pai, ele teria “tomado consciência” da dureza do regime escravista muito cedo, ainda bem criança, quando vivia num engenho pernambucano sob a tutela de seus padrinhos. O fato se deu quando um escravo fugido se jogou aos pés do pequeno Nabuco implorando para ser comprado e livrar-se assim dos castigos de um senhor cruel. Neste incidente — que terminou com a madrinha presenteando o afilhado com o “negro foragido” —, segundo relata a biógrafa, “o que se lhe revelou [a Nabuco], de modo impressionante, foi o lado trágico que ele ignorava, da instituição que cercara sua infância de dedicação feliz.”³⁷

Do mesmo modo que acometera a Patrocínio, um segundo episódio também teria marcado definitivamente a trajetória de lutas abolicionistas de Joaquim Nabuco. O caso ocorreu quando ele, já então um jovem bacharel,

³⁷ Maria Carolina de Nabuco Araújo. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958 (1928) pp. 17-18. *Apud* Célio Ricardo Tasinafo. *A obra do presente e do futuro: alguns dos significados da proposta abolicionista/reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas, 2001. p. 24.

voltou ao engenho de Massangana onde passara a meninice e foi assaltado por sentimentos saudosistas:

“A visita emocionou o sentimental. Pisando aquelas sepulturas e evocando pelos nomes de seus ‘santos pretos’, ele viu levantar-se dos túmulos abandonados o terrível espectro do cativo. E como além de sentimental era impulsivo, imediatamente jurou aos seus deuses dedicar a vida à causa da liberdade dos infelizes escravos. (...) Como uma fogueira crepitante, Nabuco estava na fase em que os homens acreditam fazer grandes descobertas, quando apenas desvendam as próprias tendências, e muitas coisas carregaram a lenha que alimentou as labaredas da imaginação.”³⁸

Este episódio, citado por um outro biógrafo de Joaquim Nabuco, marca com mais veemência ainda a sua “tomada de consciência” em prol dos escravos. As metáforas utilizadas ali são bastante semelhantes às aquelas usadas em algumas descrições de José do Patrocínio. Tanto para ele quanto para Nabuco as imagens de “chamas”, “fogo”, “incêndio” são acionadas para servir à composição do personagem e das suas motivações como algo intenso, vigoroso, que iluminava e aquecia, impulsionando o espírito e os sentimentos a uma ação imediata. Esta “ação” também figura nas narrativas como sendo impetuosa, entusiasta, que se espalhava continuamente pois tinha por trás a força genial de homens que “se descobriram” portadores de uma missão heróica: liderarem a luta contra a escravidão no Brasil.

³⁸ Luiz Viana Filho. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. p. 33. *Apud* Célio Ricardo Tasinafo. *Op. cit.* p.33.

Notadamente, Evaristo de Moraes, Osvaldo Orico e Raimundo Magalhães testaram em vários níveis a lógica que permeia as narrativas biográficas, qual seja, a de se buscar nos antecedentes familiares, no ambiente social de nascimento e de criação, e também nos episódios da infância, a explicação de uma história de vida. Ao retomarem enfaticamente o texto de Ernesto Senna para registrar os incidentes ocorridos na meninice de Patrocínio, parecem seguir a máxima definida pelo “defunto-autor” Brás Cubas em suas memórias póstumas — “O menino é pai do homem”³⁹ — como a regra ordenadora de todo e qualquer exercício biográfico. A vida de José do Patrocínio, portanto, só pôde ser apreendida por esses autores nos termos de um percurso previamente orientado e “unidirecional”, “que tem um começo”, etapas sucessivas, e “um fim, no duplo sentido, de término de finalidade”.⁴⁰

Não foi por acaso portanto que a narrativa de Ernesto Senna sobre José do Patrocínio constituiu-se na principal matriz para os escritos posteriores de Evaristo de Moraes, Osvaldo Orico e Raimundo Magalhães Jr.

³⁹ Machado de Assis. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Abril Cultura, 1971. p.30. Na verdade, esta expressão é o título do capítulo XI das *Memórias*, no qual seu autor, Brás Cubas, narra alguns episódios de sua infância, alguns “lineamentos do menino”, como anota, apresentando em seguida “o meio doméstico” no qual conviveu e se formou. Afinal, segundo o narrador, era o que realmente importava. Agradeço imensamente a Sidney Chalhoub que me lembrou da frase e me chamou atenção para a importância e pertinência de seus significados para a discussão das biografias. Ver, neste sentido, Sidney Chalhoub. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. Em especial o Capítulo 3, “Ciência e ideologia em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*”.

⁴⁰ Pierre Bourdieu. Op. cit. p. 183. Contudo, se as palavras de Bourdieu podem caracterizar de maneira enfática a lógica que permeia as biografias de José do Patrocínio, por outro lado, não devem ser tomadas como generalizações dos estudos históricos. Em um texto de natureza teórica que trata dos usos da biografia pelos historiadores, Giovanni Levi discutiu as potencialidades de tal procedimento, ainda que cercado de ambigüidades e servindo a abordagens diferenciadas. Cf. Giovanni Levi, Op. Cit.

Além dos incidentes com escravos relatados, Senna registrou muitas outras informações factuais sobre o personagem: como a sua partida da cidade natal de Campos dos Goitacases em meados de 1868, quando contava com cerca de 13 anos, e a chegada na Corte Imperial para ocupar-se como aprendiz na Santa Casa de Misericórdia. Ele descreveu também o início da carreira literária e jornalística de Patrocínio, indicando os periódicos nos quais trabalhou e dirigiu — não deixando de registrar detalhes de sua vida pessoal, como o casamento, os filhos, e a vivência no seio da tradicional família do Capitão Emiliano Rosa de Senna.

Já a “fase” de atuação militante de José do Patrocínio como líder abolicionista recebeu cores especiais de sua pena, sendo destacado por ele como o momento mais glorioso da vida do cunhado e pelo qual deveria ser lembrado e reverenciado na posterioridade. Mais rapidamente, a parte final do texto versou sobre o desterro de Patrocínio para Amazônia — pena imputada pelo governo republicano de Floriano Peixoto aos seus opositores; e, por último, poucos anos antes de morrer, o último projeto ao qual Patrocínio se dedicou: a construção de um balão — o Santa Cruz.⁴¹

Depois de passar os olhos por esse breve resumo fica bastante óbvia a razão da atração dos biógrafos de Patrocínio pelo texto de Ernesto Senna. Primeiro, tratava-se de uma série de informações factuais assinada por alguém que convivera muito proximamente do biografado, se não testemunhando, então possivelmente ouvindo muita coisa de sua própria

⁴¹ Cf. Ernesto Senna. Op. cit.

boca. Depois, como já foi dito anteriormente, esta narrativa de Senna é, na verdade, um dos capítulos que integra a sua obra *Rascunhos e Perfis*, de 1909. Como o próprio título sugere, os textos reunidos neste volume teriam a proposta comum de registrar as impressões de Senna sobre episódios, pessoas e lugares, forjando assim a idéia de uma obra memorialística escrita num só fôlego e tendo como respaldo apenas a lembrança de seu autor. Mas ocorre que a maioria daqueles escritos já havia aparecido antes como crônica e/ou artigo nos periódicos nos quais Senna eventualmente colaborava. O capítulo intitulado “José do Patrocínio”, no caso, foi publicado originalmente na revista *Kosmos* em fevereiro de 1905, por ocasião da morte de Patrocínio.⁴² Tratou-se ali, portanto, de uma circunstância marcadamente especial para Ernesto Senna: prestar uma homenagem póstuma ao cunhado morto.⁴³

Se a especificidade do texto de 1905 já é sombreada pelo próprio autor no momento em que sai reproduzido em livro no ano de 1909, seu sentido original fica mais sobrepujado ao ser transcrito de forma fragmentada por Evaristo de Moraes, Osvaldo Orico e Raimundo Magalhães Jr em suas obras — estas, já bastante carregadas de suas próprias historicidades.

⁴² Ernesto Senna, “José do Patrocínio”, *Kosmos*, Ano II, nº 2, fevereiro de 1905.

⁴³ O artigo inicia-se desta forma: “Estas linhas despretensiosas são escritas com a consciência de quem procura, nos limites de sua inteligência, prestar uma pequena mas afetuosa homenagem à memória do grande mestre de ontem, aquele que, por seus feitos, seu talento, sua audácia coragem, valor e patriotismo, foi o apóstolo da redenção de sua raça, da reivindicação dos direitos de seus irmãos, igualando na lei a humanidade brasileira.” Idem.

Nas obras de Osvaldo Orico e Raimundo Magalhães Jr., por exemplo, tendo em vista a sua natureza e proposta explicitamente biográficas, a utilização fracionada do texto de Ernesto Senna foi essencial para ordenar, cronologicamente, as seqüências narrativas de cada uma delas. Contudo, ainda que mais de três décadas separem *O tigre da Abolição* (1931) de *A vida turbulenta de José do Patrocínio* (1969), é possível entendê-los também sob um referencial comum, qual seja o de terem sido forjados no contexto de um movimento bastante forte da produção literária brasileira entre as décadas de 1920-1960: a vasta produção de livros de memórias e de biografias sobre literatos e a vida literária do final do século XIX.⁴⁴ As duas obras convergem ainda mais sob este aspecto se lembrarmos que *O tigre da Abolição* ganhou nova edição em 1953 em comemoração ao centenário de nascimento de José do Patrocínio. É exatamente o período em que as biografias dos homens de letras da virada do século XIX atingiram seu ápice, fixando-se como um gênero específico da literatura produzida na época.⁴⁵

Diferentemente, a proposta de Evaristo de Moraes em *A Campanha Abolicionista* não é a de um exercício biográfico, mas sim a de se traçar uma

⁴⁴ Cf. João Paulo C. S. Rodrigues. “A Geração Boêmia: Vida Literária em Romances, Memórias e Biografias”, in: Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira. *A História Contada – capítulos de História Social da Literatura no Brasil*; Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998. pp. 234.

⁴⁵ Neste mesmo artigo, João Paulo Rodrigues mapeou detalhadamente as biografias produzidas naquele contexto. Segundo elenca o autor, logo em 1935 há o lançamento de uma biografia de Raul Pompéia por Elói Pontes e “duas brochuras sobre a vida de Artur de Oliveira”. O gênero, contudo, firma-se entre “meados dos anos 40 e 60, com uma rebarba para a década seguinte”, com cinco biografias escritas por Raimundo de Menezes, três por Raimundo Magalhães Jr., duas por Ciro Vieira da Cunha, outra de Elói Pontes sobre Olavo Bilac, e ainda a escrita por Francisco de Assis Barbosa sobre a vida de Lima Barreto. Cf. João Paulo Rodrigues. Op. cit. p.235. (ver também nota 5 da página 258, onde está a registrado a listagem completa das biografias citadas por este autor).

“História da Abolição” através da constituição das principais leis de emancipação. Ao delegar à atuação parlamentar a “evolução política” dos acontecimentos que culminaram no 13 de maio, o autor reconhecia e defendia a “intervenção do poder público” na promoção de transformações sociais⁴⁶ —, como interpretou ter sido o caso da Abolição. Mas, neste caso, qual o lugar de José do Patrocínio nesta história? Por que dedicar a ele um capítulo inteiro de seu livro, — exatamente onde anota e comenta fragmentos de sua trajetória?

O próprio Evaristo justificou de início que tal “evidência pessoal” em seu livro devia-se a constatação de que Patrocínio foi, sem dúvida, “a figura de mais destaque de propaganda abolicionista...”⁴⁷ Ocorre que este autor creditava máxima importância à propaganda em si, vendo nela um meio de ação imprescindível na preparação dos espíritos e no convencimento da opinião pública para o bom recebimento (e funcionamento) das leis. Conforme bem definiu Joseli Mendonça em sua análise, “a propaganda” era entendida por Evaristo como “obra de transformação dos sentimentos, ação pedagógica explícita e militante, empreendida por homens ‘ilustrados’, definida em torno de um projeto de transformação política e social”.⁴⁸ Na interpretação de Moraes, em suma, Patrocínio encarnava não só este aspecto do movimento, mas era também o “mestiço ilustrado” que desde a mais tenra infância se mostrou um “combatente” pela causa da liberdade. Daí a

⁴⁶ Cf. Joseli Mendonça. Op. cit. p.245.

⁴⁷ Evaristo de Moraes. Op. cit. p.283.

⁴⁸ Joseli Mendonça. Op. cit.p. 245.

importância para este autor em dar conta da “vida pregressa” de seu personagem.

De qualquer forma, a narrativa de Ernesto Senna sobre José do Patrocínio constituiu-se na principal matriz para os escritos posteriores de Evaristo de Moraes, Osvaldo Orico e Raimundo Magalhães Jr. Ali, contudo, a referência anotada é a do texto que apareceu em *Rascunhos e Perfis*, o que faz perder de vista o sentido original do escrito — como vimos, inicialmente publicado em 1905 na revista *Kosmos* por ocasião do falecimento de Patrocínio.

Mas, essa problematização em torno dos relatos e narrativas biográficas pode se tornar ainda mais complexa, se introduzirmos à cena um outro construtor de memórias.

A verdade dos tempos

A tentativa de explicar como o filho de uma negra, quitandeira, com um vigário de interior de província pôde conquistar um lugar social de destaque na Corte, o fio condutor das narrativas vistas até aqui, foi exercitada, primeiramente, pelo próprio Patrocínio quando lançou mão de contar sua “história de vida” no artigo “Uma explicação”, publicado na *Gazeta da Tarde* em 29 de maio de 1884.⁴⁹ Do mesmo modo que foi possível discutir como os biógrafos se relacionaram com algumas das evidências

⁴⁹ Vale informar que a localização exata deste artigo só foi possível a partir do cruzamento e confronto das citações feitas por Raimundo Magalhães Jr., quando referenciadas em sua obra.

disponíveis na tessitura de suas obras, a reflexão em torno da “memória” ganha maior dimensão e fica mais complexa quando se verifica que Ernesto Senna reproduziu trechos inteiros do escrito de Patrocínio de 1884 no seu próprio texto de 1905. Ali, estando anotado sob o epíteto de “autobiografia de Patrocínio”⁵⁰, sofreu diversas outras apropriações e adaptações se lembrarmos que Senna foi a principal fonte usada por alguns autores.

Depois de afrouxado seus laços, esta delicada trama tecida sobre a fonte primária pôde finalmente ser desfeita, sendo apreendida da seguinte forma: de seu contexto original em 1884, o artigo de José do Patrocínio passou pela revista *Kosmos*, em 1905, inserido num texto de Ernesto Senna; texto este que, em 1909, foi transformado em capítulo do livro *Rascunhos e Perfis* do mesmo autor. Tal capítulo, por sua vez, aparece de forma fragmentada na obra de Evaristo de Moraes, de 1924; na de Osvaldo Orico, em 1931; e, finalmente, na de Raimundo Magalhães Jr, em 1969.

Esse exercício, ao tentar recuperar as inúmeras apropriações entre textos, datas e autores, é indicativo de como as descrições encontradas nas biografias de Osvaldo Orico ou Magalhães Jr., por exemplo, devem ser olhadas com cautela. Sobretudo porque o texto de Ernesto Senna, bastante incorporado às narrativas para registrar momentos distintos da vida de José do Patrocínio, reproduz de forma adulterada algumas passagens do seu artigo de 1884. Um bom exemplo dessa operação pode ser verificado no fragmento a seguir:

⁵⁰ Ernesto Senna. “José do Patrocínio”, in *Kosmos*, Ano II, no.2, fevereiro de 1905.

“Em 1877 entrei para um jornal (*Gazeta de Notícias*).

Em 1881 deixei este jornal.

Eu já era casado e meu sogro, o capitão. Emiliano Rosa de Senna, proprietário da face edificada da rua Imperial Quinta em S. Christovão, proprietário de prédios e terrenos na praia Formosa, pôs à minha disposição a quantia de 15:000\$ para comprar a *Gazeta da Tarde*, que acabava de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes.

Devo confessar que encontrei a empresa no maior grau de depressão financeira. A tiragem real era de 1.900 exemplares.”⁵¹

Este trecho do artigo de Patrocínio está inserido no texto de Ernesto Senna, tanto no de 1905 como no de 1909. Contudo, a passagem contida no original de 1884 era exatamente esta:

“Em 1877 entrei para um jornal que há na rua do Ouvidor em frente à rua Nova do Ouvidor.

Se o ódio pode dar lugar a justiça, d’áí desse ninho de inimigos meus pode sair às palavras de justiça pelo trabalho de um rapaz, que enquanto foi aí empregado nunca recebeu advertências dos seus patrões, foi honrado com a máxima confiança de um deles, merecendo até a distinção de ensinar pelo método João de Deus a sua inocente filhinha.

Em 1881 deixei este jornal. Por quê?

O momento não é oportuno, mas esta história será publicada, com os documentos necessários.

Eu já era casado e meu sogro, o capitão Emiliano Rosa de Senna... (...).”⁵²

O parágrafo seguinte a este acima, contudo, prossegue igual aquele reproduzido por Ernesto Senna, que encerra exatamente naquele

⁵¹ Idem.

⁵² José do Patrocínio. “Uma explicação”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

ponto a “autobiografia de Patrocínio”. Como o texto de Senna não traz nenhuma indicação de houve “cortes” na reprodução que efetuou do artigo de 1884, nem em relação ao que aparece citado, nem ao que poderia ter relegado, é plausível que um leitor desavisado o tome como uma reprodução fiel das palavras de Patrocínio. Sobretudo porque a menção inicial de Senna — a de que estava reproduzindo uma “autobiografia” — dá a falsa impressão de que o documento seria mais autêntico, sincero e verdadeiro: uma espécie de confissão.⁵³

Em primeiro lugar, Ernesto Senna retira de seu texto a referência da saída de José do Patrocínio da *Gazeta de Notícias*. Este, porém, ao informar sobre tal episódio, explica que sua retirada não esteve associada a eventuais problemas entre “os patrões” e “o empregado”, sendo de outra natureza os motivos de sua saída da folha. Contudo, ao eximir-se de fornecer maiores detalhes sobre sua antiga relação com a *Gazeta*, Patrocínio acaba sugerindo que algo mais ou menos grave ocorrera naquela circunstância, pois o caso mereceria, inclusive, um esclarecimento particular. É possível que esse tenha sido um dos motivos pelos quais Senna “amputou” tal parágrafo do seu texto. Se lembrarmos do seu propósito original em 1905 — isto é, o de fazer uma homenagem póstuma ao cunhado morto —, aquele

⁵³ Ernesto Senna faz a seguinte introdução ao texto de Patrocínio: “A sua autobiografia, na parte que mais interessava pela lealdade e franqueza do seu coração, escreveu-a ele, há anos na seguinte e sugestiva e sucinta confissão: ‘Perguntam-me como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos, deve admirar-se de me ver proprietário de um jornal e que pudesse fazer uma viagem a Europa’.” Ernesto Senna. “José do Patrocínio”. Op. cit. Cf. também Ernesto Senna, *Rascunhos e Perfis*, Op. cit., p. 303.

trecho talvez fosse um tanto ambíguo, podendo macular a imagem do cunhado falecido ao trazer à tona lembranças e fatos que provavelmente não seriam as melhores referências para uma narrativa daquela natureza.

Por outro lado, não resta dúvidas de que é exatamente esta a lógica que explica por que Ernesto Senna excluiu também de seu texto toda a parte final do artigo de José do Patrocínio. Não por acaso, pois é exatamente a partir do ponto onde Senna interrompe a reprodução da “autobiografia” que Patrocínio deixa mais clara a natureza polêmica do seu artigo: discorrendo sobre os bastidores da compra da *Gazeta da Tarde* e as dificuldades financeiras que quase levaram a folha à falência, ele explicita na seqüência que vinha sofrendo a injuriosa acusação de ser um “papa-pecúlios”. Como vimos anteriormente, tal epíteto significava que ele estaria embolsando para si os recursos angariados pela Confederação Abolicionista para a compra de cartas de liberdade.

Contudo, mais do que identificar os fracionamentos que o texto original de 1884 sofreu ao longo de diferentes contextos e de leituras sobrepostas, é possível ir além e perceber nesta operação a cristalização de uma memória específica para José do Patrocínio. Em outras palavras, os textos biográficos e memorialísticos somaram esforços na consolidação de uma legenda heróica que é inequivocamente “abolicionista” — sendo o próprio Patrocínio sujeito dos mais atuantes nesta construção ao projetar tal auto-imagem em seus escritos.

Apropriado de forma fracionada pelos biógrafos e sacralizado nesta operação como “autobiográfico”, o texto de 1884 revelou que por trás das informações sobre sua vida, José do Patrocínio tentava responder a suspeitas graves que questionavam a sua atuação no movimento abolicionista e a sua posição como editor e proprietário de jornal. A narrativa das próprias origens e dos bastidores de compra da *Gazeta da Tarde* foi a forma escolhida para defender-se naquela circunstância.

Torna-se quase impossível evitar a sensação de ironia que essa história provoca. O artigo de 1884, peça escrita por José do Patrocínio no interior de uma luta política para defender-se da alcunha de “papa-pecúlios”, acabou servindo depois para idealizar sua trajetória de vida e consolidar sua legenda heróica ao tornar-se, indiretamente, fonte cristalizada para os futuros biógrafos. Legendado como o “grande abolicionista”, ele permanece engessado neste denominativo que parece carregar o sentido (e por que não o fardo) de toda a sua vida. Ao mesmo tempo, contudo, esta memória tem elementos comuns com a imagem que o jornalista buscou forjar para si mesmo no interior de conflitos políticos específicos — cujo sentido original ficou perdido nas narrativas posteriores sobre ele. Afinal, o que poderia macular mais a legenda do “tigre da abolição” do que o apelido pejorativo de “papa-pecúlios”?

Se as alianças e as oposições que Patrocínio forjou ao longo de sua trajetória na imprensa são decorrentes de uma “vida turbulenta” para

Magalhães Jr.⁵⁴, esta mesma constatação é analisada por Evaristo de Moraes como sintomas de um “fanatismo desconcertante” na defesa dos escravos⁵⁵. Osvaldo Orico, por sua vez, ao ver o jornalista como o “tigre da abolição”, remete à idéia de um estado de natureza pura, mas de espírito e instinto combativos.⁵⁶ De seus contemporâneos, contudo, Patrocínio carregou epítetos obviamente opostos conforme fossem aliados ou adversários. No calor de um debate com o líder republicano Rangel Pestana, por exemplo, em fins da década de 1880, foi reduzido a “apenas um negro de talento”⁵⁷. Contrariamente, neste mesmo contexto, ele era tido como “um grande mestre” para um grupo de literatos integrado por Coelho Netto, Olavo Bilac, Pardal Mallet e Luís Murat.⁵⁸

Zeca para os amigos, Zé do Pato para o povo, Proudhomme para os propagandistas da abolição. A polissemia da imagem de José do Patrocínio e a intensidade com a qual foi acionada por agentes sociais diversos são analisadas por José Murilo de Carvalho como decorrentes de sua experiência fronteiriça entre mundos distintos:

“A começar pela fronteira étnica: pai branco, mãe negra, um mulato, como se dizia na época, cor de tijolo queimado, em sua própria definição. Depois a fronteira civil: mãe escrava, pai senhor de escravos e escravas. A fronteira do estigma social, a seguir: oficialmente registrado como exposto,

⁵⁴ Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit.

⁵⁵ Evaristo de Moraes. Op. cit. p. 284.

⁵⁶ Osvaldo Orico. Op.cit.

⁵⁷ Rangel Pestana (D'A Província de S. Paulo). “A ingratitude de Judas”. *O Paiz*, 4 de janeiro de 1889.

⁵⁸ Cf. respectivamente o jornal *O Meio*, 17 de agosto de 1889 e Coelho Netto “Discurso em resposta a Mário de Alencar na Academia Brasileira de Letras”. Op. cit.

só mais tarde constando o nome da mãe, nunca legalmente reconhecido pelo pai. Mais: a fronteira entre o mundo interiorano em que se criou e viveu até os 15 anos e o mundo da corte em que exerceu a atividade profissional e política. Ainda: a fronteira intelectual de uma formação superior mas de baixo prestígio, a de farmacêutico, convivendo com a formação dos bacharéis em direito, medicina e engenharia. Por fim, a fronteira entre o reformismo e o radicalismo políticos”.⁵⁹

Neste trecho o historiador procura ordenar os mundos nos quais, segundo sua análise, José do Patrocínio teria vivido do berço até a fase adulta. Neste sentido, a expressão “fronteira” usada pelo autor — mais do que servir à descrição e à distinção dos tais mundos elencados —, parece indicar antes que o jornalista viveu numa espécie de limbo entre eles, cambiando entre um e outro.

Sob esta perspectiva, contudo, a relação que Carvalho estabelece entre o indivíduo e o contexto aparece de forma estanque, parecendo responder apenas às variantes e às determinações do contexto — ou ignorando as possíveis escolhas do próprio sujeito. Não que tais suportes sociais e culturais não sejam significantes à problematização, sendo mesmo imprescindíveis a qualquer tipo de análise. Ocorre que a relação de Patrocínio com essas várias dimensões de sua experiência devia se operar dinamicamente e, sobretudo, de maneira conflitante. Ele agia, atuava e pensava sobre as especificidades que efetivamente marcaram seu nascimento

⁵⁹ José Murilo de Carvalho. “Com o coração nos lábios”, in: José do Patrocínio. *Campanha Abolicionista* (coletânea de artigos). Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1996. p.9.

e infância, assim como fazia com as situações e circunstâncias que lhe cercaram ao longo da vida, as quais ele mesmo ajudava a forjar através do agenciamento sobre sua própria vida.

Nesta direção, talvez seja válido questionar qual o papel da imprensa para José do Patrocínio, sobretudo, porque foi o meio no qual ele se inseriu e firmou como sua atividade profissional ao longo de toda vida. Trata-se de um tema que ficou ausente na exposição de José Murilo de Carvalho e que poderia ajudar a explicar, através da problematização das condições e significados de produção e circulação dos jornais naquele momento, o modo complexo e conflitante com os quais Patrocínio viveu sua “experiência fronteiriça”.

Não é por acaso que, na interpretação de José Murilo de Carvalho, a atuação de Patrocínio como jornalista, editor e proprietário de jornais fique relegada, só aparecendo quando associada à propaganda abolicionista. No cerne de seu argumento está a legenda consolidada pelos textos biográficos como o de Raimundo Magalhães Jr., Osvaldo Orico e outros relatos memorialísticos vistos aqui. Além da citação de um destes autores no rodapé, a referência aos biógrafos também se expressa indiretamente, através por exemplo de frases como — “acima de tudo, estava sua paixão pela causa abolicionista, nascida talvez já em Campos no convívio com a mãe escrava”.⁶⁰

⁶⁰ Idem. A referência é a Raimundo Magalhães Jr. e sua supracitada obra *A vida turbulenta de José do Patrocínio*.

A imagem exclusivamente abolicionista de Patrocínio, de chefe do movimento, de propagandista e orador dos mais destacados ganha contornos mais definidos na análise de Humberto Fernandes Machado em sua tese *Palavras e Brados: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro, 1880-1888*.⁶¹ Dedicado exclusivamente a “situar o pensamento de José do Patrocínio no processo abolicionista”, o trabalho estabelece como marcos temporais a década de 1880, justamente o período em que o jornalista deteve, seqüencialmente, a propriedade e a direção de dois jornais considerados abolicionistas por excelência, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*.⁶²

A base do argumento de Machado é que os textos de propaganda de José do Patrocínio moldavam-se a partir de dois referenciais: o paternalismo e o reformismo. Segundo ele, a escolha de tais premissas como norteadoras de sua investigação objetivariam buscar as contradições e ambigüidades que teriam marcado a trajetória do escritor durante a chamada década da abolição. Em outras palavras, ainda que Patrocínio elogiasse as alforrias em massa, os fundos de emancipação — proveniente de ações abolicionistas de jornalistas e políticos —, mantinha uma postura moderada em relação às ações dos escravos, como fugas, revoltas e crimes

⁶¹ Humberto Fernandes Machado *Palavras e Brados: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro, 1880-1888*; Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1991.

⁶² É importante notar que tal recorte não deixa de estar mais ou menos comprometido com a memória calcada por Joaquim Nabuco e a sua periodização para a história do movimento abolicionista. Segundo ele, o *fiat* se deu com o pronunciamento de Jerônimo Sodré na Câmara dos Deputados em 1879. A partir daí a idéia da abolição encampou, conquistando cada vez mais adeptos até a vitória de 1888. Joaquim Nabuco. “Abolição”, in: *Minha Formação*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. pp. 138-139. Para uma discussão sobre a ação de Joaquim Nabuco como ‘fundador de uma periodização sobre o movimento abolicionista.’, ver Célia Azevedo, “Abolicionismo e Memória das Relações Raciais”, in: *Estudos Afro-Asiáticos* (26): 5 - 19, setembro de 1994.

contra senhores, defendendo, assim, um encaminhamento ordenado da abolição que não representasse rupturas na sociedade.⁶³

Paternalismo e reformismo são entendidos por este autor como contradições inerentes ao modo de pensar liberal importado das sociedades européias. Contudo, ao estabelecer tais paradigmas como ponto de partida de análise Machado acaba aprisionando seu objeto de investigação a assertivas previamente estabelecidas. Mediado por interpretações cristalizadas da historiografia como a questão das “idéias fora do lugar”⁶⁴, o autor deve a este argumento a conclusão de que Patrocínio “encarnava o típico liberal do século XIX”, isto é, era um reformista por excelência.⁶⁵ Daí, a moderação de seus textos em relação às ações escravas, entendidas como perigosas à manutenção da ordem.

A constatação final de que a vitória da causa abolicionista, em 1888, não significou uma mudança político-social efetiva explica o título do trabalho: as palavras (de abolicionistas como Patrocínio) controlaram e abafaram os brados dos escravos, que continuaram marginalizados após a extinção legal do cativeiro.⁶⁶ Machado credita, portanto, um papel

⁶³ Idem, idem, p.3

⁶⁴ Refiro-me aqui ao importante debate estabelecido na década de 1970 a partir da análise de Roberto Schwartz sobre as formas literárias desenvolvidas na segunda metade do século XIX. Cf. “As idéias fora do lugar”, in: *Ao vencedor as batatas*. Rio de Janeiro, Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000 (1977). pp.9-32. Para uma posição diferenciada, que refuta a aparente contradição entre escravidão e liberalismo/capitalismo, ver Maria Sylvia de Carvalho Franco. “As Idéias estão no lugar”, in: *Cadernos Debate*, nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1976; e “Organização Social do Trabalho no Período Colonial”, in: *Revista Discurso*, nº 8, 1978.

⁶⁵ Humberto Machado. Op. cit. p.3

⁶⁶ Neste ponto, pode-se dizer que Machado simplesmente não se ocupa de importantes contribuições historiográficas que estabelecia as ações de escravos e libertos um papel

fundamental aos jornais que se denominavam defensores da causa abolicionista. Entendendo a imprensa como um instrumento de manipulação dos acontecimentos, os jornais dirigidos por Patrocínio teriam sido decisivos para a vitória abolicionista, pois ao denunciar os sofrimentos do cativo, orientavam também a opinião pública segundo seus projetos políticos mais imediatos. Além de não perceber nenhum teor político nas ações escravas, Machado enquadra o movimento abolicionista num projeto comprometido com interesses da classe senhorial, que buscava cada vez mais manter controle sobre as ações escravas.

Patrocínio não se diferenciaria, portanto, de outros sujeitos, jornalistas, políticos e/ou intelectuais que, no fim do século XIX, atuaram publicamente no combate à instituição do cativo. A visão de Machado, porém, não leva em conta um elemento importante que torna a experiência de Patrocínio única no interior desse grupo que a historiografia e o senso comum costumou identificar como “os abolicionistas”: a sua cor. Ou, como o próprio Patrocínio se referiu em certa ocasião: sua “consangüinidade” com os escravos — que lhe foi, aliás, bastante cara ao longo de toda sua trajetória.⁶⁷

importante na luta contra o cativo. Para além de fugas ou revoltas, os escravos construíram uma rede de estratégias que tinha nas ações judiciais, sobretudo, seu ponto forte de luta. Entre uma gama de trabalhos desenvolvidos já na época, cito os de Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Célia M. Marinho Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco – o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987; Silvia Hunold Lara. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

⁶⁷ [José do Patrocínio] Proudhomme. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1880.

Ocorre que a representação de “abolicionistas” acionada por Humberto Machado parece remeter àquela estampada na *Revista Ilustrada*, no próprio contexto de 1888, numa edição comemorativa ao fim legal da escravidão:



Panteão Abolicionista: José do Patrocínio está retratado logo abaixo, no canto esquerdo da litografia. (*Revista Ilustrada*, ano 13, nº 498, 1888, pp.4-5)

No panteão abolicionista, segundo a interpretação do periódico, a então Regente Princesa Isabel é retratada em maior proporção e numa posição central, estando circundada pelos principais expoentes da propaganda na tribuna e na imprensa. Entre Joaquim Nabuco, “o líder na

Câmara”, João Clapp, “presidente da Confederação Abolicionista”, o “presidente do Conselho”, João Alfredo — e demais ministros imperiais —, Patrocínio aparece legendado na clássica litografia como “representante da imprensa abolicionista”.⁶⁸ Neste conjunto que procura retratar os principais participantes do “movimento”, Izabel representaria assim a líder política que corajosamente concretizou os ideais de liberdade reivindicados por aqueles homens iluminados.⁶⁹

Embora constituam, no fim das contas, os principais agentes na idealização da Abolição como redenção de uma “raça”, como graça e benfeitoria concedida aos escravos, alguns daqueles homens exercitaram sua militância de forma diferenciada — não no sentido mais imediato dos diferentes campos de atuação de cada um deles, como fica categorizado nas legendas do retrato; mas, porque se inseriram no cenário político trazendo

⁶⁸ Na ordem, da esquerda para a direita, os retratados são os seguintes: Senadores Dantas (líder no Senado), João Alfredo (presidente do conselho), Antônio Prado (ministro de Estrangeiros), Deputado Joaquim Nabuco (líder na Câmara), Senador Cruz Machado (presidente do Senado), Deputados Ferreira Vianna (Ministro da Justiça) e Costa Pereira (Ministro do Império), Desembargador Lucena (Presidente da Câmara), José do Patrocínio (representante da imprensa abolicionista), Senador Vieira da Silva (Ministro da Marinha), Deputado Rodrigo Silva (Ministro da Agricultura), Senador Thomaz Coelho (Ministro da Guerra) e, finalmente, João Clapp (presidente da Confederação Abolicionista). *Revista Ilustrada*, ano 13, nº 498, 1888, pp.4-5

⁶⁹ Esta imagem de homogeneidade, contudo, foi dissolvida no próprio calor dos acontecimentos. Em sua análise sobre práticas jurídicas e ações abolicionistas na província de São Paulo, Elciene Azevedo destaca que já em 1888 “vários projetos abolicionistas elegeram personagens distintos para disputar o pedestal de ‘verdadeiro herói’ da abolição”. A autora cita, neste sentido, o embate explicitado nas páginas do jornal *A Liberdade*, através do qual estabeleceu-se uma clara oposição entre as ações protagonizadas pelo grupo de Antônio Bento — os chamados caifases — e aquelas outras tidas essencialmente como “legalistas”. Desta última categoria, a qual o articulista atribui uma importância menor, seriam representantes Luís Gama e Américo de Campos, em São Paulo, e José do Patrocínio e Ferreira de Menezes na Corte. Cf. Elciene Azevedo. *O Direito dos escravos – lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado. Campinas, IFCH – UNICAMP, 2003. p.8.

consigo experiências e expectativas individuais, nas quais certamente pautaram e orientaram suas escolhas pessoais conforme o peso dos acontecimentos.⁷⁰

Deste modo, ao questionar a univocidade da “legenda abolicionista” calcada para Patrocínio, minha proposta é buscar outros elementos que ajudem a elucidar a lógica social de suas ações, e os mecanismos e estratégias que acionou em circunstâncias específicas de sua trajetória. Não se trata de descobrir o “verdadeiro” José do Patrocínio por trás das memórias, mas de tentar compreender seus movimentos como inicialmente indefinidos, pontuados somente pelas incertezas e indeterminações de um sujeito que não sabia o final da própria história. O capítulo seguinte segue essa trilha buscando recompor os fios que conjugaram algumas das vicissitudes experimentadas pelo nosso personagem ao longo da década de 1870 na corte imperial.

⁷⁰ Análises recentes têm demonstrado, neste sentido, como o enfoque em experiências individuais pode ser bastante promissor na investigação dos processos históricos. Em se tratando, especificamente, de trajetórias e/ou experiências abolicionistas ver, por exemplo, a análise empreendida por Elciene Azevedo sobre Luís Gama. Cf. Elciene Azevedo. *Orfeu da Carapinha – a trajetória de Luis Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; Cêlio Tasinafo. *A Obra do Presente e do Futuro: alguns significados da proposta abolicionista/reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)*; Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH- UNICAMP, 2001. E, mais recentemente, o excelente estudo de Marcelo Balaban. *Poeta do Lápis: A trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH- UNICAMP, 2005.

Capítulo II

Na ante-sala da imprensa

Quando saiu de Campos dos Goitacases, cidade do interior da província do Rio de Janeiro, e chegou à Corte imperial José Carlos do Patrocínio era um rapazote de catorze ou quinze anos. Corria o ano de 1868 e sua primeira ocupação foi a de “aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa de Misericórdia”.¹

À primeira vista essa notícia do estabelecimento de Patrocínio na Corte causa estranhamento, sendo difícil apreendê-la não somente num sentido “literal”, mas principalmente no sentido histórico, enquanto um elemento da sua trajetória social. A pergunta que salta aos olhos é — o que era exatamente um “aprendiz extranumerário” da Santa Casa no Rio de Janeiro? E quais os significados desse ofício no contexto do século XIX?

Na verdade, as Casas de Misericórdia eram as principais instituições caritativas que atuaram ao longo do século XIX. Na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, especificamente, o exercício da caridade organizava-se em três frentes de ação: o Hospital da Misericórdia, o Recolhimento das Órfãs, dedicado exclusivamente à assistência de mulheres; e a Casa dos Expostos, onde os enjeitados, meninos ou meninas, eram

¹ José do Patrocínio. “Uma Explicação”. *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884. A partir desta nota apenas “Uma Explicação.”

depositados anonimamente na famosa “roda”. É provável que Patrocínio integrasse justamente o quadro de pessoas mais assistidas pelas obras e ações da Santa Casa, isto é, o das crianças pobres sem lar e/ou que eram acolhidas para o aprendizado em algum ofício.²

Os aprendizes de enfermeiros do Hospital da Misericórdia, por exemplo, quando eram muito pobres moravam e comiam nas próprias dependências da instituição. Geralmente, a menção “aprendiz do número” significava que a pessoa em questão residia na Santa Casa. Como a procura por esse tipo de assistência era muito grande, existiam sempre os “extranumerários”, ou seja, aqueles que extrapolavam o quadro efetivo de recolhidos, mas que apesar disso moravam na Santa Casa da mesma forma.³ Não devia ser diferente com os meninos aprendizes na farmácia pois Patrocínio lembra muito bem na narrativa do início de sua vida na Corte que, tendo que sair do Hospital da Misericórdia “quando a farmácia passou às mãos das irmãs da Caridade”, teria ficado completamente desamparado não fosse o socorro providencial de um protetor abastado e com influência pessoal.⁴

² Agradeço a Luciana Gandelman pelas informações pontuais e principais referências sobre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Para uma análise mais cuidadosa sobre a instituição, suas práticas caritativas e principais transformações ao longo do tempo, ver Luciana Mendes Gandelman, “A Santa Casa da Misericórdia nos séculos XVI a XIX”, in: *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, set/dez. 2001, vol.8, no.3, pp.613-630. Também da mesma autora, ver *Entre a cura das almas e o remédio das vidas – o recolhimento das órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a Caridade para com as mulheres (ca.1739-1830)*, Dissertação de Mestrado em História, Campinas: IFCH - UNICAMP, março de 2001.

³ Luciana Mendes Gandelman. “A Santa Casa da Misericórdia nos séculos XVI a XIX”. Op. cit.

⁴ Cf. “Uma Explicação”.

A passagem de José do Patrocínio pela Misericórdia revela, portanto, que ele partilhou da experiência comum aos meninos pobres da segunda metade do século XIX. A pobreza porém não era a condição primeira que justificava o recolhimento das crianças pelas instituições caritativas. Ao menos não diretamente. As Casas de Misericórdia foram também os primeiros lares de vários filhos e filhas de ascendência ignorada, frutos indesejados de uniões ilícitas — ou não, que eram abandonados à sorte da caridade institucionalizada. Um outro destino possível para essas crianças recém-nascidas eram os lares particulares, onde eram entregues aos cuidados de terceiros. Era usual, neste caso, que fossem “expostas” na casa de parentes conhecidos ou até mesmo na casa de um dos progenitores.⁵ Desta forma, era lógico que os meninos e meninas nesta situação quase sempre soubessem quem eram de fato seus pais biológicos, chegando inclusive a conviver com eles.

Foi exatamente uma circunstância tal com essa que marcou o nascimento de José do Patrocínio, sendo também um dos aspectos mais intrigantes de sua história de vida. Conforme o assentamento de batismo realizado na Matriz de São Salvador de Campos em 8 de novembro de 1853,

“(…) o Reverendo José Joaquim Pereira de Carvalho, de licença, batizou e pos os Santos Óleos ao inocente José, exposto aos nove do mês passado em a Santa Casa de Misericórdia, digo em a Casa do Cônego Doutor João Carlos Monteiro, forão (sic) padrinhos: o Vigário Cesário Gomes Lírio e Dona Emereciana Ribeiro do Espírito Santo, de que para

⁵ Cf. Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.76.

constar mandei fazer este assento, que assinei. O Coadjutor, João Luiz da Fonseca Ozório”.⁶

Contudo, à margem esquerda deste documento existe a seguinte anotação:

“Por despacho Revmo. Vigário da I^a. Vara, Cônego Pereira Nunes, faço a nota seguinte: José, nascido aos nove do mês passado, filho natural de Justina Maria do Espírito Santo.

Dr. Pelinca”.⁷

Qual o significado desta inscrição “fora do lugar”? Afinal, tratava-se de um tipo de registro diferente do que estava prescrito no campo original, conferindo assim certa ambigüidade ao estatuto social do registrado. Se na primeira notação “José” é assentado como “exposto” na casa do vigário campista, isto é, como filho de pais desconhecidos que foi acolhido por outrem, na notação da margem o mesmo “José” era reconhecido como “filho natural de Justina Maria do Espírito Santo”.

A certidão de batismo não registra a cor do recém nascido e nem a da sua mãe. Contudo, é muito bem sabido que José do Patrocínio era um “homem de cor”, sendo este um daqueles dados que nos chegam antes pelo conhecimento comum e raramente pela documentação.⁸ Uma interpretação

⁶ “Assentamento de Batismo de José Carlos do Patrocínio, 1853, mandando compilar da Paróquia de São Salvador, Diocese de Niterói, 1920.” Academia Brasileira de Letras – Centro de Memória, Coleção José do Patrocínio. (grifos do original)

⁷ Idem, idem

⁸ Em seu trabalho sobre os significados da liberdade no sudeste escravista do século XIX, Hebe Mattos destaca a dificuldade de se encontrar negros e mestiços livres e/ou libertos nas fontes de época. Segundo a historiadora, o “silêncio sobre a cor” nos documentos históricos é uma prática que se acentua a partir de meados do século XIX. Desta forma, processos

possível nesse sentido é a de que a inscrição à margem foi anotada num momento posterior ao registro “oficial” — de forma a sobrepujar as informações inscritas numa primeira ocasião. Não existem no documento outros dados ou datas que respaldem empiricamente tal proposição, mas acredito que é possível inferir com uma margem razoável de segurança que o nome da mãe não foi registrado de imediato porque Justina era escrava. Desta forma, para “não seguir o ventre”, conforme o princípio vigente até então na escravidão ocidental, a criança foi assentada como exposta. Caso contrário seria natural e juridicamente “escrava”.

Se esta hipótese estiver correta então a segunda notação de batismo pode indicar que Justina foi alforriada depois, após o nascimento e batismo de José. A anotação do seu nome por um despacho, daí então, não comprometeria mais a liberdade do filho, cuja ascendência, pelo menos em uma das partes, podia finalmente ser explicitada. Aliás, é exatamente essa questão da “nomeação” da mãe e filho que fornece outros indícios para seguirmos a análise nessa direção.

Atentemos para a coincidência dos sobrenomes da mãe (Justina Maria do Espírito Santo) e da madrinha (Dona Emereciana Ribeiro do Espírito Santo) inscritas no registro de batismo. É possível que as duas mulheres fossem aparentadas, mas é igualmente possível que não fossem.

jurídicos de diversas naturezas, registros de batismo, casamento e óbito não discriminam a cor dos indivíduos dos quais trata. Cf. Hebe Maria Mattos, *Das Cores do Silêncio — os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998. p.19.

Ocorre que numa sociedade como aquela em que muitas pessoas não tinham sobrenome de família, pois que eram escravas, havia um processo contínuo de invenção e atribuição de sobrenomes. Assim, os ex-escravos poderiam utilizar tanto sobrenome de seus ex-senhores e senhoras, como também poderiam escolher outros de motivos religiosos e/ou bem-aventurança. “Espírito Santo”, neste caso, constitui um nome bem inscrito na lógica habitual de “nomear” característica de libertos em processo de adquirir um nome.⁹

Contudo, por outro lado, há um diferencial interessante entre os dois “Espírito Santo” do sobrenome da madrinha e o da mãe: o pronome “Dona” da primeira mulher. Trata-se de uma distinção que, apesar de não dar certeza da relação entre elas, é um indício de proteção social da madrinha à mãe e à criança apadrinhada. Em relação a essa última, aliás, o processo de nomeação é também bastante indicativo da lógica de apropriação de nomes e/ou sobrenomes com motivação religiosa comum ao mundo da escravidão. No assentamento de batismo, como vimos, o recém-nascido é registrado apenas como “José”, sem qualquer complemento mais. O “Patrocínio” do sobrenome de nosso personagem e pelo qual ficará conhecido posteriormente é, na verdade, uma homenagem ao “Patrocínio da Virgem Santíssima”, data religiosa celebrada pela Igreja Católica no dia 8 de

⁹ Para uma instigante análise do processo de nomeação entre escravos e ex-escravos, ver Jean Hébrard. “Esclavage et Denomination: imposition et appropriation d’un nom chez esclaves de la Bahia au XIX^e. siècle”, in: *Carrier du Brésil Contemporain*, 2003, no.53/54, p.31-92. Agradeço mais uma vez a Sidney Chalhoub pela indicação desse excelente artigo.

novembro — exatamente o dia quando foi batizado.¹⁰ A filiação, portanto, era tanto familiar como espiritual.¹¹

Numa sociedade como aquela, em meados do século XIX, regida pelos códigos da escravidão e na qual a certidão de batismo constituía não só o momento de atribuição de um nome, mas a forma primordial de identificação social de um indivíduo¹², é de suma importância tentar desvendar a lógica social que operou por trás da constituição do registro de batismo de José do Patrocínio. Sobretudo porque a cor mais, ou menos, “preta” da pele do indivíduo fazia toda a diferença na constituição de sua experiência, vindo carregada de significados sociais bastante fortes. No caso de Patrocínio é fundamental não perder de vista essa dimensão ao tentar apreender o sentido de suas ações.

Seja como for, era público e notório em Campos dos Goitacases que aquela criança que nasceu (muito provavelmente de ventre escravo) e passou a ser criada na casa do cônego João Carlos Monteiro era fruto de sua união ilícita com a preta Justina Maria do Espírito Santo. Ainda que não o tenha perfilhado, “toda gente sabia” que o vigário da cidade era o pai de José Carlos do Patrocínio.¹³ Ele foi, portanto, um entre os vários filhos ilegítimos e/ou adulterinos de homens brancos com mulheres “de cor”, escravas libertas ou livres. A história de seu nascimento e os vestígios de sua infância, além de

¹⁰ Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969. p.10.

¹¹ Jean Hébrard. Op. cit. p. 55.

¹² Idem, pp.61-62.

¹³ “Uma Explicação”.

revelar elementos de sua própria experiência, acabam informando também sobre as possibilidades de vida destas crianças ao longo da segunda metade do século XIX.

Neste sentido, a vivência de José do Patrocínio na casa de seu pai, onde morou até 1868, certamente era ambígua. Apesar de lembrar em vários textos de reminiscências que era tido e havido como filho reconhecido, que se sentava e comia à mesa com convidados e que circulava pelas fazendas do “pai” como bem entendesse¹⁴, essa vivência inseria-se na lógica que gerenciava as relações pessoais da época. Apesar da proteção ao filho ilegítimo ser algo bastante comum, essa aparente “igualdade familiar” era regida por códigos de diferenciação bastante claros entre senhores, seus escravo e as “crias” destes, ou se quisermos avançar na análise, entre senhores e seus dependentes.

Assim como acontecia à maioria das crianças “de cor”, livres, libertas e até mesmo as escravas, José do Patrocínio foi encaminhado a buscar o próprio sustento entrando no “mundo do trabalho” através do aprendizado de um ofício.¹⁵ Um outro caminho possível era o recrutamento nos arsenais da Marinha — sendo essa uma prática do Estado Imperial para absorver um grande contingente de crianças órfãs, bastardas ou abandonadas.¹⁶ José do Patrocínio pode ter chegado próximo de vivenciar

¹⁴ José do Patrocínio. “Um pedido”, *Gazeta da Tarde*, 23 de junho de 1884.

¹⁵ Manolo Florentino e Roberto Góes, “Crianças Escravas, Crianças dos Escravos”, in: *História da Criança no Brasil* (org. Mary Del Priori). São Paulo, Contexto, 1999. pp.177-191.

¹⁶ Renato Pinto Venâncio, “Os Aprendizes da Guerra”, in: *História da Criança no Brasil*, Op. cit. pp.192-209.

essa experiência antes de se tornar aprendiz na Santa Casa de Misericórdia. Ainda quando morava em Campos, a idéia de fazê-lo grumete foi cogitada entre os amigos do vigário João Carlos Monteiro — segundo relatou Ernesto Senna, seu futuro cunhado.¹⁷ Tal lembrança faz todo sentido. Campos era sede de uma entre as várias “Companhia de Aprendizes de Marinheiros”, instituídas pelo poder público a partir de 1840. Estas casas, além de abrigar, ainda instruíam um ofício gratuitamente aos garotos a partir dos dez anos de idade. Conforme indica um estudo sobre o assunto, apesar dos quadros de matriculados nos arsenais não indicarem a cor nem a origem de seus internos, a maioria deles era composta por negros e mestiços, significando que as “companhias” constituíam também uma das “opções de ascensão social para os filhos de forros ou negros livres”.¹⁸

Dentre as possibilidades, contudo, José do Patrocínio acabou seguindo para a Corte Imperial em 1868 para se tornar aprendiz de farmácia. É bastante provável que nessa circunstância ele já estivesse sob a proteção do Dr. Albino Rodrigues de Alvarenga, então um jovem médico, seu conterrâneo, que clinicava em Campos desde 1857 mas que havia se mudado para a Corte em 1867 para chefiar a clínica no Hospital da Misericórdia.¹⁹ Na

¹⁷ Ernesto Senna, “José do Patrocínio”, in: *Kosmos*, ano II, número 2, fevereiro de 1905.

¹⁸ Cf. “Mapa do estado das companhias de aprendizes marinheiros no Brasil: 1840-1860”, in: Renato Pinto Venâncio, Op. Cit. p.197. Conforme indica o historiador Renato Venâncio no texto que trata do recrutamento de crianças em conflitos armados, como a Guerra do Paraguai, o público alvo dessas companhias era composto basicamente por três grupos de meninos: os enjeitados nas casas de expostos, os enviados pela polícia (presos por “vadiagem”), e aqueles matriculados por pais, padrinhos e/ou tutores. Idem, pp.199-202.

¹⁹ Estes dados são revelados pelo próprio José do Patrocínio num texto de homenagem a Albino Alvarenga quando ele foi eleito diretor da Faculdade de Medicina do Rio De Janeiro

verdade, as relações de dependência permearam toda a trajetória social de Patrocínio ao longo de seus primeiros anos na Corte Imperial. Quando deixou a função de aprendiz na farmácia ele revela claramente o quanto dependeu da influência pessoal de Albino Alvarenga (já então professor da Faculdade de Medicina) para conseguir nova colocação:

“Tendo-me conhecido em Campos, segundando a estima que sua virtuosíssima mãe me dedicava, o meu bom protetor, a quem nunca tive sequer ocasião de dizer publicamente obrigado, empregou-me na casa de Saúde do Sr. Dr. Batista dos Santos, hoje barão de Ibituruna.

Este novo protetor cobriu-me de das maiores finezas, fortaleceu-me com o seu exemplo de independência.

(...) Desde 1868 comecei a estudar. (...) Com que recursos? Com os da bondade extrema do meu exemplar mestre e amigo o Dr. João Pedro de Aquino que, de graça, franqueou-me o seu externato, onde estudei não só os preparatórios para a farmácia, mas os exigidos para o curso médico”.²⁰

Graças à política do favor, partilhada entre vários protetores, Patrocínio obteve o diploma de farmacêutico em 1874 — seis anos depois de empregado na Santa Casa de Misericórdia. Datam exatamente desse período suas primeiras manifestações públicas no mundo letrado.

em 1891. Ainda nos últimos anos do Império, ele havia sido condecorado com vários títulos: em 1855, ainda como um jovem acadêmico, recebeu o “hábito da Rosa”, por serviços prestados durante o surto de cólera; Em 1882 tornou-se “Conselheiro do Império”; em 1887 foi titulado “Barão de São Salvador de Campos”, por serviços prestados ao imperador; e em 1889, com o de “Visconde de Alvarenga”, pelos esforços na construção do edifício da Maternidade da Misericórdia. Cf. José do Patrocínio, “Visconde de Alvarenga”, *Cidade do Rio*, 21 de maio de 1895.

²⁰ “Uma explicação”.

Versos na botica

O poema intitulado “À memória de Tiradentes” é muito provavelmente a estréia de Patrocínio nos jornais. Publicado em abril de 1871 em *A República*, ocupava três colunas inteiras de sua última página e vinha assinado por “J. Carlos do Patrocínio”.²¹ Aos dezoito anos incompletos, o jovem estudante de farmácia prestava uma homenagem lírica ao “herói da inconfidência”.

O tema não era necessariamente algo inédito entre as produções literárias da época. Castro Alves e Bernardo de Guimarães se ocuparam dele ainda em 1867: o primeiro quando escreveu a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas* encenada na Corte imperial e também em São Paulo e Salvador; e o outro com a publicação do conto “A cabeça de Tiradentes” — sem contar as *Liras* do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, obra poética publicada logo na década de 1840.²²

José do Patrocínio certamente estava familiarizado com a produção literária dessa geração devendo conhecer tais escritos do tempo que freqüentou o Externato Aquino, a partir de 1868, e partilhou da experiência de uma educação letrada. Além disso, Castro Alves era figura recorrente na seção literária de *A República*, havendo já estampado alguns de seus poemas

²¹ J. Carlos do Patrocínio. “À memória de Tiradentes”. *A República*, 22 de abril de 1871.

²² Cf. José Murilo de Carvalho. “Tiradentes: um herói para a República”, *A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 55-73.

politicamente engajados nas páginas daquele jornal.²³ Do mesmo modo, é possível que Patrocínio também tenha tido notícias do conflito político deflagrado por ocasião da inauguração da estátua eqüestre de Dom Pedro I em 1862 – o primeiro embate, de que se tem notícia, envolvendo a figura de Tiradentes. Aos adversários da coroa naquela circunstância, os motivos de um confronto pareciam claros. Como bem resume José Murilo de Carvalho: “no lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha que o condenara a morte infame”.²⁴

Não por acaso, portanto, Patrocínio clamava “vingança p’ra Tiradentes”, nas várias estrofes de seu poema:

“Ai! vê! oh gênio dos livres!
O nefando aviltamento
De um despotismo cruento
Neste solo americano:
Nas abas de régio bronze,
Ou seja escárnio, ou revés,
Os índios curvos aos pés
Aos pés dum rei... dum tirano!
(...)
Ouvi! homens d’além mar!
Aquele bronze luzente
É um sarcasmo pungente*
Para nós povo leão:

²³ E o caso, por exemplo, das poesias “Deusa Incruenta – a imprensa” e “No meeting do Comitê du Pain”, publicadas respectivamente em 6 de dezembro de 1870 e 9 de fevereiro de 1871. Vale notar que a redação de *A República* era simpática ao poeta baiano, propagandeando logo em seu primeiro número o aparecimento do volume *Espumas Flutuantes*. Ver, “Notícias Diversas”, *A República*, 3 de dezembro de 1870.

²⁴ José Murilo de Carvalho, Op. Cit. p. 60.

* No original “pungense”.

Juramos por nossas crenças,
Pela luz dos nossos céus,
Que com fúria de escarcéus
Lançá-lo-emos ao chão.

Pode ficar sobranceiro
No lugar que foi banhado
Pelo sangue imaculado
Do brasilio sonhador;
—Mentira da tirania; —
Bronze de brônzeo cinismo?
Insano! busca batismo
No sangue do seu senhor!
(...)
Coragem! irmãos de utopias!
Se vence o falso à verdade,
O servismo* à liberdade,
Venceram os confidentes.
Restar-nos-á a infâmia,
As lájeas de uma prisão,
E um brasilio coração
Estátua de Tiradentes”.²⁵

Um dos sentidos que podem ser atribuídos aos versos de Patrocínio decorrem, sem dúvida, do entendimento que os principais líderes liberais tiveram do embate em torno da inauguração da estátua eqüestre em 1862. Patrocínio se expressa nos termos que lembram muito as expressões calcadas pelos editoriais do principal órgão liberal da época, o *Diário do Rio*

* Pode ter havido erro tipográfico aqui.

²⁵ J. Carlos do Patrocínio. “À memória de Tiradentes”, *A República*, 22 de abril de 1871.

de Janeiro, tais como “mentira de bronze” e “fraude histórica”.²⁶ Muito antes de se tornar símbolo entre republicanos, portanto, Tiradentes já servia aos principais chefes liberais da década de 1860 como um herói da liberdade.²⁷

Naquele poema, contudo, José do Patrocínio confere ainda um significado particular à figura heróica de Tiradentes — o que pode informar um pouco sobre os assuntos que o preocupavam mais detidamente no momento:

“Levanta-te nas orlas do horizonte
E diz, aos parasitas que rastejam
(...) Que é tempo de acordar da sonolência,
Que no mapa do progresso nos oculta.
Tamandaré gigante acerta a bússola,
[Acerta] o curso à nau que vaga errante
Pelo pego d’imunda escravidão,
Para o sublime mar da utopia
Onde marulham fervidos, titânios
Vagalhões de progresso e liberdade.

(...)
Esmaga essa hidra insana
Que na deusa americana
Ousou os lábios pousar.
Americanos são grandes,
Devem a afronta vingar:
Insufla, gênio dos Andes,
No peito de cada bravo

²⁶ Cf. “Uma página de História” e “Estátua Eqüestre”, publicados no *Diário do Rio de Janeiro* em 25 de março de 1862 eram um protesto contra a inauguração ao monumento a D. Pedro I. Apud Marcos Cícero Cavallini. *Letras Políticas: A crítica social do Segundo Reinado na ficção de Machado de Assis*. Campinas: Tese de Doutorado, IFCH - UNICAMP, 2005.

²⁷ Idem, p. 20.

Ódio às algemas de escravo.

(...)

E eu que sou brasileiro,
Direi ao mundo altaneiro,
Que se mancharam-te a história
Uma cruzada a lavara
No sangue da raça inglória.
E que esta nódoa gravara
No peito de cada bravo
Ódio às algemas de escravo.”²⁸

Para Patrocínio, a atuação de Tiradentes no movimento inconfidente e o seu fim trágico simbolizariam mais que luta pela emancipação política da então colônia portuguesa, como então defenderam os liberais de maneira geral; ia além também do caráter republicano da conjuração mineira, como começavam a propagandear os principais chefes do partido. Naquela poesia, Tiradentes era glorificado como um mártir da liberdade no sentido mais estrito da palavra: o da liberdade individual do homem, servindo portanto para denunciar o regime de escravidão do qual se servia todo império. A morte do inconfidente, entendida por Patrocínio como um sacrifício pessoal, deveria ser uma força inspiradora no combate “aos grilhões e às algemas”. A estrofe final é particularmente reveladora da auto-imagem que intentava passar aos leitores naquele momento. Identificando-se como um “bravo brasileiro”, Patrocínio compromete-se em ser uma voz

²⁸ J. Carlos do Patrocínio. “A memória de Tiradentes”. Op. cit.

vingadora e guardião da memória do inconfidente. Injustiçado pela história, ele seria redimido graças à pena do poeta ao insuflar um sentimento de ódio à escravidão, inspirando e encorajando uma cruzada de combate ao trabalho servil.

José do Patrocínio contribuía assim para o resgate da memória de Tiradentes num movimento que depois cristalizaria o personagem como um herói republicano. Compartilhava assim de uma interpretação da história do país calcada sobretudo na memória política do episódio do Rocio, ocorrido na década anterior, mas que naquela circunstância servia aos chefes republicanos como instrumento de propaganda.

Talvez não fosse difícil a um jovem estudante como ele conseguir tal espaço de publicação n'*A República*. Fundado em dezembro de 1870 como “órgão do Partido Republicano” — e lançando o seu “manifesto” ao país —, o periódico tinha à frente Quintino Bocaiúva como principal redator, secundando assim a forma pela qual o próprio partido dividia sua liderança naquele momento entre o próprio Quintino, Salvador de Mendonça, Saldanha Marinho e Aristides Lobo.²⁹ Defendendo o republicanismo como o regime político ao qual todos os povos deviam aspirar, a folha era o carro-chefe da propaganda política do partido. Devia, portanto, atrair às suas hostes grande parte da juventude acadêmica tanto pelo apelo político, quanto por abrir

²⁹ “Notícias Diversas”, *A República*, 3 de dezembro de 1870, Ver também Nelson Werneck Sodré. *História da imprensa no Brasil*, São Paulo, Mauad Editorial Ltda., 1999, 4^a ed., p. 212.

suas páginas para colaborações literárias das mais variadas — sendo essa uma prática comum entre os estudantes.³⁰

Não deve ter sido diferente, portanto, a José do Patrocínio, ingresso recentemente na Faculdade de Medicina da Corte como aluno de Farmácia, quando ofereceu seu longo poema de homenagem a Tiradentes na redação do jornal. No contexto da segunda metade do século XIX, o ambiente acadêmico era provavelmente o caminho mais curto, e talvez o mais certo para tomar o primeiro contato com o mundo das letras impressas. Efervescente de idéias e de debates políticos intensos que ganhavam forma e divulgação através das gazetas estudantis. Patrocínio compartilhou dessa experiência enquanto freqüentava o último ano do curso de Farmácia, em 1874. Apostando ainda em sua verve lírica, ele foi um dos colaboradores da “seção poesia” da folha *Lábaro Acadêmico*, uma publicação quinzenal dos alunos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.³¹ Além do longo poema “Prece”, publicado em duas partes na gazeta e dedicado a um dos seus redatores³², ele assinou ainda os versos de “Uma Esmola”, poesia na qual retoma o tema da escravidão:

³⁰ Refiro-me aqui às colaborações, a maioria em versos, publicadas na “Seção Literária”, que tomava às últimas páginas de *A República*, dividindo espaço com os anúncios do dia.

³¹ A gazeta *Lábaro Acadêmico*, auto-intitulado “periódico político e literário” circulou entre 15 de abril e 30 de setembro de 1874, completando uma coleção de doze números.

³² Cf. J. do Patrocínio, “Prece – à Aquino Fonseca” e “Prece – à Aquino Fonseca (continuação)”, *Lábaro Acadêmico*, 15 de julho de 1874 e 30 de julho de 1874; A identidade dos fundadores e principais redatores da folha foi revelada no seu último número. Subscrivendo um artigo de fundo, Alfredo de Aquino Fonseca e mais dois colegas (José Maria de A. M. Júnior e Gustavo Fontoura) despedem-se do público justificando a interrupção da publicação da gazeta devido ao fim do ano acadêmico. “*Lábaro Acadêmico*”, *Lábaro Acadêmico*, 30 de setembro de 1874.

“Pois bem! A maior esmola
Que temos em nossas mãos,
É quebrar essas algemas
Que oprimem nossos irmãos.
É renegar do passado
Os feros id’los sangrentos,
E bradar aos quatro ventos
‘Escravos, sois cidadãos!’
(...)
Quanto maiores seremos
No dia em que se tornar,
Um cidadão — cada escravo
E cada senzala — um lar!
Brilharão mais fulgurantes
Os astros das nossas zonas,
E o Mississipi e Amazonas
Hão de alegre se abraçar

Oh! Não guardemos a esmola
Que temos em nossas mãos,
Quebreemos essas algemas
Que oprimem nossos irmãos,
E quebrando do passado
Os feros id’los sangrentos
Brademos aos quatro ventos
‘Escravos, sois cidadãos!’”³³

Nessas estrofes Patrocínio protesta contra a escravidão usando expressões de claro teor republicano. A questão da cidadania, um dos pontos cruciais da propaganda do novo regime, é colocada por ele de forma

³³ J. do Patrocínio. “Uma esmola!”, *Lábaro Acadêmico*, 31 de agosto de 1874.

estritamente ligada a questão da emancipação — “Escravos, sois cidadãos!” — debate bastante caro aos principais líderes da campanha no país. Ainda no ano anterior, em 1873, o Primeiro Congresso do Partido Republicano Paulista aprovou um manifesto a respeito do “elemento servil” no qual o problema da escravidão era resolvido “através da promessa de uma passagem lenta e segura da mão de obra escrava para a livre, assegurando a indenização dos senhores sem prejuízo do tão caro direito à propriedade”.³⁴

Em seus versos, contudo, Patrocínio insinuava uma postura diversa em relação às diretrizes aprovadas por um dos principais núcleos da propaganda republicana no país. Ao colocar a questão da emancipação em primeiro plano nas páginas de uma folha declaradamente republicana, inseria-se no debate partilhando de uma forma de atuação específica aos chamados republicanos abolicionistas. É provável que tenha tido notícias do protesto de Luiz Gama quando da apresentação do manifesto em São Paulo. Naquela ocasião, apesar de ser um dos principais líderes republicanos, Gama defendeu num discurso inflamado a “abolição completa, imediata e incondicional do elemento servil”, tornando-se assim uma voz dissonante dentro do partido que incomodava bastante seus correligionários.

Mas, a aproximação que se estabelece entre Luiz Gama e José do Patrocínio aqui é apenas circunstancial. Ao contrário do que possa parecer, o termo “nossos irmãos” usado por Patrocínio no poema denota mais um

³⁴ Elciene Azevedo. *Orfeu da Carapinha – a trajetória de Luis Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 140.

sentido de igualdade civil, do que uma possível identidade de cor. Neste sentido, a imagem que faz de si, é apresentada de forma diversa àquela exercitada por Luiz Gama — também mestiço, filho de um fidalgo português com uma quitandeira africana — quando este arriscou alguns versos no mundo das letras na imprensa paulistana. Na análise empreendida sobre sua trajetória Elciene Azevedo demonstra como Gama fazia questão de destacar exatamente a cor de sua pele como uma forma de identificar-se aos seus leitores. Em uma de suas primeiras publicações, por exemplo, ele versava que os “poderosos” alvejados pelas suas rimas jocosas iriam chamá-lo de “bode” e “negro” em represália a sua postura crítica, deixando “evidente a sua procedência social e cultural” — conforme explica a historiadora.³⁵

José do Patrocínio, por sua vez, coloca-se numa posição de exterioridade em relação àqueles para quem cobra a liberdade e igualdade civil, numa postura que intenta reforçar ainda mais a identidade republicana que o reunia entre os jovens redatores de *O Lábaro Acadêmico*. De outro lado, contudo, aquele poema nasceu no contexto da aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, podendo estar ligado assim aos seus principais significados e à crise da ideologia paternalista por ela desencadeada ³⁶. Ao

³⁵ A análise da primeira manifestação pública de Luiz Gama é feita pela autora no primeiro capítulo do livro. Trata-se de “Trovas burlescas de Getulino”, um livro de poesias satíricas lançado por Gama em 1859. São os versos de uma delas, “Quem Sou Eu?”, que trazem a identificação da cor citada por Luiz Gama.

³⁶ Refiro-me aqui ao conceito de crise do paternalismo trabalhado por Sidney Chalhoub em sua mais recentes análise. Cf. *Machado de Assis Historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

libertar o ventre escravo, criar um fundo para promover a emancipação através taxas, impostos, subscrições e doações, e permitir ainda que o escravo formasse pecúlio de forma a indenizar o senhor pela sua liberdade, o Estado Imperial colocou em jugo a inviolabilidade da vontade senhorial.³⁷ Ao intervir desta forma na relação de poder que, até então, operava entre o senhor e o escravo, criou expectativas positivas para aqueles que viam a emancipação como o primeiro passo para formação de um país de verdadeira soberania popular.

Ao reclamar que a “esmola” supostamente guardada fosse doada em prol à liberdade de escravos, Patrocínio parecia estar se referindo exatamente aos dispositivos da lei que “forçavam” a alforria ao escravo. A sua aplicabilidade rápida e correta, portanto, ao ter em vista o fim completo da escravidão, seria o primeiro passo para a constituição de um país livre, de povo verdadeiramente soberano —, posto que incluiria a partir de então os ex-escravos. Naquele momento, assim, Patrocínio entendia a emancipação como uma prerrogativa fundamental para se pensar a República — causa a qual abraçava de forma cada vez mais clara através das páginas de *O Lábaro Acadêmico*. Numa outra colaboração para a folha é possível inferir com mais clareza suas escolhas políticas naquele momento. Num artigo dedicado a

³⁷ Sobre o significados da lei de 28 de setembro de 1871, ver Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Do mesmo autor, ver também o capítulo “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”, em seu *Machado de Assis Historiador*, Op. cit. pp. 131-291. Segundo a interpretação do autor a lei de 1871 significou a derrota da classe senhorial porque ela foi destituída pelo poder público de sua prerrogativa sobre a liberdade do escravo, quebrando assim o a sua inviolabilidade — lógica segundo a qual exercia sua política de dominação na produção de dependentes e reprodução de desigualdades.

Dermeval da Fonseca, por exemplo, Patrocínio defende a forma republicana como o “sistema único” capaz de “salvar o povo” das garras da ignorância perpetuada através dos séculos pela tirania revestida de monarquia — que pela pátria “nada fez, nada faz e nada fará”.³⁸

Comprometido com a proposta daquela folha estudantil, engajada fundamentalmente em “propagar as idéias republicanas no Brasil”³⁹, Patrocínio fazia coro à mocidade acadêmica de seu tempo, engrossando as fileiras da causa republicana, cuja propaganda era acionada basicamente através da imprensa e dos “Clubs”⁴⁰.

Sobre aqueles primeiros anos da década de 1870, Patrocínio lembraria que continuou vivendo e sobrevivendo graças a recursos alheios e favores pessoais. De uma sociedade beneficente, provavelmente ligada à própria Faculdade de Medicina, revela que recebeu um “auxílio pecuniário de vinte mil réis”, assim que ingressou no curso. Complementando seu sustento, ganhava ainda alguma coisa como professor de “primeiras letras”, recebendo ainda “casa e comida de graça do (...) colega Sebastião Catão Calado”, vivendo dessa forma até 1874 quando se formou farmacêutico⁴¹.

Desde a sua chegada e instalação na Corte Imperial em 1868, portanto, Patrocínio estabeleceu relações pessoais com os mais diversos

³⁸ J. do Patrocínio. “O gênio brasileiro – cartas a Dermeval da Fonseca”, *Lábaro Acadêmico*, 15 de junho de 1874.

³⁹ “Lábaro Acadêmico”, *Lábaro Acadêmico*, 15 de abril de 1874.

⁴⁰ Entre 1870-1872 surgiram no país mais de vinte jornais assumidamente órgãos da propaganda republicanos, sem contar os inúmeros outros que, simpáticos a causa, engrossavam as fileiras no combate à monarquia. Cf. Nelson Werneck Sodré, *Op*, cit. p.212.

⁴¹ “Uma Explicação”.

sujeitos numa operação que permitiu a ele mover-se naquele mundo predominantemente branco e letrado e cujas oportunidades de ascensão não estavam igualmente abertas.

Contudo, em fins daquele ano de 1874, apesar de ter uma carta de farmacêutico nas mãos, Patrocínio esquivou-se desse caminho, não exercendo o ofício que foi aprendido graças ao intermédio e ao favor dos diversos protetores. O fato era que mais do que escrever versos e publicá-los vez ou outra, como deve ter feito a maioria de seus colegas da academia, Patrocínio estreitava cada vez mais os laços com o ambiente dos jornais. Em fins de 1874, ingressou como “assistente de revisão” do jornal liberal *A Reforma*⁴² e em 3 de janeiro de 1875 estreava uma coluna no periódico *Vida Fluminense*.⁴³

Talvez os motivos para tal escolha pudessem ser “menos elevados”, afinal Patrocínio revelava mais talento para as letras do que para a botica, devendo entrever mais garantias de sobrevivência com esse outro ofício — fator que devia estimulá-lo assim a apostar e continuar nesta direção. Tal hipótese tornar-se mais sólida se retomarmos o texto de reminiscências publicado por ele na década seguinte. Em determinado trecho, Patrocínio ele identifica aquele período de sua vida como um momento de aperto e de escolhas. Argumenta que não queria “alugar o diploma”, mas por outro lado

⁴² De acordo com a lembrança de Serpa Jr. em *A Rua do Ouvidor*, citado por Raimundo Magalhães Jr. Op. Cit.. p.39

⁴³ [José do Patrocínio] Nemo, “Chronica”, *Vida Fluminense*, 3 de janeiro de 1875.

não via meios de se manter já que não tinha mais um lugar pra morar — já que Sebastião Callado mudara-se para o sul.⁴⁴

Recorrendo novamente à política do favor, Patrocínio definia cotidianamente o caminho a seguir. Segundo relatou em 1884:

“Foi nesta difícilima conjuntura que me apareceu o meu condiscípulo do Externato Aquino, João Rodrigues Pacheco Villanova e me convidou para passar um dia em sua casa.

Fui e aqui começa a segunda parte da minha vida.

A noite quis retirar-me. A família de João Villanova insistiu para que eu ficasse, fiquei e vi surpreso que o quarto que me deram para dormir estava mobiliado com o que me pertencia!

João Villanova de acordo com sua santa mãe também, e com seu padraсто, o meu bom amigo e sogro, capitão Emiliano Rosa de Senna, haviam feito a mudança do que era meu para o seu domicílio e pediram-me como um favor que eu ficasse residindo ali.

Para mascarar a esmola que me faziam, convidaram-me para ser professor dos seus filhos.

Destas relações nasceu a estima entre mim (sic) e minha mulher, filha dos dois honrados velhos.”⁴⁵

Os laços de amizade estabelecidos nos anos anteriores conduziram novamente José do Patrocínio a um espaço social branco e letrado. Contudo, o que ele atribui à “boa-sorte” (isto é, a sua mudança e instalação definitiva no seio da família Senna), pode revelar um outro sentido e ser entendido como seu esforço pessoal em acionar a seu favor os mecanismos de dependência para estabelecer-se socialmente. Não era a primeira vez que

⁴⁴ “Uma Explicação”.

⁴⁵ Idem.

Patrocínio se ocupava do ofício de professor, sendo essa uma experiência de sobrevivência da qual podia lançar mão em momentos de aperto como aquele. Ou, talvez, nunca tivesse deixado de ensinar como forma de ganhar algum dinheiro.

No relato Patrocínio acaba explicitando a rede social na qual esteve inserido bem como as estratégias pessoais testadas por ele na condição de agregado/dependente da família Senna. Em outras palavras, enquanto professor de primeiras letras das crianças da casa continuava se relacionando no meio de uma elite branca e bem educada da Corte. Pelo menos até casar-se com uma das filhas do seu protetor de então, Maria Henriqueta (depois, D. Bibi), ele teve naquela casa a garantia de teto e comida, podendo aventurar-se mais nas práticas que tomavam um espaço cada vez maior em sua vida, isto é, aquelas ligadas ao mundo da imprensa. Vivenciava assim a possibilidade de assentar trabalho nos jornais e almejar para si o prestigiado lugar social de “homem de letras”.

Configura-se, portanto, uma trajetória marcada pelas incertezas de um indivíduo que construía sua história cotidianamente, mediando ações pessoais com os vínculos de dependência num contexto em que as possibilidades dispostas — a escolha, ou ao acaso, por que não? — seguiam a lógica de dominação e de reprodução de desigualdades. É possível visualizar assim uma imagem de José do Patrocínio bem diversa daquela evocada pelas obras biográficas, na qual a história de sua vida tem o sentido

unívoco, “predestinado” e/ou “genial” de abolicionista. No entanto, o estudo e revisão de tais textos como o de Raimundo Magalhães Jr., por exemplo, foi essencial para localização dos primeiros escritos de Patrocínio na imprensa carioca, contribuindo com pistas importantes de fontes e outras referências documentais. Destaca-se neste sentido *Os Ferrões*, um folheto encadenado de cerca de trinta páginas idealizado, e escrito a quatro mãos, por José do Patrocínio e Dermeval da Fonseca no ano de 1875.

Fazendo fama

Vendido a 400 réis o número avulso, *Os Ferrões* foi publicado quinzenalmente na Corte entre junho e outubro de 1875 totalizando apenas dez números. Vinha assinado por “Notus Ferrão e Eurus Ferrão”, respectivamente os pseudônimos de Patrocínio e o de seu parceiro — não sendo possível discernir ao certo quais artigos pertenciam a um ou a outro, já que não eram subscritos. Tais nomes apareciam apenas na capa de cada edição, e em alguns casos, assinavam apenas: “nós - os redatores”.⁴⁶ Eram na época dois jovens rapazes de vinte e poucos anos diplomados no fim do ano anterior (1874) pela Faculdade de Medicina da Corte — o primeiro pelo curso de Farmácia; o outro pelo curso médico.

⁴⁶ Essa identificação é apontada por Raimundo Magalhães Jr, principal biógrafo de Patrocínio, e confirmada por vários textos de memória sobre ele. Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Op.cit. p.25.

De início, acredito que uma das intenções dos autores na elaboração desses narradores para a sua folha era forjar uma imagem de parceria entre os personagens, cuja identidade era unívoca e a cumplicidade de opiniões incontestável — não havendo assim qualquer diferença entre eles, a não ser a do primeiro nome. No texto de abertura do primeiro número, por exemplo, eles se apresentaram da seguinte forma:

“O leitor tem abaixo dos olhos um periódico intitulado — *Os Ferrões* — redigido por Notus Ferrão e Eurus Ferrão.

Como é naturalmente filho de Eva ou evolução de um macaco segundo Darwin, padece necessariamente de *curiosité* crônica, e portanto quererá antes de chegar ao fim dessas páginas saber a que se propõe esta publicação e quem são os tais Srs. Notus Ferrão e Eurus dito.

Será satisfeito.

Notus e Eurus, somos dois indivíduos sem ódios nem afetos, sem amigos nem inimigos.

(...)

X ou Y políticos são para nós o que a sensatez da crítica o estabelece.

A partenogênese é o modo de procriação dos nossos juízos, isto é, nenhum elemento maculador lhes contamina a natureza.

Os Ferrões participam exclusivamente do *modus existendi* de seu país.

Ignorando tanto a retórica do insulto quanto a do panegírico, procuram as nossas ferroadas as partes mais sensíveis, porém as menos mortais dos ilustres ferroados.

No mais, vestidos dos nossos trajes burgueses em apresentação cerimoniosa, é que falaremos à opinião pública.

Se a indiferença não sufocar-nos, esperamos ser úteis a nós mesmos e a pátria; se porém seguirmos a regra geral, pedimos aos nossos leitores uma coroa de missas por alma dos

REDADORES DOS FERRÕES”.⁴⁷

Sob o título “Cavaco ao leitor, isto é, quem somos e a que viemos”⁴⁸, o texto de abertura de *Os Ferrões* deixava clara a forma pela qual seus redatores, “Notus Ferrão” e “Eurus Ferrão”, intentavam conduzir o periódico: alvejando aqueles e aquilo que julgassem merecedores de seus “ferrões.”

Logo de imediato já fazem pilhéria com as máximas da teoria darwinista. Um dos gracejos pode ser percebido no uso que fazem da expressão “*curiosite* crônica” como mote de apresentação da publicação. No texto ela serve para indicar uma espécie de enfermidade que acometia o público leitor, a qual eles, os narradores, cuidariam de amenizar apresentando a si e a seu periódico. Transformam assim a esperada curiosidade do leitor pela nova folha numa moléstia que “naturalmente” existia desde sempre, posto que era “filho de Eva ou evolução de um macaco”. Conforme explica Lília Schwarcz, em fins do século XIX, a literatura científica de divulgação era a forma que a “sciencia” chegava ao país, constituindo-se rapidamente numa espécie de modismo consumido pela elite letrada. Não por acaso o impacto da obra de Darwin foi tamanho que seu ideário “passou a constituir uma espécie de paradigma da época”.⁴⁹ Ainda que *A Origem das Espécies* tenha sido publicada em 1859, a popularização

⁴⁷ Notus Ferrão e Eurus Ferrão (José do Patrocínio e Dermeval da Fonseca). *Os Ferrões*, 1º de junho de 1875, número 1, ano I, pp. 4-5.

⁴⁸ Ver “Sumário” desse número.

⁴⁹ Lília Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil, 1870-1930*; São Paulo, Companhia das Letras, 2000 (1993). pp.30; 54.

das principais idéias científicas da obra parece ter se dado exatamente em meados da década de 1870, graças à iniciativa de Miranda de Azevedo de proferir diversas aulas públicas sobre o tema. O evento, denominado “conferências populares da Glória”, além de atrair um grande público também era amplamente divulgado pelos jornais que publicava um resumo das palestras.⁵⁰

A intenção dos narradores parecia ser justamente a de ironizar essa onda cientificista, na qual o “darwinismo” era o principal referencial — servindo inclusive como piada naquele primeiro texto que subscreviam. Tal temática, inclusive, devia ser bem mais familiar aos dois redatores se lembrarmos da sua formação na Faculdade de Medicina da Corte.

Há, contudo, outros elementos que permitem avançar um pouco mais na caracterização dos narradores de *Os Ferrões*. Na seqüência, informam que não seguiam qualquer orientação política-partidária; tampouco se mostram simpáticos a esse ou aquele tipo de literatura; sem “amigos nem inimigos”, colocam-se acima de ódios e afetos particulares, bastando-se por si no julgamento e comentário dos mais diversos assuntos. Como não se comprometem com nada nem com ninguém, mas sabem de tudo um pouco, seriam, portanto, a imagem imaculada da independência nas opiniões, da razão e da verdade na discussão de qualquer tema tratado. As

⁵⁰ Conforme explica Sidney Chalhoub numa das notas que faz a seu artigo “Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis”, in: Sidney Chalhoub et al (org.) *Artes e Ofícios de curar do Brasil*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2003. p.52-53.

“ferroadas” — como chamavam a sua crítica —, serviriam assim para, como num susto, atentar aos “ferroados” de que um mau passo fora dado.

Os temas e assuntos tratados em cada edição do periódico eram sumariados logo na primeira página, revelando já um pouco do tom do texto e adiantando a conversa para o leitor. Não deixa de ser também uma forma de tentar atrair as vendas através da expectativa que criavam sobre a natureza dos textos que circulariam a cada edição.

Através do viés satírico, os narradores comentavam e opinavam sobre os mais diversos assuntos que eram “notícia” nas folhas convencionais. Tal abrangência temática estava diretamente relacionada à auto-imagem forjada pelos narradores, Notus e Eurus Ferrão, pois demonstrava a sua intenção em partilhar com um público mais ou menos amplo aquilo que pudesse interessar mais ou menos, naquela ou na outra semana. Metiam-se em tudo: em questões de política de gabinete, na forma de governar do imperador, na atuação de literatos na política e na crítica literária propriamente dita, nas polêmicas envolvendo outros jornais; comentavam a instrução pública, as atividades da polícia, o serviço dos correios; palpitarão também no parto da Princesa Isabel e nas viagens de Pedro II a Petrópolis. Mantinham desta forma uma forte dependência dos acontecimentos cotidianos e, sobretudo, da forma como eram noticiados pelas outros órgãos da imprensa fluminense. Ao estabelecer tal relação dinâmica com alguns periódicos da Corte, os redatores acabam revelando sua preocupação com a maneira de se “fazer imprensa” naquele momento,

isto é, do papel político de um jornal e das formas de atuação de um homem letrado naquela sociedade. Tal aspecto é evidenciado através das polêmicas que travaram com jornais como *O Apóstolo*, *A Reforma* e *O Mequetrefe* — decorrentes, em sua maioria, da forma como esses jornais receberam *Os Ferrões*: como uma publicação pouco séria, de uns moços que não tinham nada a dizer. O segundo número do periódico é dedicado a responder detidamente cada uma das linhas publicadas pelos colegas da imprensa, para depois, ao final, concluírem:

“Sabes leitor? Ouvimos falar um pouco de nós: um pouco.

Ouvimos dizer de nós.

bem,

muito bem,

mal,

muito mal.

Alguns disseram que nós éramos simplesmente uns escritores políticos: conservadores, liberais, republicanos.

(...) Quanto a este modo de nos julgar houve uma variante.

Disseram ainda que nós, ou éramos tolos, ou pagos — pagos sim.

Eis, leitor, para que escrevemos os *Ferrões*. Julgaram-nos uns imbecis, uns aventureiros, uns ganhadores: julgaram-nos, uns partidários trabalhando por si; julgaram-nos uns escritores assalariados.

Mas, nós vamos caminhando; se tivermos a felicidade de nunca nos afastarmos do trilho do bom senso, tendo sempre em vista a verdade, ainda temos esperança de obter melhores juízos do nosso público”.⁵¹

Destaca-se assim o esforço dos narradores em diferenciar-se das outras folhas, marcando uma postura de autonomia e independência, na

⁵¹ Notus Ferrão e Eurus Ferrão (José do Patrocínio e Dermeval da Fonseca). *Os Ferrões*, 15 de junho de 1875, número 2, ano I, pp. 28-30.

qual não cabiam interesses comerciais ou propaganda de qualquer coisa. Naquele texto de apresentação, apesar de insistirem que falariam de tudo um pouco, alguns temas sobressaem. É o caso da sátira política, conjugada sobretudo na crítica ao poder moderador, na atuação de políticos e também na “dança” dos ministérios.

Ocorre que *Os Ferrões* circulou exatamente no contexto da mudança do gabinete Rio Branco por aquele chefiado por Luís Alves de Lima Silva (futuro Duque de Caxias). Nesta ocasião toda a edição de número 7 do periódico foi estruturada na forma de cartas, totalizando sete: cada uma endereçada especificamente ao conselheiro de cada uma das sete pastas ministeriais — numa forma de chiste com a coincidência dos números.⁵² Tratavam em suma de recomendações gerais aqueles políticos para o exercício dos seus novos cargos. Ferroam, por exemplo, o então ministro do Império, Cunha Figueiredo: sugerem que ele se ocupe com mais empenho no encaminhamento da lei de 28 de setembro. O argumento era que, passado já quatro anos o governo ainda permanecia de “braços cruzados”, não cuidando de criar meios e formas de absorver, pela educação e/ou pelo trabalho, toda uma multidão de negros que ia “quebrando os grilhões”, e dali mais alguns anos poderiam “desabar com toda violência e ignorância por sobre os nossos lares”.⁵³ Além dos “libertos pelo ventre”, a referência ali era, novamente, ao

⁵² Notus Ferrão e Eurus Ferrão. *Os Ferrões*, 1º de setembro de 1875. Ano I, no. 7.

⁵³ Idem, p.16

dispositivo da lei que permitia aos cativos a constituição de pecúlio para obter sua liberdade.

É possível visualizar com mais clareza aqui um dos principais focos da atenção de Patrocínio naquele momento. Diferentemente do que clamava nos versos de 1874⁵⁴, não se tratava mais de apenas se “quebrar as algemas” dos escravos, mas também, e principalmente, de se pensar em como o Estado absorveria o contingente de libertos e futuros libertos em seu novo estatuto jurídico. É claro que as aplicações da lei de 28 de setembro estavam no cerne dos debates políticos como um todo, e a emancipação era a questão do momento.⁵⁵ Mas, é interessante perceber nuances como essa na postura crítica de Patrocínio em relação a emancipação entre um ano e outro. Do lirismo romântico e apologético dos primeiros versos ele tornava-se mais preocupado com as conseqüências sociais que poderiam advir com o fim da escravidão, caso os ex-escravos não fossem tutelados.

O recurso narrativo exercitado na forma de cartas, como foi em todo número 7 de *Os Ferrões*, era cousa recorrente no periódico. Apareceu de forma destacada também quando trataram da chamada “Questão dos

⁵⁴ Cf. J. do Patrocínio. “Uma esmola!”, Op. cit. e J. Carlos do Patrocínio. “A memória de Tiradentes”. Op. cit.

⁵⁵ Na verdade, desde a época da apresentação dos primeiros projetos no fim da década de 1860 e a aprovação do texto final em 1871, “a formação de pecúlio e a alforria forçada” sempre foram a questão mais polêmica na discussão política da lei de emancipação, conforme explica Sidney Chalhoub. Sobre o contexto de discussão e apresentação dos projetos ver “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”, in: *Machado de Assis Historiador*. Op. cit.

Bispos” — um conflito político envolvendo Igreja e o Estado iniciado ainda em 1873.⁵⁶

Endereçam suas cartas não só D. Vital e D. Antônio Macedo, os bispos penalizados pelo governo imperial, como também a “S. A. a Sereníssima Princesa Imperial” que, segundo os boatos, parecia intervir pessoalmente em favor dos prelados:

“Propala-se que V. A. I. pediu e obteve de S. M., vosso pai, que, no dia do vosso aniversário natalício, fossem perdoados os Exms. Prelados do Pará e de Olinda.

Os redatores dos *Ferrões*, em nome do povo brasileiro, esperam que esta nova não passe de leviano boato.

Esta esperança emana-se de uma crença ingênua que ainda ousamos alimentar; é que somos um povo livre e regido por poderes que não são primitivos nas mãos dos soberanos, mas simplesmente delegações da nação.

Se é verdade, porém, que V. A. I. obteve o perdão dos Exms Prelados escudando naturalmente o seu pedido na inviolabilidade do poder moderador, V. A. I. engana-se ou foi enganada; porquanto a inviolabilidade de qualquer poder só é vigente enquanto não faz baquear a dignidade do povo que o criou, e no caso presente o ato do poder moderador irá ferir mortalmente a dignidade nacional.

⁵⁶ A “Questão dos Bispos” e/ou chamada “Questão Religiosa” é tida como um dos incidentes mais graves da história do império brasileiro. Ao mandar executar as “bulas romanas contra a maçonaria” em 1873, os bispos Dom Vital Maria de Oliveira, de Pernambuco, e Dom Antônio de Macedo”, do Pará, proibiram a entrada de maçons das corporações religiosas e irmandades, determinando ainda a expulsão pública daqueles suspeitos que freqüentavam solenidades católicas. Recorrendo à Coroa, as irmandades enviaram requerimentos ao Conselho de Estado, o qual entendeu na atitude dos bispos uma infração às liberdades civis que ultrapassava suas atribuições. Resultado: os bispos foram denunciados perante o Supremo Tribunal de Justiça e levados a julgamento. Em 1875 foram condenados a quatro anos de prisão e trabalhos forçados em fortalezas militares, pena depois comutada para “prisão simples”. Foram porém anistiados naquele mesmo ano. Cf. Pereira da Silva, J. M. *Memórias do meu tempo* (organização, apresentação e notas de Célio Tasinafo). Brasília, Senado Federal, 2003 (1895). pp. 439-447.

(...) Senhora. Os redatores dos *Ferrões*, como o povo brasileiro, apesar de seus tribunais, não se importam que deis estolas ricas a D. Antônio, que afrontando as serpentes⁵⁷, o visiteis, que rezeis coroas e ladainhas pela paz dos Exms. Prelados, que sejais beata ou maçom; mas o que não veriam com bons olhos seria vilipendiar-se o país, profanar-se o santuário da justiça, lançar-se por terra a lei — embora para agradar-vos”.⁵⁸

O alvo da ferroada aqui era a Princesa Izabel, herdeira natural do trono imperial. Sabidamente carola, ela era questionada por ter usado sua influência junto ao pai para intervir favoravelmente junto aos bispos.⁵⁹ No fragmento, para além da posição anticlerical dos redatores, é possível perceber também a crítica que faziam ao Poder Moderador. Ao afirmarem, sob o tom da ironia, que ainda acreditavam ser um “povo livre” os redatores revelavam seu claro temor de que a inviolabilidade do poder pessoal do Imperador colocasse um xeque-mate na questão. Se usasse dessa prerrogativa para fazer atender um pedido pessoal seu, a Princesa Imperial estaria então ferindo a dignidade nacional posto que o Poder Moderador era entendido como um obstáculo ao exercício pleno da soberania popular.

Um outro tema explorado no periódico foi o da crítica literária. Entre as polêmicas destacava-se aquela travada em torno da publicação do romance *Maraba*, de Salvador de Mendonça — o qual Notus e Eurus Ferrão

⁵⁷ Referência a Ilha de Cobras, onde Dom Antônio de Macedo estava preso. Dom Vital, por sua vez estava na Fortaleza de S. João.

⁵⁸ Notus Ferrão e Eurus Ferrão. *Os Ferrões*, 1º de julho de 1875. Ano I, no. 3. p.3-7.

⁵⁹ A crítica a carolice da Princesa Imperial é tratada também na edição no.9 do periódico quando ironizam a notícia de que havia sido encomendada água benta de Roma para o batizado do príncipe, seu filho recém-nascido.

definiram como “grande insulto à psicologia e à arte”, pois trazia um “enredo inverossímil” e “personagens mal-delineados”⁶⁰. Neste campo da literatura “ferroam” também Machado de Assis, mas por um motivo inverso: discordavam da leitura feita por ele a uma peça teatral. Nesta circunstância acusaram o escritor de “caturra”, “louvadeus convertido em censor dramático” porque no exercício mesmo dessa função ele havia vetado a representação do drama *Os Lazaristas*. O argumento exposto por Machado era o de que uma cena do drama atacava uma das regras da disciplina católica que era a “guarda do domingo”.⁶¹

Pode-se dizer que a estrutura e o estilo narrativo de os *Ferrões* não era propriamente uma novidade no mundo da imprensa periódica naquele início de 1870. José do Patrocínio e seu parceiro inspiravam-se propositadamente em *As Farpas*, de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, cujos textos haviam sido publicados no rodapé do jornal *A República* em fins de 1873, tendo saído inicialmente em Lisboa a partir de maio de 1871.⁶² A referência à obra portuguesa, portanto, deve ter ficado clara aos contemporâneos quando foram surpreendidos com *Os Ferrões*. Além dos

⁶⁰ Idem, idem, No.1. p. 21

⁶¹ Idem, idem, No.10, p.17

⁶² Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. Na capital portuguesa, o primeiro número de *As Farpas* saiu em maio de 1871. Conforme o próprio Eça de Queiroz registrou em carta datada do mesmo período [*As Farpas*] seriam “as *Guêpes* de Karr tratadas de forma peninsular” — revelando desta forma a sua inspiração e a do parceiro na obra humorística do francês Alphonse Karr (1808-1890). Eça colaborou com Ramalho Ortigão até 1872; em 1890 reuniu as suas *Farpas* em dois volumes sob o título de *Uma Campanha Alegre* seguindo a iniciativa do colega que já havia publicado os textos de sua autoria no ano anterior. Cf. Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre*; São Paulo, Editora Brasiliense, 1961. Coleção *Obras Completas de Eça de Queiroz*, organização de Augusto Pissarra. A citação é da página V da “Introdução” ao tomo I da obra.

títulos dos dois periódicos assemelhem-se tanto na escrita como no significado havia outros indícios para tal correspondência, sobretudo no que diz respeito à construção dos narradores.

No texto de apresentação de *As Farpas*, os autores já se descreviam como imparciais, como sendo a imagem do “bom senso”, portadores da razão e da verdade, e dispostos a fazer justiça “farpeando” algumas “realidades do seu tempo”. Apenas para efeito de comparação, vale a pena conferir um pequeno trecho:

“Nesta jornada, longa ou curta, vamos nós. Não levamos bandeira, nem clarim.(...) Vamos conversando um pouco, rindo muito.Somos dois simples sapadores* às ordens do senso comum. Por ora, no alto da colina, aparecemos só nós. O grosso do exercito vem atrás. Chama-se Justiça.

Assim vamos. E na epiderme de cada fato contemporâneo cravaremos uma farpa. Apenas a porção de ferro estritamente indispensável para deixar pendente um sinal.”⁶³

Assim como os literatos portugueses, Patrocínio e Dermeval da Fonseca escolheram o viés satírico para fazer crítica política e social, inserindo-se assim nos principais debates de seu tempo. Partilhando certamente da idéia de que “o riso é uma opinião” — conforme dizia Eça de Queiroz⁶⁴ —, usavam o humor como estratégia da intervenção política que creditavam protagonizar através de seus textos. Não só porque tal estilo

* aqueles que fazem trabalho de “sapa”, isto é abrem fossos, trincheiras, etc

⁶³ Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre (artigos compilados de “As Farpas”)*; São Paulo, Editora Brasiliense, 1961. Coleção “Obras Completas de Eça de Queiroz”, organização de Augusto Pissarra. pp.5-8.

⁶⁴ Idem, p. 9.

pudesse ser mais atrativo ao público, vendendo mais jornal, mas porque acredito se tratar de uma forma específica de fazer e conceber literatura e jornalismo naquele período e postar-se criticamente em relação à sociedade. Adentravam assim o mundo da imprensa carioca através de uma via já bastante comum à época – o da sátira política e social. Além das folhas convencionais, ditas noticiosas, em 1875, circulavam na Corte mais de meia dúzia de periódicos de humor, grande parte deles ilustrados e de publicação semanal. Eram títulos como *Vida fluminense – folha joco séria ilustrada, pública*; *Semana Ilustrada – jornal ilustrado e satírico* (de Henrique Fleiuss); *O Mosquito – jornal caricato e crítico* (no qual colaboravam Ângelo Agostini, Rafael Bordalo, Ferreira de Araújo); *O Mequetrefe* (de Lins de Albuquerque e tendo como caricaturistas Pereira Neto e Aluísio Azevedo) ⁶⁵.

A experiência de *Os Ferrões* marca de certa forma a mudança de gênero literário até então exercitado por José do Patrocínio em suas primeiras colaborações na imprensa. Os poemas líricos e apologéticos publicados em *A República* e na gazeta estudantil *Lábaro Acadêmico* deram lugar à prosa corrida e à crônica política que através de um viés satírico revelavam os seus posicionamentos políticos e a forma de sua crítica em

⁶⁵ Cf. Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, pp.202-216. 4ª. Edição. Sem contar ainda um sem número de publicações do circuito acadêmico, das faculdades e institutos de ensino, e aquelas específicas a alguma categoria de trabalhadores, como a *Gazeta dos Operários*, e a *Revista da Associação dos guarda-livros – de acordo com levantamento no acervo de periódicos fluminenses do Arquivo Edgard Leuenroth*. Para uma análise bastante interessante sobre a imprensa ilustrada da época, ver o excelente trabalho de Marcelo Balaban. *Poeta do Lápis: A trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH- UNICAMP, 2005.

1875. As “ferroadas” publicadas quinzenalmente e as diversas outras colaborações em letra de forma que passariam a estampar em vários periódicos naquele período não deixam dúvidas quanto a aposta de José do Patrocínio em se tornar um homem de letras e das letras — embora não tivesse ainda muito clara a forma estilística na qual ele exercitaria o ofício. Ainda em 1876, ele publicou a poesia “Væ Victis” em *O Mequetrefe*, e no ano seguinte subscreveu o soneto “Retrato” na revista *Comédia Popular*.⁶⁶

Neste sentido, apesar da memória de sua atuação estar mais fortemente relacionada à campanha que empenhou pela abolição na década de 1880, através de artigos políticos de propaganda, José do Patrocínio iniciou sua carreira na imprensa experimentando estilos literários diferenciados. Moldava sua participação nos periódicos da Corte a partir de um leque de possibilidades razoavelmente amplo, inserido-se cada vez mais numa rede de interlocução e sociabilidade da qual fazia parte um conjunto de outras folhas. A imprensa, portanto, anunciava-se como forte aliada na divulgação da atividade literária entre os jovens escritores, espirituosos o bastante com a pena para aspirar seguir carreira profissional fora das academias e da política.

Muito tempo depois, já em 1905, José do Patrocínio lembraria desse contexto efervescente de meados da década 1870 ao contar sobre o aparecimento da *Gazeta de Notícias*:

⁶⁶ Cf respectivamente J. do Patrocínio. “Væ Victis”, *O Mequetrefe*, ano II, no.83, 26 de julho de 1876; José do Patrocínio. “Retrato”, *Comédia Popular*, 7 de setembro de 1877.

“Um dos maiores serviços que podiam ser prestados a esta cidade, em 1875, era a aclimação da imprensa barata, alegre e livre. As primeiras tentativas falharam. O *Diário de Notícias* publicado dois ou três anos antes morreu. A *Gazeta de Notícias* vingou por uma circunstância providencial: ela vinha a ser *O Mosquito* diário. Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes e Henrique Chaves eram os principais redatores daquele periódico semanal. *O Mosquito* tinha larga circulação para a época e o povo ao sentir num jornal diário o mesmo sabor de sua iguaria hebdomadária, correu gulosamente a gozá-lo. A idéia do jornal barato andava no ar: Dermeval da Fonseca a tinha quase madura quando, comunicando a sua idéia a Manuel Carneiro, este o convidou para revisor da *Gazeta*, que já estava organizada”.⁶⁷

Com ares de grande evento, o jornalista lembrou o surgimento da *Gazeta* como uma espécie de marco na história da imprensa. Segundo ele, a nova folha teria sido precursora de uma nova forma de fazer jornal no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. O sucesso da empreitada explicava-se pela repetição, na *Gazeta*, do estilo “livre” e “alegre” que já garantia a boa acolhida de *O Mosquito* pelo público.⁶⁸ Ao se organizarem em torno de um jornal diário, os redatores apostaram numa fórmula que, já estando de certa forma testada, foi aprovada e “vingou” — consagrando assim o seu papel fundamental no desenvolvimento do jornalismo carioca.

⁶⁷ [José do Patrocínio] Justino Monteiro. “As Segundas”. *A Notícia*, 10 de janeiro de 1905.

⁶⁸ *O Mosquito* iniciou sua circulação em 19 de setembro 1869 sob o subtítulo de “jornal caricato e crítico”. Era um periódico ilustrado pelo qual, além de Ferreira Araújo e os outros redatores citados por Patrocínio, passaram desenhistas como Ângelo Agostini e Rafael Bordalo Pinheiro. Vale notar que o semanário continuou vendendo mesmo com o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, propagandeando inclusive o surgimento da nova folha. Cf. Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*; RJ: Mauad, 1998 (4ª. edição). pp. 215-217. A edição de *O Mosquito* de 24 de julho de 1875 já anuncia o surgimento da *Gazeta de Notícias*.

De fato, a *Gazeta* inaugurou a estratégia de vendas avulsas ao empregar meninos que percorriam a cidade anunciando aos berros as principais notícias do dia.⁶⁹ Além disso, a folha poderia ser adquirida em vários outros pontos da Corte ao preço de 40 réis, um valor bem mais barato que o *Jornal do Commercio*, por exemplo, que custava 100 réis e só poderia ser comprado pelo sistema de assinaturas ou no balcão do escritório.⁷⁰

A idéia de um grupo alegre e livre politicamente no comando de um jornal, lembrada por Patrocínio em 1905, foi enunciada desde o início pelos seus próprios redatores em 1875 num “Prospecto” que antecedeu sua primeira edição.⁷¹ Distribuído pelos pontos centrais do Rio de Janeiro para fazer propaganda da nova folha, este impresso trazia no rodapé um folhetim assinado por “Bob” que cuidou de apresentar o programa político do jornal:

“Há uma coisa muito tola em todos os jornais que começam: o programa (...) pois a gente sabe lá hoje o que há de fazer amanhã? Sabe lá se tem que defender Beltrano ou ataca-lo, se tem que prestar serviço ao pequeno comércio, ou advogar a causa do acendedor de gás?

(...) O melhor programa d’um jornal que quer agradar ao público é – agradar-lhe – sem programa”.⁷²

⁶⁹ Ana Flávia Cernic Ramos. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1886)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Composto por cinco colunas, o prospecto da *Gazeta de Notícias* apresentava as informações necessárias sobre o futuro jornal: o escritório localizado no número 70 da Rua do Ouvidor, as diversas seções que estamparia suas páginas (folhetins de atualidade e estrangeiros, informações comerciais, notícias sobre o cotidiano da cidade, etc), o valor de mil réis “para assinaturas para a capital do império” e de quarenta réis para o número avulso — cada qual sendo “distribuído por toda a cidade, vendendo-se (...) nos principais quiosques, estações de bondes, barcas e em todas as estações da Estrada de Ferro D. Pedro II”. Cf. “Prospecto”. *Gazeta de Notícias*, s/d.

⁷² Bob. “Folhetim”, in: “Prospecto”, *Gazeta de Notícias*, s/d. Infelizmente, não foi possível identificar quem exatamente estava por trás deste pseudônimo. De qualquer forma, “Bob” da

Ao insinuar que não tinha programa, muito menos no campo político-partidário, o articulista procurava marcar que o compromisso da sua folha era único e exclusivamente informar e entreter seu público. Esta postura de neutralidade confiada por “Bob” à *Gazeta* amparava-se indiretamente na divulgação de uma seção especial para publicação de “correspondência de interesse particular”⁷³ — a conhecida “Seção a Pedidos”, estampada logo nas primeiras edições e amplamente propagandeada no entrelinhado:

“Não sendo a *Gazeta de Notícias* folha de partido, apenas tratará de questões de interesse geral, aceitando nesse terreno o concurso de todas as inteligências que quiserem utilizar-se de suas colunas”.⁷⁴

Negando quaisquer tendências político-partidárias o grupo da *Gazeta* procurava marcar uma imagem de imparcialidade para a nova folha, sem compromissos nem ligações com grupos específicos.⁷⁵ Entretanto, a pretensão da *Gazeta* (sob a pena de seus redatores) em se isentar da discussão política foi particularmente criticada por José do Patrocínio. Naquela época, além da publicação de *Os Ferrões*, ele também emprestava sua pena à uma coluna fixa na revista *Vida Fluminense*. Sob o calor dos

Gazeta de Notícias era referenciado em outras publicações da época como um dos chefes da nova folha. Ver, por exemplo, *Vida Fluminense*, 7 de agosto de 1875.

⁷³ “Prospecto”, *Gazeta de Notícias*, s/d.

⁷⁴ Cf. “Seção a Pedido”. *Gazeta de Notícias*, 3 de agosto de 1875.

⁷⁵ A isenção e a objetividade como “princípios jornalísticos” do final do século XIX tinham um sentido muito diferente do de hoje. Na verdade, segundo explica Marcelo Balaban, “estavam associados a uma noção de justiça, à idéia de defender a causa boa, sempre com o cuidado de não ofender a quem quer que seja”. Cf. Marcelo Balaban. Op. cit. p.33.

acontecimentos Patrocínio comentaria o aparecimento da *Gazeta* da seguinte forma:

“A ‘Gazeta de Notícias’ é um *jornal diário*, de pequeno formato, mas de grande futuro!

Não é por ora o que há de ser mais tarde... mas também Roma não se fez n’um dia.

Esperemos, pois, e tenhamos confiança em Bob e nos seus profetas.

É pena, porém, que a ‘Gazeta’ não admita política nas suas, por ora, quatro páginas.

A política é o forte da nossa população, e na heróica cidade do Rio de Janeiro não há quem não se ocupe um pouco com a deusa que tanto favorece uns e tanto maltrata outros”.⁷⁶

Apesar de mostrar-se simpático à chegada da nova folha, Patrocínio faz uma provocação ao lamentar a abstenção da *Gazeta* em tratar de política em suas páginas. Se lembrarmos que naquele tempo ele estava à frente de *Os Ferrões*, periódico dedicado exclusivamente à sátira política e social, o seu comentário faz todo sentido. Mais do que ver na política um terreno fértil a ser explorado pela imprensa, simplesmente porque dava notícia, Patrocínio esboçava ali uma concepção jornalística que fazia da postura crítica diante dos fatos a forma ideal do ofício. Além disso, seu parceiro de “ferroadas” Dermeval da Fonseca tornou-se também um dos redatores da *Gazeta de Notícias*, conforme lembra na crônica de 1905. Em uma outra chave de leitura, tal fato permite avançar na interpretação e entender o comentário de Patrocínio como uma crítica pessoal ao grupo da *Gazeta*, visto que seus laços com folha eram bem mais estreitos.

⁷⁶ [José do Patrocínio] Nemo. “Chronica”. *Vida Fluminense*, 7 de agosto de 1875.

É claro que negar à *Gazeta* um “programa” não significava que seus redatores não tivessem bem definidos as diretrizes de atuação de seu jornal diário. Do mesmo modo, é difícil acreditar que também não tratariam de assuntos relacionados à política. O perfil da nova folha foi anunciado na primeira edição sob a pena de “Lulu Sênior”, pseudônimo de Ferreira Araújo que ficou mais conhecido:

“Um jornal nasce com a idade do espírito de seus redatores.

(...) A *Gazeta de Notícias* tem vinte e... tantos anos. Quer isso dizer que ainda tem coração para falar de amor às moças, ainda sabe rir com os rapazes, e apesar de recém-nascida sabe talvez já ter juízo como os velhos, mas ao seu modo. (...) A mim, confesso-o, só uma coisa seria capaz de entristecer-me deveras: chegar à convicção de que dia virá em que hei de deixar de ser moço. Deixar de olhar o mundo pelo seu lado bom; por de parte a santa boa fé para entrincheirar-me atrás da cautela; deixar de rir porque neste mundo, disse-o já não sei que espírito doentio, após o riso vem sempre o pranto; seria viver morto.

(...) neste corpo coletivo, a soma dos sentimentos, da alegria e do juízo de todos há de dar coisa digna de se ver. (...) A nossa pretensão é bem simples: dizer o que pensamos e sentimos, ser o que somos”.⁷⁷

O cronista procurava desta forma identificar a si e a seus colegas a partir de uma série de características que os diferenciaram perante os outros periódicos. Reunidos sob um espírito jovial e alegre, mas com juízo para tratar de assuntos sérios, os moços mostravam-se arrojados e bem dispostos a fazer “coisa digna” apostando na fórmula do humor para atrair os futuros leitores.

⁷⁷ [Ferreira de Araújo] Lulu Sênior. “Folhetim da *Gazeta de Notícias*”. *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1875.

Não demorou muito para José do Patrocínio integrar o quadro fixo de colaboradores da *Gazeta de Notícias*. Fiado talvez em sua proximidade com Dermeval da Fonseca e tendo já na bagagem *Os Ferrões* e as colunas de *A Vida Fluminense*, o jornalista faria sua estréia na folha pouco mais de um ano após sua fundação. A primeira publicação foi em 13 de janeiro de 1877 com o poema intitulado “Eulália”. Na seqüência, entre janeiro e fevereiro de 1877, assinou “Nemo” à “Gazeta Métrica” —, uma seção que noticiava os principais acontecimentos do dia sob a forma de versos jocosos. Ainda naquele mesmo ano ele iniciou a publicação de seu primeiro folhetim “Mota Coqueiro ou a pena de morte”, cujos capítulos apareceriam aos sábados no rodapé do jornal. Foi também repórter de notícias, sendo enviado às províncias do norte em 1878 para cobrir a seca que assolava o Ceará. A série de cartas que enviava à redação do jornal naquela circunstância era transcrita no rodapé sob o título de “Viagem ao Norte”. Tão logo retorna ao Rio de Janeiro em fins de agosto de 1878, passa a publicar o folhetim intitulado de *Os Retirantes* —, explicitamente inspirado na experiência de sua viagem ao norte. Apesar de experimentar estilos diversos, sua série de maior fôlego no periódico foi a “Semana Política”, publicada às segundas feiras e mantida regularmente até 1881.

Naquele período de larga colaboração para *Gazeta de Notícias*, Patrocínio conquistou aliados e atraiu inimigos. Sob o fogo cerrado de várias polêmicas consagrava seu pseudônimo mais conhecido — Proudhomme —, ao mesmo tempo em que sofria uma série de detrações públicas — as quais

marcariam profundamente sua trajetória ao longo da década de 1880. Paralelamente, moldava sua militância abolicionista e apostava todas as moedas como empresário de jornais. Tentar apreender o sentido de suas ações em algumas dessas circunstâncias específicas é o objetivo do capítulo seguinte.

Em letra de forma – jornalismo, política e a campanha contra a escravidão

No dia onze de maio de 1881 um longo poema ocupava uma coluna inteira do jornal *O Corsário*. Intitulava-se “O Preto-cínico”:

“Hei de tirar-te as fuligens
E a picumã da cabeça!
Valham-te as onze mil virgens
Hei de tirar-te as fuligens!!
Embora tenha vertigens
E a gaforina te cresça,
Hei de tirar-te as fuligens
E a picumã da cabeça!!!

(Do autor)

Fugiu-me, fazem dous meses,
O meu moleque Proudhomme.
Tem fugido muitas vezes
Fugiu-me, fazem dous meses.
Quando comprei-o aos ingleses
Não era esse o seu nome...
Fugiu-me, fazem dous meses
O meu moleque Proudhomme.

O moleque de que trato
É o meu crioulo José:
Também se diz *Zé do Pato*
O moleque de que trato

Vive como cão com gato,
Mordendo no rodapé!
O moleque de que trato
É meu crioulo José!

Tem sinais particulares
O meu crioulo fujão,
Desde a cara aos calcanhares
Tem sinais particulares!
Tem do macaco os esgares
E as vilanias do cão!
Tem sinais particulares
O meu crioulo fujão!”¹

A essa altura do trabalho já fica bastante claro quem era o personagem dos triolés.² O título “Preto Cínico” era uma alusão óbvia a José do “Patrocínio”. Constituindo uma espécie de anagrama do seu sobrenome, a alcunha também o identificava, de forma pejorativa, pela cor da sua pele. A referência a Patrocínio é reiterada ainda pelos pseudônimos citados no poema — “Proudhomme” e “Zé do Pato” —, já bastante conhecidos do público na época. Com o primeiro, o folhetinista assinava desde 1877 a “Semana Política” no rodapé da *Gazeta de Notícias*; já o outro foi usado por ele nos artigos e poesias publicados em 1878 no semanário ilustrado *O Besouro*.³

¹ “O Preto-cínico”, *O Corsário*. 11 de maio de 1881.

² Poema de forma fixa, com estrofes de oito versos em que o primeiro verso se repete como o quarto e o sétimo, e o segundo, como último.

Cf. <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=triol%E9>, consultado em 01 de dezembro de 2005.

³ *O Besouro*, auto-intitulado *folha ilustrada, humorística e satírica* circulou semanalmente entre 6 de abril de 1878 e 8 de março de 1879. Sob comando do artista Bordalo Pinheiro, reuniu na primeira edição um time de redatores e colaboradores já bastante conhecidos de

José do Patrocínio foi, sem dúvida, um dos principais alvos de *O Corsário* durante seus três anos de circulação. Fundado por Apulco de Castro, ex-tipógrafo de *O Cruzeiro*, em janeiro de 1881, o periódico ficou afamado pelas críticas violentas que lançava contra tudo e contra todos no início da década de 1880. Extremamente mordaz e agressivo foi empastelado em duas ocasiões pela ação da “polícia secreta”, mas só chegou realmente ao fim com o assassinato brutal de seu chefe em junho de 1883.⁴

Naquela edição de maio, especificamente, a forma escolhida para investir contra José do Patrocínio foi parodiando, em versos, os anúncios de fugas de escravos, comumente estampados nas grandes folhas. Destilando sobre ele toda a discriminação a qual a cor da sua pele estava associada naquele contexto, o autor tinha a clara intenção de fazer dele o “escravo

outros periódicos, como José do Patrocínio, Dermeval da Fonseca e Arthur Azevedo. Patrocínio, especificamente, assinou o artigo de apresentação ao público, narrando inclusive como ele e os colegas escolheram o nome para a nova folha. Cf. José do Patrocínio. “O Besouro”, *O Besouro*, 6 de abril de 1878. Sua presença no semanário, contudo, efetivou-se somente em agosto de 1878 quando retornou de sua viagem ao Ceará — onde estivera como repórter da *Gazeta de Notícias* para cobrir a seca que assolava a região. Nesta ocasião, um dos companheiros de redação não perdeu a chance de fazer pilhéria com sua volta: “a redação do *Besouro* vai mal de saúde, desde que chegou o retirante Patrocínio. O maldito esfomeado come os pães todos e deixa ninguém sem ceia. Retirante!”. Karlo Mello. “Noticiário”, *O Besouro*, 24 de agosto de 1878. A partir daí, *O Besouro* trazia em todas as edições ao menos uma poesia subscrita por “Zé do Pato”. Cf, por exemplo. “Ai, ai!” e “Margarida”, publicadas respectivamente em 28 de setembro e 12 de outubro de 1878.

⁴ Publicado entre 1881 e 1883 na Corte Imperial (com algumas interrupções), *O Corsário – periódico crítico e literário* circulava em dias alternados, à exceção de domingo. Fundado por Apulco de Castro e redigido quase que exclusivamente por ele, o jornal era barato, custando quarenta réis a folha avulsa. Assumindo o comando de fazer publicar uma folha agressiva, franca-atiradora de verrinas contra figuras públicas, se metendo em intrigas pessoais, e levantando todo tipo de escândalos, Apulco de Castro atraiu inevitavelmente inúmeros inimigos. Ainda que pedisse proteção policial depois de ter recebido várias ameaças de morte, Apulco foi assassinado brutalmente em 1883, quando saía da delegacia de polícia. Sobre *O Corsário*, ver Raimundo Magalhães Jr. *O Império em Chinelos*. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Editora Civilização Brasileira, 1957. pp.208-228. Ver também Joel Rufino dos Santos. “O caso do jornalista Apulco de Castro”, in: *Anais da Biblioteca Nacional – Abolição & Abolicionismos*, Rio de Janeiro, vol. 116, 1996. pp.98-103 (volume publicado em 1999).

fujão” de seus versos. Tratava-se assim de colocá-lo a rês do chão das relações sociais que ordenavam a sociedade imperial em meados de 1880. Tanto, que ao se personificar como um senhor de escravos, o autor se posicionava no topo dessa hierarquia social. A intenção era sem dúvida estabelecer uma relação de dominação pessoal sobre Patrocínio que tinha na cor — e à idéia de escravidão a ela atrelada — a sua principal determinação.

Não é difícil imaginar o grande constrangimento pessoal que aquela versalhada causou a José do Patrocínio — já então um jornalista conhecido e de certa distinção social. Tudo aquilo vinha carregado de significados sociais fortes, claramente pejorativos, e que se inscreviam na sua própria história de vida na medida em que explicitava de forma mordaz a diferenciação racial e social que permeava a sua experiência de homem de cor livre convivendo num meio branco e letrado. As estrofes iniciais do poema, ao enunciar o castigo que esperava o “escravo fujão” dão bem o tom injurioso e fortemente ameaçador que se inscrevia ao longo dos versos. Ao formular seu ataque a partir de um referencial racial, o autor da verrina acionava contra José do Patrocínio códigos de exclusão que atravessavam sua posição social de então — que aparentemente parecia diferenciá-lo de seus “irmãos de cor” —, e a despiam de qualquer significado positivo que pudesse representar.

A menção nos versos de que “não era esse [Proudhomme] seu nome”, mas sim o “meu crioulo José / o moleque de que trato” demonstra a intenção do autor em “denunciar” a ascendência escrava de Patrocínio como

uma forma de difamá-lo. O recado do autor é flagrante: o verdadeiro e legítimo lugar de José do Patrocínio naquela sociedade era ali, no mundo da escravidão: servindo aos senhores, levando todo tipo de castigo e não entre os brancos letrados, dentro do mundo da imprensa — para onde havia “fugido”.

À personificação de escravo fujão postada para Patrocínio (“moleque”, “crioulo”, “negrinho”) cola-se, naturalmente, adjetivações pejorativas à sua aparência. Considerada suja, encardida, feia e desarranjada — “hei de tirar-te as fuligens / e a picumã da cabeça⁵... [Embora] a gaforina⁶ te cresça” —, suas características físicas serviam para marcar o grau de inferioridade ao qual estava inevitavelmente condenado, segundo as idéias já absorvidas da “ciência racial do século XIX”.⁷ Não por acaso, assim, um dos triolés destaca exatamente os “esgares” de macaco como um dos “sinais particulares” do “crioulo fujão” — numa identificação que comparava a fisionomia de Patrocínio a dos símios.

⁵ O mesmo que fuligem; teia de aranha tornada negra pela ação da fuligem. No uso informal quer também dizer cabelo pixaim, carapinha.

Cf. <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=picum%E3>, consultado em 01 de dezembro de 2005.

⁶ Cabeleira eriçada, em desalinho. A etimologia remota a Isabel *Gafforini*, cantora lírica italiana que se apresentou em Portugal no início do século XIX e cuja basta cabeleira loura, aparentemente em desalinho, tornou-se célebre.

Cf. <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=gaforina>, consultado em 01 de dezembro de 2005.

⁷ Segundo Sidney Chalhoub, entende-se por ciência racial “a tentativa de relacionar as características físicas dos povos a seus supostos estádios ou graus de civilização, de modo a fazer com que tais características sejam determinantes para atribuir maior ou menor civilização a essa ou aquela nação”. Cf. Sidney Chalhoub. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p.128.

Mais do que reconhecer tais designações como extremamente negativas em seu sentido geral, porém, é importante entender por que elas se constituíam epítetos de discriminação racial e social naquele momento. Segundo Sidney Chalhoub, dentre as idéias difundidas pela “ciência racial” estava aquela que relacionava a “aparência e o tamanho dos narizes” à superioridade ou inferioridade racial. Desta maneira, conforme explica o autor, coube aos africanos a “pecha de inferiores e feios” porque seus narizes negros, “curtos demais, aparentemente aproximavam a sua fisionomia à dos primatas” — e a afastavam, conseqüentemente, do ideal de perfeição representado pelos “europeus de fungador grande e comprido”.⁸ Neste sentido, a pele de cor preta e o cabelo carapinha, ao representarem traços próprios aos negros, serviam no poema como distintivos de sua inferioridade “natural” em relação aos brancos.

Aquela porém não era a primeira ocasião que *O Corsário* investia violentamente contra Patrocínio. Nos meses anteriores o jornal fez ampla campanha contra o seu casamento com Dona Henriqueta da Rosa Senna, celebrado em janeiro de 1881:

⁸ Idem, idem. p.129. Em termos mais amplos, a tradição de associar os negros a símios (macacos, babuínos e orangotangos) remonta à segunda metade do século XVIII, divulgada e reiterada por vertentes das ciências e das representações artísticas. A partir das primeiras décadas do século XIX, estas formulações ganham mais força ainda, a partir do desenvolvimento e cristalização das teses racistas e dos métodos craniométricos. Este universo de invenções e reapropriações pejorativas tinha como alvo primeiro o próprio corpo dos negros, mormente africanos, a começar pela cor da pele e dos traços fisionômicos. Para um bom painel dessas discussões, ver Eneida Maria Mercadante Sela. *Modos de ser em modos de ver: escravos africanos e viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)*. Texto apresentado ao exame de qualificação para tese de doutorado em História Social. Campinas, dezembro de 2005.

“Casou-se o Preto Cínico da *Gazeta* e está muito ancho com a lança que meteu em África. Em África não e aí é que está o mal. (...) Ah, bom maganão! Casou-se! Mas, com quem foi casar-se o imaculado apóstolo protetor dos negros seus parceiros? Procurou, porventura, fazer a felicidade de uma pretinha sua parenta? Escolheu alguma dona da sua própria raça, de polpa planturosa e catingueira a valer? Pois não! Nessa não caiu o nosso moleque. Isso é bom para tolos, para boçais parceiros, não para quilombolas da grande imprensa moralizadora da Corte, não para o espertalhão jornalista ganhador. O negrinho quis por força moça bonita, dengosa e... branca. O fato é que alcançou o desideratum à medida de seus mais atrevidos sonhos”.⁹

O artigo, provavelmente escrito por Apulco de Castro, desqualificava veementemente a união entre José do Patrocínio e uma moça branca. O caso era que além de branca a noiva também pertencia a uma família abastada e de algum renome na Corte pois era filha do Capitão Emiliano Rosa de Senna, militar de alto posto e um dos chefes do Clube Republicano de São Christóvão.

Patrocínio era então acusado de oportunista, aproveitador e falacioso ao se casar com alguém que, segundo entendimento do articulista, era uma típica representante da classe senhorial dominante. Para um “apóstolo protetor dos negros seus parceiros” — como ironiza — o casamento

⁹ “Casamento de um tipo”. *O Corsário*, 9 de fevereiro de 1881. *Apud* Raimundo Magalhães Jr. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969. p. 94. Infelizmente, dentre as poucas edições que faltam da coleção original de *O Corsário* consultada durante a pesquisa, está a de 9 de fevereiro — exatamente a que trazia esse e outros artigos sobre o casamento de José do Patrocínio. A cerimônia foi realizada na Matriz de São Christóvão na tarde do dia quinze de janeiro de 1881. Foram padrinhos de José do Patrocínio: Ferreira de Souza Araújo e esposa, e o Professor João Pedro de Aquino (o diretor do externato onde Patrocínio fizera os preparatórios para a Academia de Medicina). Cf. [Noticiário] *Gazeta de Notícias*, 16 de janeiro de 1881 e Raimundo. Magalhães Júnior. Op. cit. p.93.

fora uma traição de Patrocínio a seus irmãos de cor e a seus ideais abolicionistas. Na seqüência, o autor acirra seu ataque não perdoando nem mesmo a própria noiva, a quem questiona por tão “impensável” escolha:

“Temos pena da Exma. noiva, a quem pedimos mil desculpas pela nossa franqueza; mas... não lhe gabamos o gosto. São admiráveis os tais apóstolos, sobretudo os negros que se arvoram em extremos advogados da santa causa da abolição e da igualdade dos parceiros. Querem sim a igualdade de si para cima, mas de si para baixo (ou o que eles assim julgam), isso não.

(...) E quanto à Exma. consorte do ilustre literato-panfleteiro da *Gazeta*, a maior felicidade que como bons cristãos lhe podemos desejar, como presente de bodas — em tão lamentável circunstância —, é que Deus lhe ‘proteja’ com uma permanente esterilidade, a fim de evitar-lhe cruéis vexames e inevitáveis remorsos. (...) compreendemos a tranqüila e natural felicidade de uma senhora, branca ou de cor, ser mãe de filhos de filhos de sua casta; compreendemos até o orgulho de uma pobre senhora de cor poder chamar de seu filho um José do Patrocínio, mas o que não compreendemos é nem a glória, nem a felicidade, nem o orgulho — sendo uma moça branca — de vir a ser mãe dos molequinhos filhos de um Preto Cínico por excelência. Abrenúncio! O demo leve semelhante apostolado que faz com que os negrinhos desprezem as negrinhas, e só queiram sacrificar-se... casando com branca!”¹⁰

Este trecho explicita o quanto o autor levava às últimas conseqüências a sua crítica ao casamento de José do Patrocínio e D. Maria Henriqueta. Se a princípio acusa Patrocínio de manchar a causa da abolição, pela qual se batia, ao se casar com uma moça branca, na seqüência ataca a própria noiva mostrando-se estupefato com o fato dela vir a tornar-se a mãe

¹⁰ “Casamento de um tipo”. *O Corsário*, 9 de fevereiro de 1881. *Apud* Magalhães Jr. Op. cit, p. 97.

dos filhos de um “preto cínico”. Tendo como natural a condição inferior de Patrocínio em relação a sua esposa, ele é impiedoso ao tratar da futura prole do casal.

Profundamente embebido nas teorias científicas, o autor entendia a miscigenação como degenerativa, que desvirtuava o caráter dos indivíduos.¹¹ Naquela união, portanto, o sangue africano era o elemento nocivo da mistura racial, e macularia toda uma descendência ainda por vir. Patrocínio disseminaria não só aspectos físicos mas características morais que eram consideradas aviltantes. Mas não era “só” isso que estava por trás das críticas publicadas em *O Corsário* à união de Patrocínio e D. Bibi — como Dona Henriqueta era chamada na intimidade.¹² Se considerarmos a hipótese de que o autor do texto era Apulco de Castro — e é muito provável que o fosse — a compreensão dos ataques que se arrastaram contra Patrocínio ganha um outro sentido. Pois o caso é que Apulco de Castro também era negro — “mulato escuro”, na definição de um biógrafo.¹³

Não deixa de causar estranhamento, num primeiro momento, identificar na fala de um “homem de cor” termos que remetem diretamente ao preconceito racial. Contudo, o que pode parecer uma contradição ao olhar de hoje estava mediado naquele contexto por uma lógica social específica. O redator de *O Corsário*, não se voltava contra um homem de cor qualquer, e

¹¹ Cf. Lília Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*; São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1996).

¹² Osvaldo Orico. *O Tigre da Abolição* (edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931).

¹³ Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. 94. Uma litografia de Apulco de Castro foi publicada pela *Revista Ilustrada*, outubro de 1883. no. 359, por ocasião de seu assassinato.

sim contra “o” homem de cor que vinha se destacando cada vez mais em meios brancos e letrados. José do Patrocínio era o negro que tivera sucesso na imprensa e via naquele momento sua fama crescer como um dos principais oradores das conferências públicas emancipacionistas que se popularizavam desde o ano anterior, em 1880.

A atuação de José do Patrocínio na “santa causa da abolição” irritava o redator do *Corsário* porque a sua militância abolicionista escalonava-se num meio predominantemente branco. Do mesmo modo, sua própria vida pessoal e profissional parecia seguir um rumo que Apulco de Castro entendia como uma espécie de “deserção”. Ele acusava, por exemplo, a contradição cruenta que via na forma como Patrocínio se batia pela abolição, já que era visto como “o filho desnaturado que abandonou a mãe à vaia dos moleques campistas e que consente que ela viva em Campos da caridade pública”¹⁴; e também, como o “preto cínico [que] prefere a pândega da *Gazeta*, prefere moça branca com quem possa fruir as delícias da Corte, sem se importar com o que vai por este mundo de Cristo, de desgraças para os mais chegados parentes e parceiros.”¹⁵

No início de 1881, quando saíram as verrinas de *O Corsário* José do Patrocínio já era um nome conhecido entre aqueles que defendiam publicamente a causa da abolição. Como já foi citada anteriormente, sua popularidade advinha sobretudo de sua larga participação nas “Conferências

¹⁴ *O Corsário*, 14 de maio de 1881

¹⁵ “Casamento de um tipo”. *O Corsário*, 9 de fevereiro de 1881. *Apud* Magalhães Jr., *Op. cit.*, p. 95.

Emancipadoras” realizadas no espaço do Teatro São Luiz. Promovidas inicialmente pela Associação Central Emancipadora, fundada por Nicolau Moreira, mas contando depois com o apoio e colaboração de outras associações abolicionistas, tais conferências seguiram curso e adentraram o ano de 1881 sob grande afluência pública.¹⁶

José Patrocínio destacou-se como orador desde os primeiros encontros, datando pelo menos de 8 de agosto de 1880 a sua estréia na “Tribuna Popular”:

“Na conferência de Domingo 8 de agosto, José do Patrocínio obteve um dos maiores triunfos, até hoje conseguidos na Tribuna Popular.

Na peroração produziu uma prodigiosa metáfora tirada do final do Hamleto (sic) de Shakespeare. A emoção foi tão profunda no auditório que muitos em lágrimas nem tiveram forças para aplaudir”.¹⁷

Notícias como essas, transcritas por André Rebouças para a *Gazeta da Tarde*¹⁸ e publicadas na forma de “boletins” quase diários, enalteciam Patrocínio como um dos grandes oradores das “Conferências”, ao lado de

¹⁶ Cf. Evaristo de Moraes. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Op. cit. p. 39. O Teatro São Luiz, segundo relatava uma notícia das conferências, “emprestado generosamente para esse fim humanitário pelos seus dignos empresários os Srs. Dias Braga&Mattos vai já tornando-se pequeno para a sempre crescente afluência do publico fluminense.” Cf. “Conferências Emancipadoras”. *Gazeta da Tarde*, 13 de setembro de 1880.

¹⁷ “Carlos Gomes e a Emancipação” *Gazeta da Tarde*, 12 de agosto de 1880.

¹⁸ É o próprio André Rebouças quem revela o fato em seu diário. Anotando o aparecimento da *Gazeta da Tarde* em 10 de julho de 1880, informa que coube a ele a responsabilidade não só da transcrição resumida das Conferências Emancipadoras, dando notícias dos discursos proferidos, mas também da redação dos artigos de propaganda publicado pela folha de Ferreira de Menezes. Cf. André Rebouças. *Diário e Notas autobiográficas*. (texto escolhido e anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo). Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1938. pp. 290-291.

Vicente de Souza e Lopes Trovão”.¹⁹ Os dois primeiros eram identificados nos boletins como sócios fundadores da *Associação Central Emancipadora* e da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. Esta última, fundada em setembro de 1880 na casa de Joaquim Nabuco, engrossava as fileiras da propaganda e lançava o jornal *O Abolicionista* no mês seguinte, em 13 de outubro de 1880.²⁰

O ambiente político da Corte fervilhava em torno da questão do “elemento servil” — como costumavam se referir. Projetos de emancipação pipocavam de todos os lados, do parlamento até às incursões particulares publicadas nas seções “A Pedidos” dos jornais. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, dava a mesma publicidade para o projeto de lei do deputado Joaquim Nabuco que previa a extinção completa da escravidão em 1890, como para o do “médico e fazendeiro Dr. Bernardo Alves Pereira”, intitulado “Projeto de emancipação por meio do trabalho escravo remunerado”²¹ Neste último, a idéia geral resumia-se na proposta de emancipação gradual da

¹⁹ “Emancipação”. *Gazeta da Tarde*, 16 de agosto de 1880. Vale notar que, apesar de figurar em menor escala nos “anais da história”, Vicente de Souza já se dedicava a política em conferências públicas antes mesmo que a questão da emancipação ocupasse o centro do debate. No dia 23 de março de 1879, por exemplo, por conta de um círculo de conferências organizado pela Imperial Associação Tipográfica Fluminense, este médico e professor baiano proferiu o discurso intitulado “*O império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte* — que parece ter causado certa repercussão devido a exposição de algumas doutrinas socialistas. Cf. [Noticiário] *Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1879. Ver também Cláudio Henrique M. Batalha. “A Difusão do Marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. in: João Quartim de Moraes (org.) *História do Marxismo no Brasil, Vol. II: Os Influxos Teóricos*, Campinas, Editora da Unicamp, 1995. pp. 11-44.

²⁰ Cf. André Rebouças. Op. cit. p.291.

²¹ Cf. respectivamente “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1880; Bernardo Alves Pereira, “Projeto de emancipação por meio do trabalho escravo remunerado”. *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1880.

escravatura mediada pela indenização aos senhores, paga pelo próprio escravo.²²

É importante ressaltar assim que no início dos anos de 1880 o “fim da escravidão”, mesmo para aqueles que se tornariam bastantes famosos como defensores da causa, se colocava como um problema questão a ser encaminhado de forma gradual e garantindo a indenização dos senhores. O caso é que o termo abolição/abolicionista ainda não tinha o sentido que adquiriu nos anos precedentes ao 13 de maio de 1888, isto é, o de significar a libertação total e imediata dos escravos, sem indenização.

Esta idéia decorre em grande parte da memória perenizada em torno do 13 de maio e da idealização de seus vários heróis.²³ Contudo, acredito que seu mérito vem também da personificação gloriosa criada em torno do pseudônimo usado por José do Patrocínio para assinar a série “Semana Política”.

De maneira geral, os estudos e biografias acaba identificando “Proudhomme” como o pseudônimo que celebrizou Patrocínio como grande propagandista da Abolição. Explicam tal uso porém de forma teleológica. Isto

²² “Consiste o projeto em avaliar cada um dos atuais escravos, como representando um capital empregado e que vence juros; lançar a débito do escravo esse capital e juros, e a seu crédito o fruto de seu trabalho. O atual senhor arbitra sobre os dados fornecidos pela lei o valor do trabalho diário do escravo; da importância desse salário, desconta no fim do ano os juros do capital empregado, a despesa de vestuário e alguma outra extraordinária, como faria com o trabalhador livre, e o saldo a favor do escravo é levado a desconto do capital empregado sobre ele; no ano seguinte, já é menor a quantia que o escravo de pagar de juros e assim por diante até completa extinção da dívida do escravo, que desse modo tem conquistado pelo trabalho a liberdade.” “Assuntos do Dia”. *Gazeta de Notícias*, 7 de novembro de 1880.

²³ Retomo aqui a idéia de construção e glorificação de um “Panteão Abolicionista”— ilustrada pela clássica litografia de Ângelo Agostini, e analisada no Capítulo I.

é, atribuindo à escolha de Patrocínio na definição do seu narrador para a série, um sentido que o “personagem” adquiriu posteriormente, quando ele era já um dos principais líderes abolicionistas da Corte e, à frente da *Gazeta da Tarde*, continuou a assinar “Proudhomme” aos inflamados artigos de fundo da folha. Explico: subtende-se o tempo todo que “defender e propagandear a causa da abolição — sem indenização, total e imediata” fosse um programa pré-estabelecido de Patrocínio quando iniciou sua série.

Tal entendimento não é casual. Decorre não só da correspondência direta que se faz entre “Proudhomme” e Pierre-Joseph-Proudhon (1809-1865), mas especificamente por causa do seu famoso ensaio publicado em 1840, *Qu'est-ce que la propriété?* — indagação cuja resposta imediata era *La propriété c'est le vol*²⁴. Alguns entenderam ter nascido justamente daí a célebre paráfrase “— A escravidão é um roubo!”, popularizada por Patrocínio.

Conforme anotou Evaristo de Moraes, por exemplo, sobre a participação de Patrocínio nas primeiras conferências abolicionistas em 1880: “Imitando Proudhon, proclamava: ‘A Escravidão é um roubo!’” Já Raimundo Magalhães Jr. afirma que a paródia era a seguinte “A Escravidão é

²⁴ O teórico político francês Pierre Joseph Proudhon é reconhecido por ter lançado as bases do sistema mutualista como resposta ao problema da miséria social. Em linhas gerais, as idéias de Proudhon são uma vertente das teorias socialistas as quais se denuncia a organização econômica, governamental e educacional, e prevê a construção de sociedades cooperativas de produção. Defendia assim que uma nova sociedade devia surgir apoiada no mutualismo, pois seria um sistema de cooperação entre os indivíduos onde se eliminava o poder coercitivo do Estado. A obra *Qu'est-ce que la propriété?* é uma crítica a propriedade privada e a exploração da força de trabalho de um homem por outro homem definia como roubo. Cf. *Larousse Cultural*, São Paulo, Nova Cultural Ltda, 1998. p.4811.

um roubo. Todo dono de escravo é ladrão.”²⁵ Contudo, um dos artigos de Patrocínio onde localizei a tão referida frase é datado de 1885:

“(…) Não temos receio de ser vencidos. Nenhuma lei pode ser invocada para sustentar a escravidão. Basta o confronto da importação de africanos com a emancipação destes, para demonstrar que a escravidão no Brasil é um roubo.

Indenizar o que, com que e para que? Só se indeniza o que é propriedade legal e o escravo é uma espoliação praticada por algumas castas contra o estado”.²⁶

O contexto, portanto, no qual Patrocínio dizia que a “escravidão era um roubo” parecia pouco ter a ver com o sentido próprio das teorias de Proudhon. Patrocínio tomava como base de seus argumentos um largo estudo e exposição das chamadas leis emancipacionistas. O roubo da força de trabalho se dava porque na interpretação de Patrocínio, a maioria dos escravos existentes na década de 1880 era de natureza ilegal – frutos do tráfico interno.²⁷ Já o teórico francês Proudhon trata do roubo da força de trabalho de uma forma geral, tendo em suas propostas utópicas a forma de organização de uma nova sociedade.

Em sua biografia sobre José do Patrocínio Magalhães Jr. argumenta que “Proudhomme” poderia suger ainda um outro nome: M. Joseph Prudhomme, personagem de escritor francês Henry Monnier. Neste caso, tratava-se da figura caricata do pequeno-burguês ensimesmado, glosador de

²⁵ Cf. respectivamente Moraes, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Op. cit. p.290, e Magalhães Jr. Op. cit. p.42.

²⁶ José do Patrocínio. *Gazeta da Tarde*, 21 de março de 1885.

²⁷ Idem

tolices e frases estúpidas — alvo comum entre os literatos franceses do final do século XIX. De fato, a grafia “Proudhomme” aproxima-se mais desta última referência ficcional do que da outra, personagem real. Mas, não fazia o menor sentido com o perfil da série a escolha de Patrocínio ser inspirada num personagem cuja principal característica era ser o “rei do lugar comum e do disparate”.²⁸

Tudo isso para poder afirmar com alguma base de certeza que o sentido da escolha de “Proudhomme” devia certamente se remeter ao teórico político francês, mas não pelos motivos apresentados por alguns autores — isto é, o de que as idéias sugeridas por “A escravidão é um roubo” constituíssem uma bandeira de luta levantada por Patrocínio desde o primeiro artigo publicado. E, sim, porque se tratava de uma série de folhetins políticos, na qual seu narrador comentaria semanalmente sobre os principais temas discutidos no parlamento e os seus possíveis impactos e repercussões na sociedade. De fato, Proudhomme se apresentou na primeira crônica da série como alguém sensato e racional, que faria ali um trabalho analítico:

“Por maior que sejam os preconceitos em contrário, está no critério dos homens sensatos que é direito a interpretação da imprensa na política, seja apenas para exercer a crítica.

E baseado nesta convicção que vamos estudar a marcha da nossa vida parlamentar, nos estreitos limites da imparcialidade e da justiça. Não fazemos exposição prévia de um método porque melhor é aplicá-lo

²⁸ Magalhães Jr., Raimundo. Op. cit. p.41. Ver também, Cf. *Larousse Cultural*, São Paulo, Nova Cultural Ltda, 1998. p.4816.

oportunamente aos fatos heteromônicos e certos, do que espendê-lo abstratamente aventurando-se ao perigo de manifestações individuais”.²⁹

Nos últimos anos vários autores têm anotado a importância de um olhar cuidadoso para os textos que eram publicados de forma periódica nos jornais do século XIX.³⁰ A série cronística, tal qual exercitada pelos autores brasileiros naquele contexto, traziam em comum a “cuidadosa escolha de pseudônimos” como forma de estabelecer um ponto de vista narrativo específico para seus escritos. Tal artifício, na verdade, era parte de uma operação mais complexa que visava definir um perfil próprio para a série que abarcaria seus textos. Neste sentido, tentar delimitar a distância entre as idéias do autor e do seu personagem-narrador, é um dos primeiros enfrentamentos ao se lidar com uma documentação dessa natureza.³¹

No caso de José do Patrocínio e do pseudônimo utilizado por ele para assinar a série “Semana Política”, esse distanciamento não é um

²⁹ [José do Patrocínio] Proudhomme. “Semana Política”. *Gazeta de Notícias*, 26 de fevereiro de 1877

³⁰ Na verdade, no cerne desse debate está uma concepção que entende a produção letrada (romance, conto, poema e/ou crônica) indissociavelmente ligada a seus suportes sociais. Trata-se assim de uma abordagem específica das relações entre literatura e história que nega qualquer separação entre texto e contexto. O primeiro esforço neste sentido pode ser verificado na coletânea organizada por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira. *A História Contada, capítulos de história social da literatura*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. Posteriormente, os autores deslocaram o foco de análise especificamente para as produções cronísticas do final do século XIX e início do XX em Sidney Chalhoub, Leonardo Pereira e Margarida de Souza Neves. *História em Cousas Miúdas – capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005; Neste sentido vale a pena conferir, entre outras, as edições críticas de algumas séries cronísticas, como Coelho Netto. *Bilhetes Postais*. Org. Ana Carolina Feracin da Silva. Campinas, Mercado de Letras, 2002; Machado de Assis. *Bons Dias!* Org. John Gledson. São Paulo, Hucitec/Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

³¹ Baseio-me aqui na idéias e concepções expostas na “Apresentação” à *História em Cousas Miúdas – capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005. pp.9-20.

aspecto que se perpetua ao longo da série. Pelo menos durante o ano de 1880 houve ocasiões que Patrocínio se colocou de forma totalmente clara no texto, deixando evidente sua identidade na autoria da série. É o caso da crônica de 19 de julho de 1880:

“Diante deste tribunal, cuja imparcialidade é sempre maior que a de qualquer outro; diante da consciência pública comparece hoje também a humilde individualidade do folhetinista.

Foi impellido para diante dela pela tentativa de insulto de um indivíduo, que ninguém conhece senão pelo servilismo.

(...) Em um dos dias da semana passada, a pulga parlamentar atirou-se, com a clandestinidade que lhe é própria, ao folhetinista.

(...) A resposta é fácil de ser dada.

O folhetinista não tem vexame da consangüinidade com os escravos; pelo contrário, faz desse fato a inspiração santa do seu ardor pela causa da abolição. Apela desassombadamente para as suas faces, onde mais do que a cor da sua raça, vê-se a escuridão do destino dela.

Tem mesmo orgulho quando pode encarar de frente um senhor de escravos. É o orgulho do descendente do roubado diante do ladrão: é o orgulho do homem do trabalho diante do que vive a chupar o sangue dos seus irmãos”.³²

Neste trecho o cronista anuncia sua intenção em usar o espaço ocupado pela série no rodapé do jornal, aparentemente de conteúdo imparcial, para responder a uma agressão pessoal. O insulto, lançado provavelmente por algum deputado (a “pulga parlamentar” referenciada por ele), era certamente racista, tendo em vista a forma como o cronista elaborou sua resposta.

³² [José do Patrocínio] Proudhomme. “Semana Política”. *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1880.

Não é possível saber mais detalhes sobre a injúria que teria provocado tal intervenção de Patrocínio em sua coluna semanal. Pode ter sido lançada pessoalmente, ou ter “mandando dizer”, ou ainda ter sido anotada em algum bilhete entregue a ele. Seja como for, o fato é que ele tornava a agressão pública ao usar as páginas da *Gazeta de Notícias* para se defender. Ao fazer isso, aproveitou oportunamente o momento para projetar uma imagem de si que trazia na cor da pele a sua motivação pessoal de luta naquele momento. A sua “negritude” era “fonte de inspiração” para engajar-se numa causa gloriosa e não motivo de “vexame”. Um dos sentidos assim que se pode atribuir a militância abolicionista de Patrocínio é justamente o uso que ele faz da própria cor para legitimar a sua ação política naquele momento. O fato é que “ser negro” e/ou descendente de negro num contexto como aquele parecia só ganhar um significado “positivo” se estivesse atrelado à causa da emancipação — a grande questão política do momento.

Como folhetinista³³ cada vez mais atuante da *Gazeta de Notícias* responsável pela crônica política semanal desde 1877, José do Patrocínio se via cada vez mais próximo das questões relativas à emancipação. Sobretudo, porque se ocupava do tema a partir dos debates que ocorriam no parlamento.

³³ Vale explicar que “folhetinista” era o termo usado pelo próprio José do Patrocínio para identificar-se em seus textos naquele momento. Na verdade, a palavra *folhetim* designava um lugar específico do jornal: o rodapé, geralmente, da primeira página. Tal espaço poderia ser ocupado de diversas formas e servir a estilos variados, de narrativas ficcionais até crônicas de variedades — lembrando aqui, que foi exatamente naquele espaço da *Gazeta* que Patrocínio já havia publicado em 1877 o seu romance *Mota Coqueiro ou a pena de morte*, e no ano seguinte *Os Retirantes*. Cf. Marlyse Meyer. “Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica”, in: *A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992. pp. 94-99.

Na crônica do dia 6 de setembro de 1880, por exemplo, o assunto justamente foi o projeto de emancipação do deputado por Pernambuco Joaquim Nabuco:

“O ministério fez questão de confiança da simples apresentação de um projeto de emancipação da escravatura. A augusta câmara das bofetadas bateu, como sempre, as palmas e, comovida pela eloquência de Cebolas e Chique-Chique, passou a ordem do dia.

Dias depois o Ministério vestiu-se de casca, franziu o sobrolho e veio fazer frente à interpelação do sr. Joaquim Nabuco para que o Governo lhe explicasse em que lei se baseava para intervir numa questão de ordem.

Apesar da proibição expressa do Regimento, o governo declarou que interveio na questão de ordem, que interviria tantas vezes quantas S. Exa. pedisse urgência, e a Câmara achou que é assim que o Governo deve proceder regularmente.

Chegados a esta conclusão, Ministério e Câmara deram a questão por encerrada”.³⁴

O projeto — o qual previa a extinção gradual da escravidão ao longo dos próximos dez anos — sequer chegou a ser apresentado na Câmara dos Deputados. O pedido foi negado por duas vezes. Na primeira, em 26 de agosto, o chefe do gabinete liberal, senador José Antônio Saraiva, alegou falta de número e fechou a sessão. Depois, em 30 de agosto, indo à votação o pedido de urgência para o projeto, esse acabou sendo vetado por 77 votos.³⁵

Patrocínio atribuía o fracasso da apresentação do projeto de Nabuco a uma manobra política do Governo e da Câmara dos Deputados — através do seu líder Martinho Campos (proprietário de uma fazenda no

³⁴ [José do Patrocínio] Proudhomme. “Semana Política”, 6 de setembro de 1880.

³⁵ Evaristo de Moraes. Op. cit. pp. 33-34.

município de Cebolas), e de Aristides Zama (apelido Chique-Chique).³⁶ Ironizando o comportamento das casas, cuja ação julgava arbitrária, Patrocínio direciona o artigo para a discussão da lei de 1831, a qual ele condenava como sendo um antro de irregularidades que só perpetuava a situação de escravidão:

“O problema da escravidão está neste pé. A lei de 1831 suprimiu o tráfico e não só declarou criminosos os introdutores, como obrigados à restituição do africano os compradores. Há quarenta e nove anos e dois dias, pois, nenhum africano podia ser mais escravizado no Brasil.

A especulação da carne humana, porém, havia entrado nos hábitos nacionais e durante vinte e três anos continuou o crime de tráfico.

(...) É, pois, quase matematicamente certo que há reduzido a escravidão um número de 700.000 homens, metade portanto da escravatura atual.

(...) Tirada essa conclusão, que sai inteira e irrefutável da lei de 1831, que se impõe à acepção geral; ninguém pode de boa fé reprovar a atitude da imprensa em relação ao pensamento abolicionista, que há mais de quarenta anos atravessa todas as camadas do país, e que presentemente agita o espírito público sensato. Diante do direito positivo, que é a única base da escravidão, a escravatura está extinta *de jure* entre nós.

O interesse dos senhores fazendeiros pode entender que há um perigo em discutir esta matéria, mas a sociedade deve responder-lhe que a sua missão principal é ser órgão da Justiça e do aperfeiçoamento dos associados. O interesse é, pois, forçado a calar-se diante do Direito”.³⁷

³⁶ Tais referências estão citadas nas notas explicativas a esta crônica no volume José do Patrocínio. *Campanha Abolicionista – coletânea de artigos* (introdução de José Murilo de Carvalho; notas de Marcus Venício T. Ribeiro). Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1996. p.23.

³⁷ [José do Patrocínio] Proudhomme. “Semana Política”, 6 de setembro de 1880.

Para o articulista, portanto, no país existiam poucos escravos mas muitos escravizados. A ilegalidade da escravidão era uma máxima freqüentemente acionada entre aqueles que, de uma forma ou de outra, defendiam a causa emancipacionista. O argumento baseava-se no reconhecimento de que a lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico negreiro, não era cumprida nos dispositivos relativos “à liberdade dos africanos introduzidos no país” a partir de então.³⁸ Para “inglês ver”, a lei não impediu que pessoas tornadas livres fossem re-escravizadas, perdurando o contrabando apesar da lei subsequente de 4 de setembro de 1850 a qual determinava a extinção definitiva do tráfico para o Brasil.³⁹ Desta maneira, segundo continua o autor, o direito de propriedade — principal arma política dos escravocratas — já não tinha força em vista do estado ilegal da escravidão.

Depois de situar a questão nesses termos, ele deixaria mais clara sua opinião diante do “problema”:

“Entretanto, tirando a moderação da própria gravidade do problema, o folhetinista não levanta um grito de revolta, mas unicamente um alarma a favor dos próprios possuidores do solo.

(...) Hoje ninguém mais pode impedir que haja entre o senhor e o escravo uma suspeição, que se há de aumentar dia a dia. O senhor pelo temor da abolição, o escravo pela convicção de que sua posição não tem

³⁸ Sidney Chalhoub. *Machado de Assis Historiador*. Op. cit. p. 206.

³⁹ Conhecida como lei “Euzébio de Queiroz”, a lei de 1850 estabelecia ainda medidas de repressão aos infratores. A competência para o processo, julgamento e punição dos “introdutores” ficou a cargo de auditores da Marinha. Já os fazendeiros envolvidos no tráfico seriam julgados por instâncias locais. Cf. “Leis e Convenções mais importantes sobre a Escravidão e o Abolicionismo no Brasil, no século XIX”, in: José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista – coletânea de artigos*. Op. cit. p.281-282.

base nem na lei, nem na natureza; tratarão ambos de se prejudicar o mais possível. O senhor buscará extrair da mina negra todo o ouro possível, sem pensar no prejuízo, que resultará de exauri-la. O escravo buscará de todos os meios produzir o menos que lhe for possível.

O prejuízo de tal luta não será, porém, sofrido unicamente pelos dois lutadores, mas pela sociedade inteira. O resultado será em definitivo o fenômeno que querem conjurar pela inércia — a diminuição da produção.

(...) É, pois, um direito social inconcusso agitar e insistir na questão”.⁴⁰

Neste fragmento é possível perceber a cautela com a qual Patrocínio se posiciona perante a questão. Embora exponha todas as irregularidades que a instituição da escravidão carregava, demonstrando seu caráter ilegal, ele é prudente quando afirma não ser sua intenção levantar um “grito de revolta”. Sobretudo porque percebia muito bem que as tensões entre os senhores e seus escravos equilibravam-se por um fio: quanto mais os primeiros temiam a abolição, mais os outros viam suas expectativas de liberdade crescerem. Marcada pela “moderação”, a postura de Patrocínio no artigo difere muito daquela descrita sobre sua participação nas Conferências Emancipadoras. Embora tratasse de questões da mesma natureza, como o descumprimento da lei de 1831, ao calor da oratória, sua militância era colocada de forma muito mais direta e agressiva do que aquela que exercitava como folhetinista da *Gazeta de Notícias*.

⁴⁰ [José do Patrocínio] Proudhomme. “Semana Política”, 6 de setembro de 1880.

Numa das transcrições das Conferências publicadas na *Gazeta da Tarde*, por exemplo, Patrocínio aparece como o mais devoto apóstolo da “Santa Causa da Liberdade dos Escravos e da Democracia Nacional”. Ao se referir “às instantes exigências dos escravocratas Cotegepe no Senado e Martinho Campos na Câmara dos Deputados para que o governo mande encerrar as Conferências Emancipadoras”, Patrocínio teria se expressado da seguinte forma na “tribuna popular”:

“Os escravagistas não estão mais satisfeitos de terem sobre seu azorrague 1.500.000 homens; querem ainda confiscar a Liberdade do Brasil inteiro (*Sensação*)

Nesta semana o Sr. Martinho Campos, o pontífice da religião negra; o sumo sacerdote do culto *bacalhau*, ousou pedir no parlamento a supressão da liberdade da tribuna, da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião.

Para justificar tão hediondos atentados trouxe a história de um fazendeiro homiziado em Juiz de Fora.

Quer atentar contra todas as leis, contra a própria Constituição do Império, para libertar um só homem, e ousa injuriar-nos a nós que queremos libertar um milhão e quinhentos mil irmãos (*Aclamações gerais*)

Transformou-se em espião da polícia, e veio apalpar-nos as algibeiras; foi depois vociferar pelos veículos e prometer-nos a morte para hoje.

Eis-me aqui! Eis-me aqui nesta tribuna que jamais abandonarei! Venham! Podem atravessar esse corpo... Não podem porém eliminar as idéias de um século inteiro. (*Aplausos, aclamações gerais – gritos – Infames! Cobardes!*)”.⁴¹

⁴¹ “Emancipação – conferência nº 17”. *Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1880.

Apesar dos filtros que devemos impor a uma narrativa dessa natureza, cujo propósito era declaradamente fazer propaganda contra a escravidão, atacando seus defensores e propondo soluções emancipacionistas, destaca-se no fragmento um José do Patrocínio inflamado, raivoso e disposto a tudo para defender a bandeira da liberdade. Era o militante incansável que não poupava improperios contra os “escravagistas” e nem temia as ameaças de morte que dizia receber por conta dessa atuação pública.

De acordo com o noticiário da *Gazeta da Tarde*, aumentavam cada vez mais os boatos de “um ataque a mão armada no Teatro São Luiz”, sendo que o próprio deputado Martinho Campos teria dito aos berros num bonde “para ser ouvido por todos: — *Hei de acabar com os beócios das Conferências*”⁴². Além disso, em conluio com fazendeiros ele tratara também de contratar capoeiras para que fossem “*navalhar* a Conferência do próximo domingo”⁴³ — exatamente a qual inscrevemos, logo acima, o discurso de Patrocínio na ocasião.

Mas não cessava em Martinho Campos o ataque de Patrocínio naquele dia. Ao fazer um histórico da lei de 7 de novembro de 1831, o orador afirmava que os senhores de escravos não poderiam falar “nem em Lei, nem em propriedade” posto que eram “piores do que compradores de furtos; do que os portadores de moeda falsa, por que eles têm em seu poder homens

⁴² *Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1880.

⁴³ *Idem*.

escravizados contra Leis expressas, em contravenção a Tratados solenes feitos com a Inglaterra”. Segundo continua Patrocínio, “todos eles violaram a lei de 1831, e [estavam] incursos no Artigo 179 do Código Criminal.”⁴⁴

A repercussão dessa Conferência e do discurso eloqüente de Patrocínio ultrapassou os limites da Corte e chegou na imperial cidade de São Paulo provocando a ira de um fazendeiro do interior. Através das páginas de *A Província de São Paulo* ele defendeu o “direito sagrado” de propriedade descarregando sobre Patrocínio toda sua raiva e acusando o jornalista de “pregar a insurreição” através de “seus sediciosos discursos”.⁴⁵ Aumentando a represália o senhor ofendido instigava ainda os de sua classe a cancelarem as assinaturas da *Gazeta da Tarde* — jornal que, embora não empregasse Patrocínio na sua redação, era o principal órgão da propaganda abolicionista na Corte naquele momento. Tendo à frente Ferreira de Menezes, secundado por André Rebouças e Vincente de Souza, a folha era o meio impresso que dava publicidade às Conferências que tanto irritaram o fazendeiro da província vizinha.⁴⁶

O ataque contra José do Patrocínio e seus parceiros não ficou porém sem resposta imediata. Um outro personagem já amplamente citado aqui assumiu, de certa forma, a contenda com o fazendeiro paulista: Luiz Gama. Na ocasião, o abolicionista e republicano negro, já com bastante

⁴⁴ “Emancipação – conferência nº 17”. *Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1880.

⁴⁵ “Emancipação”, *A Província de São Paulo*, 1º de dezembro de 1880. *Apud* Elciene Azevedo. *Op. cit.* p.180.

⁴⁶ André Rebouças. *Op. cit.* p.290-291

prestígio, articulou a defesa de Patrocínio estabelecendo com ele uma identidade de cor e de militância política. Afirmou na ocasião que “em nós até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime”, Gama tomava para si as agressões sofridas pelo colega e inseria-se em mais uma polêmica em prol da liberdade dos escravos.⁴⁷

Nos anos iniciais de 1880, a militância política de Patrocínio encaminhava-se, portanto de forma mais contundente através da tribuna popular, sendo imprescindível ter isso em vista para se entender o sentido da crítica de Apulco de Castro nos triolés que abriram esse capítulo. E se não respondeu às injúrias de *Corsário* através da pena, certamente o fez pela palavra, já que tornava-se cada vez mais uma figura popular. Para além de detrá-lo, o que não era pouca coisa, os epítetos que o identificam deixam entrever o quanto ele poderia ser reconhecido pelos leitores através das injúrias lançadas.

O dono da notícia

“(Em 1881) eu já era casado e meu sogro, o capitão. Emiliano Rosa de Senna, proprietário da face edificada da rua Imperial Quinta em S. Christovão, proprietário de prédios e terrenos na praia Formosa, pôs à minha disposição a quantia de 15:000\$ para comprar a *Gazeta da Tarde*, que acabava de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes.

Devo confessar que encontrei a empresa no maior grau de depressão financeira. A tiragem real era de 1.900 exemplares.

⁴⁷ Luiz Gama, “Emancipação”, *Gazeta do Povo*, 1º. de dezembro de 1880. *Apud* Elciene Azevedo. Op. cit. p. 180.

Começou, pois, no dia 15 de agosto de 1881 a terceira fase da minha vida.

O meu desastre parecia infalível e sê-lo-ia, se meu sogro não viesse em auxílio da minha coragem.

Pedi logo no segundo dia da minha entrada para a *Gazeta da Tarde* três contos de réis emprestados, ao finado sócio comanditário da empresa Augusto Ribeiro, para reformar o material e custear a casa sem dever aos meus empregados.

Com uma tiragem de 1.900 exemplares, como fazer face a despesa?

Em dezembro o meu *déficit* era de 10 contos de réis e para maior desgraça o meu sócio comanditário, que possuía um quinhão de cinco contos, acabava de morrer.

Meu sogro deu-me o necessário para pagar as minhas dívidas, fazendo transações com nosso amigo Galdino José de Bessa. Providencialmente a tiragem da *Gazeta* começava a subir.

Fiado nesta ascensão gradual que em janeiro dava já o algarismo de 4.000 exemplares, eu comecei a querer dar maior desenvolvimento à folha”.⁴⁸

Ao marcar a compra da *Gazeta da Tarde* em 1881 como a “terceira fase” de sua vida, Patrocínio desejava ressaltar o quanto ela havia mudado desde a saída de Campos dos Goitacases em 1868. Afinal, depois de passar por simples aprendiz de Farmácia, morar e estudar de favor, iniciar-se nos jornais com poemas na última página, alçar o posto de folhetinista da *Gazeta de Notícias*, ele agora era proprietário de uma empresa jornalística. Sua narrativa progredia exatamente para culminar naquele momento e nas circunstâncias subseqüentes à aquisição da folha. Era sua maior e mais significativa conquista até então.

⁴⁸ José do Patrocínio. “Uma explicação”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

Apesar disso, se adquirir a empresa não foi um caminho fácil para o jornalista negro — como nada tinha sido até então —, mantê-la em funcionamento e vendendo jornal não poderia ser diferente. Contando novamente com a ajuda e a influência do sogro, o Capitão Emiliano de Rosa e Senna, Patrocínio envolveu-se em diversas transações financeiras, conseguindo cartas de crédito no comércio e recorrendo a outros sujeitos que também o socorreram durante os momentos críticos.⁴⁹

As dificuldades porém foram muito mais complexas do que as citadas por Patrocínio em seu texto. Ao longo do ano de 1882, logo depois de comprar a *Gazeta da Tarde*, ele respondeu a um processo judicial de liquidação da empresa movido por D. Maria Isabel Gonçalves Ribeiro — a viúva de Augusto José Ribeiro, o sócio comanditário no jornal que falecera em dezembro de 1881. Como a morte de um dos sócios era um dos dispositivos que dissolvia automaticamente a sociedade, D. Isabel exigia a liquidação da firma de forma a proceder a partilha da herança entre si e os filhos. De acordo ainda com o parágrafo 9º do contrato social assinado entre Patrocínio e Ribeiro em novembro de 1881,

“(...) Na hipótese de morte de um dos sócios o sobrevivente teria o direito de guardar o estabelecimento só para si pagando aos herdeiros ou

⁴⁹ Segundo cita Patrocínio em seu relato: “Não é possível dar minuciosamente todas as informações uma a uma. Devo, porém, ao público, o nome das pessoas com que tive relações: são estes cavaleiros, os meus amigos Dr. José Américo dos Santos, Manoel Ribeiro, Antônio Justiniano Esteves Jr. Dr. André Rebouças, Dr. Ubaldino do Amaral, comendadores Moreira Filho, Martins Pinho, João José dos Reis & Comp., Luís Ribeiro Gomes, visconde de Figueiredo, Luiz A. F. de Almeida e a diretoria do Banco do Comércio.” Idem.

representantes do finado a parte que lhes pertence, conforme o último balanço em prestações iguais, a prazo determinado e garantias aceitas.”⁵⁰

O caso era que desde a morte de Ribeiro, em dezembro de 1881, Patrocínio não havia “honrado” o compromisso com os herdeiros do finado sócio, isto é, ainda não havia pago pela segunda parte da sociedade — apesar de ter demonstrado interesse em continuar com o empreendimento. Por esse motivo, ele foi intimado a apresentar-se em juízo em fevereiro de 1882 para assinar o termo de liquidação judicial da empresa “sob pena da suplicante [D. Isabel] nomear como liquidante uma pessoa estranha à sociedade” — conforme permitia o Código Comercial, sob o qual as empresas tipográficas estavam subordinadas”.⁵¹

José do Patrocínio compareceu à Vara Comercial na qual corria a ação conforme ordenava a intimação, mas não apresentou o último balanço social da empresa que deveria servir para calcular o capital e os lucros que eram de direito aos herdeiros de Ribeiro. Protelando o quanto foi possível seu acerto de contas com D. Isabel, Patrocínio esquivou-se da justiça por alguns meses. Finalmente, em maio de 1882, sob pena de destituição total do jornal, ele apresentou em juízo o “inventário do estabelecimento tipográfico denominado *Gazeta da Tarde*”.

⁵⁰ Processo de Liquidação: Maria Isabel Gonçalves Ribeiro x José Carlos do Patrocínio, 1882. 2ª vara do Juízo Especial do Comércio. Arquivo Nacional, Coleção de Varas Cíveis - processo nº 2609, maço 344.

⁵¹ Idem.

É bastante provável que nesse intervalo de tempo, entre dezembro de 1881 e maio de 1882, o jornalista estivesse correndo atrás de capitais que pudessem saldar para si a parte do finado sócio na empresa. Contudo, em documento dirigido ao juiz, anexo ao inventário, o jornalista explicava que o atraso em apresentar o balanço financeiro justificava-se pela necessidade de “proceder a avaliação das máquinas existentes na casa pertencente à firma social.”⁵² De fato, os itens inventariados abrangiam desde o “tanque de ferro para água” que movido por “motor a gás” fazia a impressão do jornal até o material necessário para composição (tipos, papel importado da França, barris de tinta), os móveis de escritório e redação, e as contas a receber. No “passivo” da empresa, além de ordenados devidos aos empregados, havia também despesas a quitar com várias casas comerciais. No fim das contas, o balanço entre bens e serviços da empresa apresentava um *déficit* de 11 contos 517 mil e 538 réis.

Apesar das dívidas e para evitar a total “falência da empresa”, Patrocínio encaminhou uma petição propondo pagar “três contos de réis” pela parte de seu finado sócio, além de arcar com todas as dívidas que assolavam a *Gazeta da Tarde*. Com o acordo dos advogados de D. Isabel e do curador legal de seus filhos, a liquidação da firma “José do Patrocínio & Companhia”, da qual fora sócio Augusto José Ribeiro, efetuou-se em 30 de junho de 1882, com sentença favorável do juiz em 30 de agosto do mesmo ano.

⁵² Idem.

Não encontrei dados que informassem sobre o novo registro comercial da *Gazeta da Tarde* depois desse processo sofrido por José do Patrocínio. Talvez porque não emprestasse mais o seu nome no primeiro lugar do registro da empresa, dado que nortearia a pesquisa nos livros da Junta Comercial do Rio de Janeiro — nos quais está reunida a documentação não processual dos seus Tribunais e Juízos do Comércio. Os estabelecimentos tipográficos destinados à publicação de jornais só eram legalizados se os contratos sociais firmados estivessem registrados nos tribunais e juízos dos distritos onde se estabeleciam.⁵³ aprovado em 1850 as escrituras públicas ou particulares de empresas e companhias comerciais firmadas em contrato social só seriam validadas se estivessem registradas. No caso do contrato estabelecido entre Patrocínio e Ribeiro, registrado sob a firma “José do Patrocínio&Companhia” em novembro de 1881, o objetivo da sociedade era bem claro:

“(...) a publicação de um jornal sob a denominação de – ‘*Gazeta da Tarde*’ – e trabalhos tipográficos como impressão e outros trabalhos convenientes a este ramo do comércio”.⁵⁴

⁵³ Segundo os artigos 300 e 301 do *Código Comercial Brasileiro*. Seguido em sua essência até os dias atuais, utilizei aqui uma edição de 1985 que mantém o seu texto original de 1850 e traz em separata a legislação complementar. As informações sobre os artigos que tratam dos registros comerciais estão no capítulo III do título XV “Das Companhias e Sociedades Comerciais”. O texto original do código foi aprovado na forma da “Lei nº556 de 25 de junho de 1850” e seu código processual através do “Decreto nº 737 de 25 de novembro de 1859”. Cf. *Colleção das Leis do Império do Brasil*.

⁵⁴ Cf. “José do Patrocínio&Companhia” *Apud* Ação de Liquidação: Maria Isabel Gonçalves Ribeiro x José Carlos do Patrocínio, 1882. 2ª vara do Juízo Especial do Comércio, Arquivo Nacional, Coleção de Varas Cíveis - processo nº 2609, maço 344.

Neste sentido, para além de jornalista engajado na causa abolicionista, José do Patrocínio forjava também sua atuação profissional no ramo dos negócios e do comércio. Atuando no ramo tipográfico para a comercialização de jornais, ele arcou com os diversos ônus que essa atividade envolvia. O relato sobre a aquisição da *Gazeta da Tarde* é parte do artigo publicado por ele em 1884, quando se defendia da acusação de ser um “papa-pecúlios”, e de viajar a Europa por vias escusas. Não foi casual, portanto, o enfoque dado por ele aos bastidores da compra da folha. Os motivos, portanto, que o fizeram vir a público “explicar-se” em 1884 associavam-se também a essa nova diretriz profissional que ele moldava para si no mundo da imprensa.

A “papança de pecúlios”

Em 1884, a *Gazeta da Tarde* já era uma das folhas mais lidas da Corte. Com uma tiragem de 12.000 exemplares⁵⁵, fazia concorrência com outros periódicos grandes da época como o *Jornal do Comércio* e a própria *Gazeta de Notícias*. Patrocínio era um homem de negócios que militava na causa abolicionista e fazia de seu jornal uma trincheira de luta pela causa. Não por acaso a Confederação Abolicionista foi fundada exatamente no escritório do seu jornal ainda no ano anterior, em 1883.⁵⁶

⁵⁵José do Patrocínio. “Uma Explicação”.Op.cit.

⁵⁶ Cf. “Confederação Abolicionista”, *Gazeta da Tarde*, 14 de maio de 1883.

Idealizada primeiramente por José do Patrocínio, João Clapp e Tenente Manoel Joaquim Pereira, a Confederação Abolicionista reuniu a princípio quinze sociedades libertadoras num plano de “propagar a idéia de abolir a escravidão no Brasil” através de um “centro forte e disciplinado”.⁵⁷ Servindo-se dos donativos particulares ou arrecadados em festivais e *meetings* a Confederação agia diretamente na aquisição de cartas de liberdade através de uma operação que permitia aos escravos, graças à lei de 1871, “a formação de pecúlio e utilizá-lo na forma de indenização ao senhor”.⁵⁸

Ainda que fosse um dos membros da comissão executiva da Confederação, José do Patrocínio deixou o Rio de Janeiro algum tempo depois do início das atividades do centro. Quanto à direção da *Gazeta da Tarde*, passou a função para as mãos de João Ferreira Serpa Jr., que já era o gerente da folha desde o ano anterior. Para justificar sua ausência das atividades profissionais e dos compromissos políticos, Patrocínio publicou o seguinte comunicado na *Gazeta*:

“A necessidade de ver Lisboa e consultar alguns documentos, cujo conhecimento me é indispensável para o romance *Pedro Espanhol*, romance que tenho entre mãos e deve ser publicado nas colunas desta folha no próximo ano, o estado precário de minha saúde e a urgência de

⁵⁷ João Clapp, “Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista...”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

⁵⁸ Cf. Sidney Chalhoub. “Escravidão e cidadania: a experiência história de 1871”, in: *Machado de Assis Historiador*. Op. cit. p. 182. Para uma análise da lei de 1871 enquanto uma conquista dos próprios escravos, ver do mesmo autor *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

algumas reformas, que pretendo realizar na *Gazeta da Tarde*, resolveram-me a partir para a Europa.”⁵⁹

De fato, entre novembro de 1883, data do embarque, e o mês de maio do ano seguinte, a folha prestava contas cotidianamente dos movimentos de seu chefe no estrangeiro: reproduzia telegramas, e transcrevia as cartas e os artigos que Patrocínio enviava à redação do jornal. Tratava-se sem dúvida de uma estratégia que fazia dele e de suas ações o principal assuntos e notícia do próprio jornal. Ao mesmo tempo, esta espécie de propaganda de si o mantinha bastante próximo dos leitores e dos correligionários de forma a destacar continuamente sua posição sempre combativa nas trincheiras abolicionistas.⁶⁰

Contudo, em 25 de março de 1884, quando a abolição da escravatura do Ceará foi oficializada ele estava fora do país — justamente um dos principais chefes da propaganda. Na Corte Imperial a Confederação Abolicionista agendou para o mesmo dia a realização de uma série se festejos — chamada de *Kermesse* — para comemorar a “libertação da província”.⁶¹ Em Paris, “para consolar [-se] da ausência da pátria” num momento tão importante à causa, José do Patrocínio organizou um banquete para cerca de

⁵⁹ José do Patrocínio, “Expediente”, *Gazeta da Tarde*, 13 de novembro de 1883. Acompanham Patrocínio na viagem a sua esposa, D. Maria Henriqueta, e seu cunhado, Gustavo Villanova. Cf. *Gazeta da Tarde*, 13 e 15 de novembro de 1883. Vale notar que Patrocínio já havia publicado dois outros romances em folhetim: *Mota Coqueiro e a pena de morte* e *Os retirantes* — ambos no rodapé da *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1877-1879.

⁶⁰ Ver, por exemplo, as notas intituladas “José do Patrocínio” na *Gazeta da Tarde* dos dias 9 de janeiro, 8 de fevereiro e 13 de março de 1884.

⁶¹ Entre os festejos destacavam-se leilões de prendas, concertos musicais, desfiles de sociedades carnavalescas, bazares, etc. Cf. “A festa nacional de 25 de março”, *Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1884 e “Tenentes do Diabo”, *Gazeta da Tarde*, 20 de março de 1884.

trinta figuras do mundo político e jornalístico francês as quais, segundo ele “trabalhavam pela extinção do cativo em todo mundo”.⁶²

Permanecendo ainda alguns meses na capital francesa, Patrocínio só retorna ao Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 1884, sendo recebido festivamente por vários amigos e colaboradores.⁶³ Segundo as notícias que circularam naqueles dias, Patrocínio não só encontrou “o movimento abolicionista muito animado”, como a “temível conspiração que contra ele se urdia” fora completamente abandonada.

Acredito que tal afirmativa aludisse a uma série de ataques estampados nas páginas do *Anglo Brazilian Times* no mês anterior. Um destes, por exemplo, informava que Patrocínio recebia “um conto de réis por mês da Confederação Abolicionista para sustentar-se na Europa”.⁶⁴ Publicada em abril de 1884, exatamente um mês antes do seu retorno ao Brasil, tal acusação foi reproduzida pela *Gazeta da Tarde* no entrelinhado de uma das seções da folha. Ainda que os “autores” respondessem furiosamente que levariam o responsável pela “insinuação” aos tribunais, a polêmica não se destacava entre os outros assuntos do jornal — talvez para não atrair atenção negativa sobre as ações de seu chefe.

⁶² José do Patrocínio. “Banquete comemorativo da libertação do Ceará”, *Gazeta da Tarde*, 19 de abril de 1884.

⁶³ “José do Patrocínio”, *Gazeta da Tarde*, 24 de maio de 1884.

⁶⁴ *Gazeta da Tarde*, 25 de abril de 1884.

Pouco tempo depois uma outra nota da *Gazeta* acusaria a redação do *Anglo Brazilian Times* de usar de todos os meios para “angariar leitores”, à exceção dos “lícitos e honestos”:

“Não é deturpando intenções e sentimentos alheios, procurando móveis abjetos, que dão triste idéia do escrúpulo e da moralidade de quem os apresenta, que se conseguem tais resultados.”⁶⁵

Sem explicitar a polêmica, a *Gazeta* procura meios de contra-atacar subliminarmente as ofensas que seu chefe e a Confederação Abolicionista recebiam do jornal adversário — mas é difícil acreditar que tal assunto não ecoasse pelos quatro cantos da Corte naquele momento.

Foi exatamente nesse contexto que Patrocínio respondeu a acusação de ser um “papa-pecúlios” e de ter sido sustentado na Europa pela *Kermesse*. No artigo de fundo que faz publicar no dia 29 de maio de 1884 justifica sua viagem ao estrangeiro para tratar de um grave problema de saúde. Explicação um pouco diferente daquela outra estampada nas notícias publicadas em novembro de 1883. Como foi citado anteriormente, os motivos colocados pelo jornalista não se restringiram a um péssimo estado de saúde —, como faz supor no ano seguinte. As notícias de sua partida divulgadas pela *Gazeta* tinham mais um tom festivo do que propriamente preocupado com a vida de seu chefe.

⁶⁵*Gazeta da Tarde*, 29 de abril de 1884. Infelizmente não foi possível localizar edições do *Anglo Brazilian Times* citadas pela *Gazeta da Tarde*, restando apenas o recurso indireto de citar o primeiro periódico a partir do que foi reproduzido pelo segundo.

O momento era extremamente comprometedor para o movimento abolicionista. Um de seus principais líderes era suspeito de usar o dinheiro recebido em campanhas e arrecadações em causa própria. Reagindo às acusações a Confederação publicou no mesmo 29 de maio de 1884 o relatório de contas do seu primeiro ano de atividades públicas. Referindo-se a Patrocínio como delegado da Confederação na Europa, o presidente João Clapp frisava que “os recursos pecuniários” para propaganda eram despendidos com “a máxima economia”.⁶⁶ Tratava-se obviamente dar um caráter legal à viagem de Patrocínio, enquanto etapa necessária para o acirramento e sucesso da campanha.

No calor das lutas políticas protagonizadas entre abolicionistas e escravocratas aquelas acusações corroíam as próprias bases que sustentavam uma campanha que defendia a “causa da liberdade”. Afinal, colocava em xeque uma proposta que, confiada numa idéia “humanitária”, servia no fim das contas para enriquecer ilicitamente seus principais líderes. Para José do Patrocínio especificamente, o alvo dos ataques, o sentido da polêmica ia além daquela circunstância específica de luta e colava-se na sua própria experiência de vida — e, por que não, na cor da sua pele. Para explicar como o filho de uma “pobre preta quitandeira de Campos” tornou-se um empresário de jornais e pôde, por causa disso, ter recursos e prestígio suficientes para financiar uma viagem ao exterior, Patrocínio precisou

⁶⁶ João Clapp. , “Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista”. *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

organizar momentos de sua vida de uma forma linear e coerente, de forma a construir uma narrativa biográfica que convencesse sobre a idoneidade de suas conquistas de até então. Conseqüência do peso negativo que a cor da sua pele representava naquele momento, seu esforço narrativo concentrou-se sobretudo em demonstrar as reais possibilidades de se “superar” um destino que parecia já pré-estabelecido.⁶⁷

Ao mesmo tempo, ao narrar as próprias origens (negra e bastarda), o início de sua vida na Corte, as dificuldades enfrentadas para se estabelecer, estudar e se formar, e a ajuda que recebeu em vários momentos, Patrocínio dá um caráter probatório a todas as “fases” de sua vida. Assim, cada ação e cada conquista ganha na narrativa ares heróicos que acabam, em conjunto, idealizando toda a sua trajetória até aquele momento. Nesse processo, ele alimenta uma memória em torno de si e de suas ações que serve muito bem como arma política no confronto com os adversários.

Não por acaso, Patrocínio usa de tal estratégia em várias outras polêmicas, tornando esse exercício de “fazer memória” uma ação diferenciadora de sua experiência pessoal. Nesse sentido, os jornais foram o veículo fundamental na divulgação dessa legenda que ele se esforçava em marcar o tempo todo — sobretudo nos momentos em que os adversários quebravam o silêncio em torno de sua cor.

O texto “Uma explicação” não foi o único no qual Patrocínio lançou mão da própria “história de vida” no confronto com seus adversários. Em

⁶⁷ A transcrição integral do texto “Uma Explicação” está no anexo 1 da tese.

1889, ele retomaria justamente o período de atuação da Confederação Abolicionista numa polêmica com alguns propagandistas republicanos.⁶⁸

⁶⁸ Cf. José do Patrocínio. “A ponta de pena”, *Cidade do Rio*, 3 e 4 de janeiro de 1889.



José do Patrocínio, diretor-proprietário da *Gazeta da Tarde*, posando ao lado do amigo Serpa Jr, gerente da folha. Retrato de 1882. Apud Raimundo Magalhães Jr. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit.

O romance "A vida" apareceu na forma de folhetim, em 1897, nos páginas do jornal "A República". Cf. Paulo Cunha Netto, *Coselho Neto, R. de Jandira, Valverde Livros Editor, 1942, p.176*.

Barricadas na imprensa

“Entrando na *Cidade do Rio* Anselmo perguntou por Patrocínio. ‘Já ali estivera, muito cedo, com um corretor’, disse o gerente. Subiu.

(...) Embaixo, na oficina, os compositores chalravam. Justamente terminava a crônica e começava a rubricar o noticiário quando Patrocínio apareceu esbaforido com o chapéu derreado à nuca. Atirou-lhe uma palmada ao ombro e sentou-se à secretária procurando alguma coisa nas gavetas.

—Então, José... Que vamos fazer agora?

— Hein? Escrevia, muito inclinado, de costas para o secretário.

— Qual é o teu programa?

— Que programa? Ergueu-se e, sorrindo, estendeu a mão: dá cá um cigarro. Perguntas qual é o meu programa?

— Sim. Conquistaste o teu ideal e agora...?

— Agora?... E, rindo, inclinou-se ao ombro do companheiro dizendo-lhe ao ouvido: agora vou ali ao banco com esta letra arranjar dinheiro. Os rapazes estão lá embaixo trabalhando.. e Já almoçaste?

— Ainda não.

— Então espera-me no Globo, ao meio dia. Ia saindo, mas voltou-se: Olha, manda limpar a redação que está imunda, ouviste?

E desceu as escadas precipitadamente”.¹

O diálogo reproduzido acima é o trecho final de *A Conquista*, obra memorialística de Coelho Netto publicada em 1899. Trata-se de uma conversa protagonizada nas dependências da *Cidade do Rio* entre o jovem

¹ Coelho Netto. *A Conquista*; Rio Janeiro, Civilização Brasileira, 1985 (1899). p.281-282. O romance já havia aparecido na forma de folhetim, em 1897, nas páginas do jornal *A República*. Cf. Paulo Coelho Netto. *Coelho Neto*; Rio de Janeiro, Valverde Livreiro Editor, 1942. p.176.

literato Anselmo Ribas, pseudônimo pelo qual Netto identifica a si mesmo no romance, e José do Patrocínio, proprietário e chefe da redação do periódico. O fragmento referencia uma circunstância bastante especial na vida daqueles literatos: a abolição da escravidão e, seqüencialmente, os “oito longos e agitados dias” de comemorações que marcaram a capital do império.²

Uma interpretação inicial desse último episódio do romance pode ser a de que passados os atropelos e os festejos da campanha “vencida”, não havia uma visão muito animadora para o futuro. Enquanto Coelho Netto, sob o personagem Anselmo, parece manter uma postura de militância, o “Zé do Pato” parece alheio a novos projetos políticos.

Tal projeção pode estar estreitamente ligada ao caráter idealista e cenacular imposto por Netto a sua narrativa. Considerada uma obra autobiográfica, *A Conquista* retoma episódios das vidas de Olavo Bilac, Guimarães Passos, Arthur e Aluísio Azevedo, Pardal Mallet, Luís Murat, e José do Patrocínio — abrindo uma janela significativa para a compreensão da forma pela qual Coelho Netto e seus pares vivenciaram o início de uma carreira literária ainda incerta e o sentido que atribuíram a suas trajetórias. O romance pode ser tomado, assim, como um testemunho dos impasses e dos conflitos experimentados por aquele grupo de literatos. Reunidos em torno de Patrocínio em seu novo jornal, *Cidade do Rio*, eles tentavam alcançar o prestígio que lhes permitisse viver do próprio talento: a pena.

² Coelho Netto. Op. cit. p. 280

O romance culmina exatamente em 1888 com a abolição da escravatura entendida (como indica o próprio título da obra) como uma conquista política daqueles homens. Essa percepção é evidenciada através da “fala” do poeta Luís Murat na redação da *Cidade do Rio*:

“(…) — Mas que belo, hein?, exclamou o poeta com entono. Que vitória... ! A conquista do talento, hein? Decididamente, não há arma como esta! — e empunhou uma caneta com orgulho. Sim, senhor! Arrastou uma cadeira, sentou-se e, diante das tiras, exclamou de novo: Bela coisa!”³

A crença no poder transformador da literatura e a possibilidade de intervenção social que lhe era atribuída foram, portanto, um forte elemento de identificação entre esses escritores ao redor de José do Patrocínio. Sob a bandeira da Abolição, a trincheira de luta cotidiana do grupo foi construída em torno da “conquista” de um lugar reconhecido no mundo literário.

Neste sentido, o tom aparentemente frustrado com o qual Coelho Neto encerra sua narrativa talvez possa ser explicado pela dupla historicidade da obra. *A Conquista* foi escrita quase quinze anos depois dos episódios narrados quando experiências posteriores, certamente, impuseram sua sombra à narrativa construindo uma certa memória daquele contexto. Na projeção do autor o tom triunfalista do título parece sugerir que, em 1899, ele olhava de forma saudosista para aquele tempo em que ele e seus pares, na luta cotidiana da reafirmação de seu trabalho, teriam realizado efetivamente grandes feitos.

³ Coelho Netto. Op. cit. pp. 259-260

Prevalece assim a memória de que “feita a Abolição” a *Cidade do Rio* personificada em seu chefe José do Patrocínio ficou destituída de ideais, “sem bandeira” e nenhuma causa “nobre” pela qual valesse lutar. Nas narrativas biográficas tal assertiva aparece associada de forma negativa à franca aliança estabelecida entre o jornalista e a então regente do império, Princesa Isabel, e o Gabinete João Alfredo logo após o 13 de maio.⁴

O caso foi que a postura política assumida por José do Patrocínio logo após o 13 de maio motivou graves polêmicas com membros do partido republicano, transformando-o num dos principais alvos de crítica dos propagandistas do novo regime. Sua desavença concentrou-se a princípio no debate que ficou conhecido sob o lema de “indenização ou república.”

Através da *Cidade do Rio*, ele atacava os interesses dos antigos proprietários de escravos que exigiam da coroa uma compensação financeira pelos prejuízos sofridos com a Abolição sob a ameaça de perfilarem-se nas hostes republicanas.⁵ Como o partido aceitava cada vez

⁴ Evaristo de Moraes, por exemplo, explicou essa postura de Patrocínio como “sobressalente a sua alma de um fanático”: associando o trono à obra da libertação dos escravos, tomou para si a obrigação de “garantir a Princesa o trono dos Braganças; fez-se por amor dos escravos, cativo de sua exagerada gratidão”. Cf. Evaristo de Moraes. “José do Patrocínio”, in: *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986 (1924). pp.296-298. Por outro lado, a “predestinação de Patrocínio” ainda é o grande paradigma explicativo acionado por Osvaldo Orico para justificar toda e qualquer forma de sua atuação. Segundo ele, como o jornalista já tivesse atingido o “grande objetivo de sua existência” o caminho natural seguido foi o de entregar-se “por gratidão à guarda e grandeza do império”. Cf. Osvaldo Orico. *O Tigre da Abolição* (edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931). p. 196.

⁵ Tal postura ficou manifesta num encontro de fazendeiros em São Paulo realizado em 24 de maio de 1888, no qual os ex-proprietários de escravos além de aderirem a causa republicana, formaram ainda uma caixa destinada a financiar um futuro golpe contra a

mais essas novas adesões, Patrocínio divergiria sistematicamente da maneira como a campanha pelo novo regime passou a ser direcionada. E numa atitude diversa a de seus correligionários, concentrou seus esforços na defesa pública da Princesa Isabel e do gabinete João Alfredo, os patrocinadores da abolição, segundo seu entendimento.⁶

Os argumentos justificando esta posição do periódico ficariam bem mais claros num texto de 1889 quando um articulista retomou o debate da origem dos conflitos entre a *Cidade do Rio* e os chefes republicanos:

“Isto não era possível, não poderíamos militar no mesmo partido, era necessário discriminar os campos, não queríamos continuar cobertos e confundidos, sob o estandarte republicano, com os fazendeiros que pediam a indenização.

(...) Não! Continuar assim, além de monstruoso era impossível, devíamos tomar uma resolução enérgica, e a tomamos. Dois caminhos se nos apresentavam: os republicanos-abolicionistas aderindo ao manifesto de S. Paulo se haviam unido aos algozes; nós outros os abolicionistas-republicanos, tomamos o caminho oposto: decidimos seguir a sorte das vítimas.

Os libertos (...) em vez de pensar nas represálias, em vez de vingar três séculos de cruento martírio, dedicaram-se a defender a sua Excelsa Redentora dos ataques dos neo-republicanos, seus antigos senhores, lhes dirigiam; enfim, em vez de odiar, amaram! Nós o imitamos!”⁷

monarquia. No Senado, o Barão de Cotegipe apressa-se em apresentar, em junho, um projeto de indenização, logo repellido. Na Câmara dos Deputados, um outro é apresentado estabelecendo auxílios à lavoura sob a forma de empréstimos sem juros. Joaquim Nabuco, então deputado, foi um dos críticos destacado desta iniciativa, pois a entendia como uma manobra por trás da qual escondia-se justamente a indenização pleiteada pelos ex-proprietários de escravos. Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969. pp.246-247.

⁶ Cf. “A Indenização”. *Cidade do Rio*, 18 de julho de 1888

⁷ Emílio Rouêde. “Os Libertos”. *Cidade do Rio*, 26 de abril de 1889.

Marcando bem a diferenciação entre o grupo da *Cidade do Rio* e os outros membros do partido, o articulista buscava legitimar as críticas encaminhadas pela folha à propaganda republicana. Defende ainda que desde a sua fundação, em setembro de 1887, o jornal sempre fora partidário da abolição imediata e incondicional da escravatura, tendo a sua frente o chefe José do Patrocínio e uma tropa de jovens talentos⁸ — exatamente os literatos cuja trajetória foi lembrada por Coelho Netto em *A Conquista*. De fato, em 10 de agosto de 1888, estreava no Teatro Variedades *Indenização ou República*, peça de Netto e Emilio Rouéde.

Para além das análises estéticas elaboradas por Arthur Azevedo, por exemplo⁹, o espetáculo marcava a identidade daqueles escritores com postura de Patrocínio na polêmica que vinha travando através das páginas do seu jornal. Pardal Mallet, por exemplo, mais preocupado com o conteúdo do que com a forma, festejou a iniciativa dos colegas em sua coluna diária, expressando de forma mais evidente a união do grupo.¹⁰ Esclarecendo que a obra não era destinada a fazer propaganda monárquica e que muito menos era essa a postura da folha — “republicana como sempre” — Mallet defende que o sentido geral da peça era justamente o de alertar que a causa da República não precisava da

⁸ Idem.

⁹ Leonardo Pereira anotou bem a reação do dramaturgo: “Arthur Azevedo é um dos primeiros a apontar, de sua seção teatral, as deficiências do texto. Mesmo dizendo-se amigo dos dois escritores, e vendo em Coelho Netto ‘um escritor muito lido, bem preparado, original e espontâneo’, afirmava que a peça estaria ‘longe de ser uma produção digna de qualquer dos dois escritores’. Sem graça e sem força, ela estaria fadada ao fracasso – e não por acaso o crítico já falava de sua previsível saída de cena.” Para uma análise cuidadosa da recepção crítica de *Indenização ou República*, conferir Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador. Uma biografia de Coelho Netto*. Campinas, 2000. (mimeo).

¹⁰ Pardal Mallet. “Semanais – Indenização ou República”. *Cidade do Rio*, 11 de agosto de 1888

onda de adesões que vinha ganhando para triunfar, podendo diferenciar-se da “chantagem dos indenistas” para seguir rumo próprio.¹¹

Em 1888 o jornal de José do Patrocínio ganhava forma diariamente graças às colaborações regulares dos literatos que formavam a sua redação, dividindo as seções, o noticiário, os folhetins e as séries cronísticas que ilustravam a folha. Pardal Mallet assinava as colunas “Um Diário” e “Correio do Rio”, sob o pseudônimo de “Fulano de Tal”; aos sábados, saía de sua pena os “Semanais” e, em setembro daquele ano publicou o folhetim *Através*.¹²

Olavo Bilac marcava seu nome através das poesias,¹³ embora já pudesse dividir com Mallet o pseudônimo de Victor Leal, assinando juntos ou alternadamente a coluna “Através da Semana”, que passou a ser publicada no início de 1889.¹⁴ Já Coelho Netto assinava Caliban a sua série “Da Sombra”, utilizando-se ainda de vários outros pseudônimos nas diversas crônicas e contos que publicava quase que diariamente no jornal, como Chispa, Puck, Ariel e Tartarin.¹⁵ Depois, havia ainda Luís Murat, autor de longos poemas seriados, e Paula Ney — freqüentemente

¹¹ Idem

¹² Cf. respectivamente [Pardal Mallet] Fulano de Tal. “Correio do Rio”. *Cidade do Rio*, 30 de julho de 1888, e [Pardal Mallet] Fulano de Tal. “Um diário”. *Cidade do Rio*, 01 de março de 1888. O folhetim *Através* seguiu, na verdade, o romance *Lar*, publicado ainda no início de 1888 no jornal. Cf. os anúncios de “Lar”. *Cidade do Rio*, 8 de março de 1888 e “Através”, *Cidade do Rio*, 17 de setembro de 1888.

¹³ Ver, por exemplos, os poemas *Dentro da Noite* e *Numa Concha*, publicados respectivamente nos dias 3 e 13 de setembro de 1888.

¹⁴ Essa hipótese deve-se em grande parte porque o pseudônimo “Victor Leal” ficou afamado posteriormente por assinar, em 1890, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, os capítulos de *O Esqueleto – mistérios da Casa de Bragança*. A autoria de Bilac e Mallet no romance seria revelada ainda naquele ano por Arthur Azevedo na sua coluna “Flocos”, do *Correio do Povo*. Cf. Victor Leal. “Através da Semana”. *Cidade do Rio*, 12 de janeiro de 1889 e Raimundo Magalhães Jr. *Olavo Bilac e sua época*; Rio de Janeiro, CEA, 1974. p.127.

¹⁵ Cf. Leonardo Pereira. Op. cit. p.126; 133.

referenciado pelos colegas, ainda que não assinasse nenhuma coluna específica.¹⁶

O esforço em mapear as colaborações desses escritores na *Cidade do Rio* é importante para entender como a identidade que os unia ao redor de Patrocínio foi abalada frente ao acirramento do conflito entre o diretor do jornal e o partido republicano. Conseqüência disso foi a saída dos escritores da folha e o rompimento momentâneo com seu antigo líder tão logo a atuação da Guarda-Negra passou a ser motivo de preocupação.

A Guarda-Negra e o proclamador civil da república.

Uma das circunstâncias que marcadamente se destaca nos relatos sobre a trajetória de José do Patrocínio foi a criação de uma associação de libertos comprometidos com a defesa do trono e da Princesa Isabel — a chamada “Guarda-Negra Redentora”.¹⁷

Como era tido e havido pelos seus adversários como um dos inspiradores e chefe natural da “Guarda”, Patrocínio envolveu-se numa grave polêmica no início de 1889 com Quintino Bocaiúva, então diretor do jornal *O Paiz* e um dos mais destacados propagandistas republicanos da Corte.

¹⁶ Cf. neste sentido, “Paula Nei”. *Cidade do Rio*, 2 de fevereiro de 1888 e 2 de fevereiro de 1889.

¹⁷ Trata-se, sem dúvida, de uma circunstância importante para a consolidação da memória de Isabel como “mãe dos pretos”. Cf. Comemorações da abolição: a ‘Redentora’ em seu reinado de glória”, in: Robert Daibert Júnior. *Isabel, a “Redentora” dos escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*; Bauru, São Paulo, EDUSC, 2004. pp.135-161.

Na verdade, o estopim entre os dois foi aceso por um artigo de Rangel Pestana, de *A Província de São Paulo*, reproduzido justamente no jornal dirigido por Quintino.¹⁸ O texto era uma crítica mordaz ao confronto que ocorrera no dia 30 de dezembro de 1888 entre indivíduos da Guarda-Negra e republicanos fluminenses. Segundo as notícias, um grupo calculado em cerca de trezentas a quatrocentas pessoas invadiu a pedradas e navalhadas o prédio da Sociedade Francesa de Ginástica, localizado no largo do Rocio, onde se realizava uma conferência republicana presidida por Silva Jardim. Mesmo após a chegada da polícia, que dispersou com dificuldades a confusão, outros pequenos distúrbios seguiram-se durante o resto do dia nos arredores centrais da cidade. Um deles deu-se justamente defronte ao prédio de *O Paiz*, cuja redação foi atacada a pedradas sob os gritos de “morra Quintino!”¹⁹ Já o noticiário da *Cidade do Rio* informava que os feridos do conflito eram mais de trinta, “quase todos homens de cor” atingidos por arma de fogo.²⁰ É preciso questionar, portanto, o teor dos discursos divulgados em cada uma das folhas, pois se os libertos invadiram a conferência a “navalhadas”, certamente foram recebidos à bala, indicando que os republicanos estavam preparados para um possível embate.

¹⁸ Rangel Pestana. (D’ A Província de São Paulo), “A Ingratidão de Judas”. *O Paiz*, 4 de janeiro de 1889. *A Província de São Paulo*, fundada em 1875, era um dos mais representativos jornais republicanos naquele momento. Além disso, era o órgão de propaganda oficial do Partido Republicano Paulista, o PRP. Desde a época de sua fundação, Rangel Pestana era um dos principais redatores da folha. Cf. Elciene Azevedo. *Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*; Campinas, Editora da Unicamp, 1999. p.161.

¹⁹ Cf. “Graves Conflitos”. *O Paiz*, 31 de dezembro de 1888.

²⁰ *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

De fato, segundo informa Emílio Rouède, um dos escritores que se manteve com Patrocínio, a criação de uma associação com o título de Guarda-Negra Redentora tinha como premissa a dedicação exclusiva à defesa da Princesa Izabel. Tal formação foi motivada pelo manifesto assinado em São Paulo pelos “fazendeiros neo-republicanos” em prol da “indenização” e cuja palavra de ordem era: “às armas! Guerra em todos os sentidos ao terceiro reinado”:

“Ninguém ignora que a conseqüência deste grito foi a reunião em minha casa, onde vários libertos juraram defender *materialmente* a santa mulher que lhes havia dado os direitos de cidadania.

Tenho a satisfação de haver sido um dos primeiros, senão o primeiro que (...) se separou do programa de S. Paulo”.²¹

Quando divulgou esse evento, a *Cidade do Rio* publicou o estatuto votado na tal reunião, procurando legitimar assim a Guarda-Negra como uma agremiação política que continha um programa de ação organizado, eleições internas de sua diretoria, e uma rede de alianças que previa incorporação da Confederação Abolicionista e da imprensa em geral para a sua divulgação em outras províncias.²²

Se voltarmos ao artigo de Rangel Pestana, portanto, é possível verificar com mais clareza os motivos pelos quais ele acusava o governo imperial de estar por trás dos ataques aos republicanos e de ser ainda complacente com todas as demais atividades da tal Guarda:

“Um fato que deve ter envergonhado o ministério 10 de março, e em que outro país o comprometeria seriamente no conceito público, é

²¹ Emílio Rouède. “Os Libertos”. *Cidade do Rio*, 26 de abril de 1889.

²² Cf. *Cidade do Rio*, 10 de julho de 1888.

o ataque brutal ao *Paiz* e especialmente ao ilustre jornalista Quintino Bocaiúva, a quem ameaçaram de morte em honra da Monarquia e com o benévolo apoio do governo à bela instituição da *Guarda-Negra*, aquela mesma *Flor da Gente* que tem sido o traço característico da depravação e decadência moral do governo do Brasil (...) *O Paiz* foi a vítima dos masorqueiros fluminenses, dos defensores do trono de D. Izabel.”²³

A associação feita pelo autor entre a “Guarda-Negra” e a “Flor da Gente” não é casual. Ele se referia a uma antiga malta de capoeiras que fez fama no cenário político imperial no início da década de 1870 aliada, principalmente, aos interesses do partido conservador.²⁴ A intenção de Pestana, portanto, era caracterizar a milícia de ex-escravos, formada logo após o 13 de maio, em capangagem política a serviço do trono e do gabinete chefiado pelo ministro João Alfredo.

Segundo Carlos Eugênio Soares, havia na verdade dois projetos de Guarda-Negra sendo gerenciados na segunda metade de 1888. O primeiro, o dos abolicionistas representados por Emílio Rouéde e Patrocínio, buscava a incorporação dos libertos na sociedade, numa tentativa de resguardar e lutar pelos interesses dos “novos cidadãos”. E um segundo, ligado ao gabinete João Alfredo, que procuraria repetir a fórmula empregada pelos conservadores no início de 1870 e formar uma milícia de rua clandestina, que, aos moldes da Flor da Gente, pudesse espalhar terror entre os republicanos, seus atuais adversários políticos.

²³ Rangel Pestana. Op.cit.

²⁴ Cf. Carlos Eugênio Libano Soares. “*Negregada Instituição*”. *Os Capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*; Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993. Ver sobretudo o capítulo V: “Da Flor da Gente a Guarda-negra: os capoeiras na política imperial.” pp.260-340.

Além disso, podia incorporar parte representativa das camadas populares ao seu círculo de influências.²⁵

Contudo, num artigo sobre o mesmo tema, Flávio dos Santos Gomes inverte a perspectiva de análise sobre a atuação da Guarda-Negra na Corte.²⁶ Para além das duas versões construídas na época o autor busca na lógica dos próprios libertos os elementos que poderiam explicar o confronto de 30 de dezembro de 1888. Segundo ele, entre o uso político por republicanos e monarquistas nas demonstrações de hostilidades dos libertos à propaganda pelo novo regime, poderia haver uso político também “por parte dos ex-escravos, que podiam ver naqueles ataques ao Império possíveis reversões, pelo menos do ponto de vista jurídico, de sua situação social, conquistada com o 13 de maio.” — cujo cerne estaria na questão da indenização, a qual pode ter cheirado muitas vezes também “à reescravização”.²⁷

Desponta, neste sentido, uma Guarda-Negra bastante diferenciada dos “masorqueiros fluminenses” identificados por Pestana em seu texto. Ao flagrar um contexto de conflito em que o “não quero dos libertos” foi gritado mais alto Flávio Gomes aponta que enquanto Patrocínio e os propagandistas do novo regime polemizavam na imprensa, nas ruas do Rio de Janeiro a defesa de posições políticas diferenciadas se dava “no braço” entre libertos e militantes republicanos. Pestana

²⁵ Carlos Eugênio L. Soares. Op. cit. pp. 330-331.

²⁶ Flávio dos Santos Gomes. “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte. 1888-1889)”; *Estudos Afro-Asiáticos*; RJ (21): 75-96, dezembro de 1991.

²⁷ Idem. p.78.

certamente percebia essa guerra das ruas e não por acaso teme por si e seus pares, não poupando por isso munição contra José do Patrocínio:

“Pois bem, é esse o brasileiro a quem a *Guarda-Negra*, a bela criação de José do Patrocínio e gloriosa instituição acariciada pelo primeiro ministro da Regente, ameaçou aos gritos: — *Morra Quintino!*

(...) Vamos, senhores, mais uma esmola ao Judas! A condescendência dos contribuintes a permite.

O vendilhão que marcou a única qualidade aproveitável que apresentava para distinguir entre os seus contemporâneos — a de ser um negro de talento, compreende bem que a autoridade de Quintino Bocaiúva é imensa nesse país, e que o povo (...) ouve com muita atenção sua palavra.

E aquele tipo que devia dirigir os homens de sua raça, dando-lhes elevação moral, ensina-lhes que a ingratidão é a melhor recompensa da raça infeliz para com aqueles que cometeram atos de heroísmo e de verdadeira abnegação com o fim de libertá-la”.²⁸

Acusando Patrocínio de estar à frente da *Guarda-Negra*, Pestana cobrava dele a responsabilidade pela “afronta” a Quintino Bocaiúva. A referência ao personagem bíblico, afamado pela traição por “trinta dinheiros” evidencia a gravidade de seu ataque: Patrocínio era um traidor; vendera seus ideais políticos aos interesses do trono imperial, aliando-se a ele no embate com os propagandistas republicanos enquanto devia estar “orientando” os da sua raça. Entre seus argumentos, Pestana ressalta a atuação do diretor de *O Paiz* durante a campanha abolicionista, afirmando ter a Confederação recorrido diversas vezes a Quintino “quando precisaram de um brasileiro com autoridade e querido pelo povo” para discursar nos *meetings*.

²⁸ Rangel Pestana. Op.cit.

Colocando em pauta a questão da cor, Pestana desloca para o âmbito do conflito racial as motivações que ocasionaram o confronto do dia 30 de dezembro. Incapaz de perceber qualquer teor político nas ações recentes dos libertos, o propagandista confere a essas um caráter de irracionalidade, pois se resumia a um sentimento de vingança de negros contra brancos. Nesta avaliação, os primeiros estariam ainda sob a manipulação de Patrocínio — este sim com interesses políticos perniciosos — cujo único elemento diferenciador entre os seus, era o de ser “um negro de talento”.

Se a princípio o olhar de Patrocínio sobre ex-escravos parece não diferir muito daquele dos propagandistas republicanos em relação aos temores e às medidas de controle, essa aparente semelhança se dissolve quando, em momentos de conflito como aquele, a questão da cor é acionada contra ele como um elemento de diferenciação. Apesar de ser um homem de imprensa e já contar com certo prestígio naquele ambiente, Patrocínio via escancarar contra si códigos de desigualdade que tinha no discurso racial seu principal mecanismo de ação.

A réplica do jornalista foi imediata. No mesmo dia 4 de janeiro, aproveitando-se que sua folha era vespertina, publicaria a primeira parte de sua resposta:

“O Sr. Quintino Bocaiúva, certo de que pela sua decadência intelectual e pelas falhas de sua vida, não pode travar luta jornalística comigo, escondeu-se por detrás de — *A Província de S. Paulo*, velha cadela, que viveu sempre das sobras do rancho dos piratas de barrete frígio.

Editando os insultos que me foram atirados por essa mediocridade empapelada que se chama Rangel Pestana, magro bode branco, gasto ao cio dos pastos de fazenda, o Sr. Quintino Bocaiúva assumiu a responsabilidade do artigo que pretende infamar-me.”²⁹

A isenção de Quintino Bocaiúva na autoria do artigo não o eximiria de estar no centro do contra-ataque elaborado por Patrocínio. Ao chamá-lo de “bode branco”, invertia contra ele uma insígnia carregada de significados sociais negativos — já que o termo “bode” funcionava como uma categoria de cor, “indicando pejorativamente escravos de ascendência negra e mulata”³⁰. Buscava assim nos próprios códigos de discriminação racial os elementos para responder e se defender dos recentes ataques. Concentrando-se também em refutar as acusações de “vendilhão” e “useiro” lançadas por Pestana é impelido, mais uma vez, a justificar a sua posição social dizendo-se “paupérrimo” e tendo vivido unicamente da “exploração dolorosa e árdua da [sua] inteligência”:

“Eu saquei sobre meu crédito e contraí dívidas extraordinárias para poder sustentar a campanha da imprensa, que se estendeu desde 1881 a 1888, por minha conta nos jornais que dirigi.

(...) *A Cidade do Rio* tem vivido da magnimidade de grande parte de seus empregados, e do heroísmo e desinteresse de um grupo de homens de bem que aumentam sua dedicação à medida dos meus sofrimentos.

(...) Os Rangeis e Quintinos, porém, propalam que eu recebo mundos e fundos e mandam espalhar por toda a parte que se prepara emprego de grande renda para mim”.³¹

²⁹ José do Patrocínio. “À ponta de pena”. *Cidade do Rio*, 4 de janeiro de 1889.

³⁰ Cf. Elciene Azevedo. Op. cit. p. 48.

³¹ José do Patrocínio. “À ponta de pena”. Op. cit.

Retomando a seguir o debate em torno da indenização, Patrocínio argumenta que essa questão sempre foi um divisor de águas no interior do partido republicano, tendo se posicionado sempre de forma contrária aos proprietários. Seria exatamente por essa postura que alguns chefes do partido como Pestana e Quintino, “recorreram à difamação”:

“Fui, porém, surpreendido pela grita de uma propaganda que ameaçava destruir pela indenização, a obra imortal do 13 de Maio.

O meu lema desde o primeiro dia em que me apresentei ao público, foi sempre — abolição imediata e sem indenização. Os escravistas reclamavam esta; eu conservei-me na imprensa para resistir-lhes.

(...) Do mesmo modo que antes havia flagiciado os republicanos, que não queriam medir sua bandeira pela abolição, fiz da pena um látigo para castigar os mercadores da democracia que inscreviam em sua bandeira a indenização, a pirataria. (...) Que os meus golpes iam-lhes ao coração prova o ódio que me votam”.³²

No centro de sua argumentação Patrocínio agarrava-se ao que identificava como um traço irrefutável de sua trajetória política: a coerência com a qual pautara sua ação pública até aquele momento. Contudo, essa bandeira levantada por Patrocínio em 1889 é na verdade a memória construída por ele de sua própria atuação no início da década de 1880. De fato, quando iniciou sua coluna na *Gazeta de Notícias* mostrou-se partidário da causa emancipacionista, mas não nos termos que coloca no trecho acima: o de ter sido desde sempre um defensor da “abolição imediata e sem indenização”.

³² Idem, idem.

O caso é que da emancipação sempre foi um divisor de águas entre os republicanos. E quando tratavam da questão, a indenização era uma premissa da qual o Partido não abria mão, colocando-se a favor do “direito da propriedade”. Desde meados da década de 1870, o Partido Republicano Paulista (PRP) — a qual pertencia Rangel Pestana — sempre procurou deixar claro por meio de manifestos que se desvinculava totalmente da campanha em prol a emancipação.³³

Naquele texto, assim, Patrocínio articulava exatamente os elementos que julgava desqualificar a participação de Quintino Bocaiúva durante a campanha abolicionista. Acusava-o de só ter se manifestado publicamente pela causa quando “estava patente o seu próximo triunfo e quando o Sr. Visconde de S. Salvador de Matosinhos assegurou-lhe um salário para defender no *O Paiz* a causa dos escravos”:

“A propaganda abolicionista não precisava do prestígio do Sr. Quintino Bocaiúva: pelo contrário, repartiu com ele o seu, que era enorme.

(...) Não precisava do Sr. Quintino Bocaiúva, para se impor a consideração pública, a tribuna em que já haviam falado Nicolau Moreira, Joaquim Nabuco, José Mariano, Antônio Pinto, Severino Ribeiro, Enes de Souza, Silveira Martins, Rui Barbosa...

O Sr. Quintino Bocaiúva não nos trouxe nenhuma força; foi mais um e nada mais”.³⁴

³³ Vale lembrar aqui do protesto público de Luís Gama em 1873 por ocasião de um encontro do PRP. Causando constrangimento aos seus correligionários, ele faria um caloroso discurso diante de inúmeros fazendeiros defendendo claramente a abolição completa, imediata e incondicional da escravidão. Cf. Elciene Azevedo. *Orfeu da Carapinha*. Op. cit.

³⁴ José do Patrocínio. “A ponta de pena”. *Cidade do Rio*, 5 de janeiro de 1889.

Patrocínio questiona a militância de Bocaiúva pela causa dos escravos, mas é reticente quando trata de se defender das acusações sobre o seu envolvimento com a Guarda Negra:

“Eu sou um ingrato, porque a *Guarda Negra*, que supõem dirigida exclusivamente por mim, é gratuitamente responsabilizada pela agressão ao Sr. Quintino Bocaiúva; eu não seria um ingrato se ensinasse os negros a odiar a Princesa?!”³⁵

Patrocínio reserva poucas linhas sobre o assunto. Embora não negue um contato particular com a organização, deixa entrever que outras lideranças estariam articuladas na atuação da Guarda naquele momento. Do mesmo modo, se ele não se empenhava muito em refutar as responsabilidades atribuídas à milícia de libertos no ataque a Quintino Bocaiúva, também não fazia qualquer referência ao incidente inicial do confronto ocorrido na conferência republicana presidida por Silva Jardim. Em confluência com esses elementos, o jornalista justifica ainda mais uma vez sua defesa da Princesa Izabel.

É bastante provável que Patrocínio soubesse do protesto planejado para dismantelar o encontro republicano em frente ao prédio da Sociedade Francesa de Ginástica, e tentava, por isso mesmo, esboçar uma versão racional das ações recentes dos libertos contra os republicanos: era a reação legítima contra uma propaganda que afrontava a obra da Abolição, legalizada pela Princesa Isabel.

Na verdade, Patrocínio inseria-se num debate que fermentava havia já alguns anos nas preocupações das classes dirigentes e dos

³⁵ Idem, idem.

“intelectuais” que pensavam o país. Defensores e críticos da Guarda-negra nutriam um grande temor pela multidão beneficiada pela lei Áurea e preocupavam-se com a mesma questão: Como conduzir o contingente de ex-escravos? Como controlar aquela massa de libertos e evitar “abusos da liberdade”? Brutalizados pela experiência do cativeiro, seriam incapazes de responder racionalmente pelos seus atos supostamente desgovernados.

No ano de 1889 ainda dois outros fatos marcaram o acirramento das tensões políticas na Corte. O primeiro deles foi um novo e grave confronto entre elementos da Guarda-Negra e republicanos ocorrido por conta das comemorações organizadas para festejar o centenário da Revolução Francesa, no dia 14 de julho. Nesta circunstância, José do Patrocínio adotou uma postura diferenciada quando dos primeiros conflitos ocorridos em 1888:

“(…) a *Guarda-negra* não tinha por missão agredir, mas defender.

(…) Ao signatário destas linhas deram a responsabilidade dos primeiros abusos de liberdade por parte da *Guarda-negra*.

A honra e a dignidade dos seus chefes ficam pela minha palavra: Eu nunca aconselhei a violência, porque sei que esta não salva, perde as instituições.”³⁶

Lamentando o episódio sob o argumento de que a Guarda encontrava-se “desviada do seu nobre e generoso fim” e que a milícia inicialmente formada para defender a integridade física e moral da princesa imperial, o jornalista justifica que sua atuação estaria sob “uma perigosa influência” que desnaturava “criminosamente os fins da

³⁶ José do Patrocínio. “Aos homens de cor”. *Cidade do Rio*, 15 de julho de 1889.

instituição”.³⁷ Enquanto nos textos anteriores ele manteve uma posição ambígua em relação à sua proximidade com a Guarda-Negra, neste artigo ele deixava claro o seu envolvimento direto nas primeiras atividades da associação de libertos.

A confusão durante as comemorações do 14 de julho cederia espaço na imprensa a um outro acontecimento que alvoroçou os ânimos ainda naquele mês: um atentado à vida do imperador. Segundo as notícias, Pedro II deixava o teatro Sant’Ana com alguns membros de sua família quando foi surpreendido por uma multidão aos gritos de “Vivas a República” — o que foi prontamente respondido por “Vivas a Monarquia”. Enquanto a carruagem imperial saía rapidamente, três tiros foram ouvidos sem que se soubesse de onde tinham partido. Logo na manhã seguinte toda a imprensa carioca noticiava o ocorrido que ganhava ares de um atentado regicida. O autor do disparo fora detido ainda naquela madrugada: Adriano Augusto do Vale, português, 24 anos, empregado da casa comercial Alegria & C.³⁸

Neste clima de grande tensão o incidente ganhava um significado político bastante forte. Era prova flagrante da exaltação dos ânimos na espera por uma mudança do regime, mostrando a crescente fragilidade da monarquia. A *Cidade do Rio*, contudo, manteve uma postura moderada. Embora lamentasse o episódio, particularizava-o como sendo conseqüência de um “ato de loucura” desnecessária —, pois a

³⁷ Idem.

³⁸ Cf. “Os acontecimentos de ontem”. *Cidade do Rio*, 16 de julho de 1889.

saúde do imperador não dava mostras de que seu reinado durasse por muito tempo, segundo um dos argumentos.³⁹

De fato, se logo após a abolição a *Cidade do Rio* apoiava o ministério João Alfredo, com a troca pelo gabinete liberal chefiado por Ouro Preto em junho de 1889, o jornal voltava a ser oposição ao governo imperial — sugerindo dessa forma que a sua aliança política se dera mais com um grupo político específico do que com o “trono” propriamente dito.⁴⁰ É certo que este encaminhamento da questão era um tanto quanto moderado se comparado aos ataques desferidos contra o regime imperial por jornais como *O Paiz*, por exemplo, mas sugere que José do Patrocínio se aproximava novamente das fileiras republicanas.⁴¹

Esta postura ficaria mais clara por ocasião do terceiro aniversário da folha em setembro de 1889:

“(…) folha republicana, não obedece, entretanto, passivamente, sem exame, a direção dada à propaganda republicana brasileira. É republicana da República e não dos republicanos; advoga idéias e não personalidades. Não espera nem pede auxílio ao seu partido, que o fulminou com seu interdito, mas está pronta a correr com ele todos os perigos de combate, sem tréguas, por todos os meios e com todas as armas ao adversário comum – o império”.⁴²

³⁹ Cf. “O atentado”. *Cidade do Rio*, 17 de julho de 1889.

⁴⁰ A dissolução do gabinete conservador foi oficializada no dia 1º de junho de 1889. Cf. “Crise”. *Cidade do Rio*, 1º de junho de 1889. Depois de uma semana de articulações e manobras políticas, o gabinete liberal presidido pelo visconde de Ouro Preto finalmente seria apresentado pelo imperador no dia 7 de junho. Dentre o programa de reformas anunciadas pelo novo ministério a proposta de Monarquia Federativa para o Brasil foi a que fez mais barulho. Ela foi entendida por muitos como uma tentativa de desarticular o movimento republicano e atrair adesões daqueles que eram simpáticos à descentralização política do país, vindo ao encontro de algumas aspirações defendidas pelos chamados republicanos-federalistas, como o propagandista rio-grandense Assis Brasil. Cf. “Ministério do Rei”. *Cidade do Rio*, 8 de junho de 1889.

⁴¹ É o caso, por exemplo, das críticas encaminhadas ao conde d’ Eu que, segundo um artigo da *Cidade do Rio*, fazia propaganda monarquista no norte do país, enquanto os *meetings* republicanos estavam proibidos por editais da polícia da corte desde o atentado ao imperador em julho daquele ano. Cf. José do Patrocínio, “O Propagandista do Paço”. *Cidade do Rio*, 21 de agosto de 1889.

⁴² “Cidade do Rio”. *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889.

Ainda que guardando reservas em relação aos principais propagandistas, o texto reafirmava a militância republicana da folha a partir de uma postura de independência.

Contudo, os acontecimentos que se precipitaram durante a madrugada do dia 15 de novembro, acabaram volvendo Patrocínio novamente para cena política central. Em meio às informações desconstruídas das tropas insurgentes no campo de Santana, sob o comando do marechal Deodoro Fonseca acompanhado de Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, circulava o boato de que a República ainda não “estava feita”, havendo muita incerteza e indefinição sobre o que viria a ocorrer. Tomando as rédeas da situação, e usando de sua posição de vereador, Patrocínio organizou um movimento popular para reverberar a iniciativa das tropas militares chefiadas por Deodoro. Conforme relatou em primeira pessoa,

“Acho mais regular, observei eu, convidar o Povo a acompanhar-nos à Câmara Municipal e ali proclamar solenemente, pacificamente, mas decisivamente a República.

A minha opinião vingou.

Os Srs. Drs. Aníbal Falcão e Pardal Mallet foram encarregados de redigir a moção que devia ser levada pelo Povo ao general Deodoro e ao Sr. Dr. Benjamin e chefe da esquadra Wandenkolck.

Precisávamos de um sinal que corporificasse a proclamação da República, e ondas de povo haviam dilacerado a bandeira da nossa redação, em que nunca houve armas imperiais. Um cidadão prontificou-se a oferecer-nos uma bandeira: a do Clube Lopes Trovão.

Dentro em uma hora, às 3 ½ da tarde, partimos da redação da *Cidade do Rio*, e, acompanhados pelo Povo, invadimos a Câmara

Municipal, onde proclamei a República e fiz hastear a bandeira, que simbolizava o fabuloso acontecimento”.⁴³

Neste mesmo artigo, Patrocínio comentaria que vários de seus antigos correligionários estavam reunidos na *Cidade do Rio* comemorando a República, “reatando, assim, as relações interrompidas”.⁴⁴ Embora não neguem a iniciativa do golpe aos setores militares, Patrocínio se coloca num lugar central em todo processo. Ao se projetar como porta-voz da população carioca, em nome da qual julgava falar, inseriu-se desta forma na vanguarda do movimento podendo, assim, receber também os louros da vitória e trouxe para si a insígnia de “proclamador civil da República”.

José do Patrocínio, contudo, não ficaria livre de desconfianças. Devido a grave doença de um de seus filhos seguida pela morte prematura da criança, ele havia se afastado da *Cidade do Rio* por algumas semanas. Tal ausência foi suficiente para que corresse o boato de sua prisão por ordem do Governo Provisório que, supostamente, entendia o antigo apoio à Princesa Isabel e ao Gabinete João Alfredo como um elemento de ameaça ao novo regime.

Foi justamente por causa desses rumores que o jornalista mais uma vez publicaria um artigo falando sobre si e dando conta de todos os seus movimentos durante todo o dia 15 de novembro. A proclamação da República protagonizada por ele e outros sujeitos na Câmara Municipal é um episódio acionado por ele como prova irrefutável de seu

⁴³ José do Patrocínio, “Algumas palavras”. *Cidade do Rio*, 14 de dezembro de 1889.

⁴⁴ Essa versão do episódio também foi citada por Bilac em crônica posterior. Cf. Olavo Bilac. “Crônica”. *Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 1905

republicanismo. Segundo ele, os boatos de sua prisão eram fruto da calúnia mesquinha de alguns propagandistas que “jamais me perdoaram a independência” — numa referência clara aos confrontos deflagrados ainda no início de 1889 entre ele, Rangel Pestana e Quintino Bocaiúva.

Os conflitos, contudo, estavam longe de serem superados com a proclamação da República. Ao contrário, o caráter homogêneo que o episódio sugeria não se sustentou durante muito tempo, pois se em algum momento houve concordância entre os republicanos em relação à iniciativa militar de derrubar a Monarquia, o encaminhamento político do novo regime foi motivo de disputas entre vários grupos.

A presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894) foi o palco no qual deflagrou-se vários conflitos. Neste contexto, José do Patrocínio volta à cena marcando forte oposição ao governo federal.

Nas malhas da justiça

Uma das estratégias pensadas para abordar o tema da imprensa no fim do século XIX foi a de buscar elementos que tornem mais inteligível a experiência de José do Patrocínio enquanto proprietário/editor de jornais, ou seja, como o homem de negócios do setor tipográfico. É claro que enquanto “homem de letras”, sujeito e personagem de seus escritos, e atuante por cerca de 30 anos no mundo dos jornais (da década de 1870 até 1905, quando morre aos 52 anos), Patrocínio esteve envolvido nas mais diversas polêmicas políticas, conquistando inimigos e aliados

cotidianamente, fazendo e rompendo alianças conforme as circunstâncias.⁴⁵ Mas, tão freqüente e diversificado quanto os debates travados em “letra de forma” foram os processos comerciais sofridos por ele enquanto proprietário da folha *Cidade do Rio*.⁴⁶

Um dos momentos “chave” que permite flagrar a dinâmica entre essas duas facetas da atuação de José do Patrocínio na imprensa, isto é, a de jornalista envolvido em causas políticas e sociais e a de editor de jornais, é exatamente o início conturbado da década de 1890 — mais precisamente durante o governo de Floriano Peixoto (1891- 1894). Entendido como um contexto de “consolidação da república”⁴⁷, marcado por conflitos armados graves, como a Revolução Federalista no Rio

⁴⁵ Um panorama do contexto europeu no fim do século XIX sob este aspecto pode ser verificado na parte I do trabalho de Michel Winock. *O século dos intelectuais*; Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. Pode-se dizer assim que a experiência de Patrocínio e outros escritores/ jornalistas na participação da campanha abolicionista, republicana e depois a oposição que estabeleceram ao governo florianista, por exemplo, aproxima-se muito do sentido que o termo “intelectual” adquiriu na França à época do caso Dreyfus. Ainda que o termo operado no contexto do Rio de Janeiro em fins do XIX seja o de “homem de letras”, trata-se também de uma postura militante frente às questões políticas e sociais de seu tempo, nas quais tais sujeitos julgavam ter um papel político de intervenção bastante forte. Se no interior de suas projeções havia a preocupação com o “pensar a nação”, a literatura e o jornalismo eram entendidos, assim, enquanto um campo privilegiado de ação, onde a pena era antes de tudo uma arma dotada de um forte poder transformador. Não por acaso Rui Barbosa reivindicava para si o pioneirismo na defesa do capitão Dreyfus, por exemplo, fazendo deste caso, cuja repercussão foi mundial, o assunto de um artigo seu na série “Cartas da Inglaterra” ainda em 1895. Ver, neste sentido, Raimundo Magalhães Jr. *Rui, o homem e o mito*; RJ: Editora Civilização Brasileira, 1965. pp. 203-215.

⁴⁶ De acordo com os artigos contidos no Título XV, capítulos I-III do *Código Comercial Brasileiro* (1850) os estabelecimentos tipográficos destinados à publicação de jornais, por constituírem atividade comercial, deveriam ser obrigatoriamente registrados nos tribunais e/ou juízos dos distritos onde funcionariam. Na coleção da Junta Comercial do Rio de Janeiro, depositada no Arquivo Nacional, existem pelo menos quatro diferentes registros efetuados por José do Patrocínio ao longo de 1880 e 1890: na forma de firma social, na de sociedade comanditária e também como sociedade anônima.

⁴⁷ Vale notar que ao lado de Deodoro da Fonseca, “o proclamador da república”, Benjamin Constant, “o fundador”, e Quintino Bocaiúva, “o patriarca”, Floriano Peixoto é referenciado nos grandes manuais como “o consolidador da República”, ganhando ainda a insígnia de “Marechal de Ferro”. Sobre a disputa das credenciais para a formação de um panteão republicano logo após o 15 de novembro, ver José Murilo de Carvalho, “As Proclamações da República”, in: *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*; São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp.35-54.

Grande do Sul, e a Revolta da Armada, iniciada no Rio de Janeiro, o chamado “período florianista” destaca-se também na historiografia como anos de intensa repressão à imprensa, com suspensão e empastelamento de jornais, perseguição, prisão e desterro de jornalistas, escritores e políticos que fizeram oposição ao Marechal.⁴⁸

De maneira geral, a tese pela qual alguns jornais se batiam era a de que a presidência florianista era constitucionalmente ilegal. Ainda que fosse o vice-presidente eleito do primeiro governo republicano, julgavam que novas eleições deveriam ser convocadas imediatamente. Segundo o artigo 42 da Constituição: “Se, no caso da vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência da República não houver ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”. O caso era que Deodoro renunciou antes de completar dois anos de mandato e Floriano tão logo assumiu o poder cuidou de afastar qualquer hipótese de eleições.

Segundo a análise de Rui Barbosa, na época um defensor da convocação de novas eleições, a presidência de Floriano apenas se sustentava graças a uma transigência de seus aliados no Congresso. Rui referia-se especificamente ao parágrafo 2º do artigo 1º da Constituição,

⁴⁸ Esse aspecto é destacado sobretudo nas obras que se propuseram a examinar a literatura e jornalismo daquele período. Ver, por exemplo, os trabalhos de Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão*; São Paulo, Brasiliense, 1995 (1983); Jeffrey D. Needell. *Belle Époque Tropical*; São Paulo, Companhia das Letras, 1993(1987); Roberto Ventura. *Estilo Tropical* São Paulo, Companhia das Letras, 1991 — só para citar as obras mais ou menos pioneiras ao tratar o tema da literatura e/ ou vida literária no fim do século XIX no Rio de Janeiro. Para uma análise diferenciada sobre o período florianista, bem como sobre “o fenômeno do florianismo”, ver o livro de Lincoln de Abreu Penna. *O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República*; São Paulo: Sette Letras, 1997.

segundo o qual, “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial”. Contudo, segundo a interpretação do jurista, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano de permanecer na chefia do país. Ao contrário, significava apenas que ele, como o vice-eleito pelo Congresso, exerceria não a presidência, mas a vice-presidência até o final do mandato previsto, no caso, até 1894, independentemente de uma nova eleição. Como naquele período as eleições para presidente e vice-presidente da República eram desvinculadas, no caso de se eleger um novo presidente da República, Floriano somente continuaria como o seu vice legal.⁴⁹

Desta forma, Floriano Peixoto foi visto como um “ditador” por vários contemporâneos, entre eles José do Patrocínio que, através da *Cidade do Rio* figurou entre os homens de letras que mais se dedicaram na imprensa na campanha contra Floriano. Destacava-se também neste cenário o jornal *O Combate*, fundado por Pardal Mallet e Olavo Bilac em janeiro de 1892.

Antigo colaborador de Patrocínio na época de lançamento da *Cidade do Rio* em 1887, Mallet agora era editor/redator-chefe de um periódico criado fundamentalmente para fazer oposição ao Marechal — sendo através das suas páginas que a tese da convocação de novas

⁴⁹ Rui Barbosa ainda completa que os dois textos da Constituição eram de fato “desarmônicos”, e a consequência mais imediata seria a perda da simultaneidade dos períodos eleitorais, pois se o mandato vice-presidencial do marechal Floriano findaria em 1894, no caso de um novo presidente investido, o mandato acabaria em 1896. Rui Barbosa. *Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio*. Vol. XIX, 1892, Tomo III. (Prefácio e revisão de Levi Carneiro); RJ: MEC, 1956. p.XI, e Rui Barbosa. “Eleição Presidencial”. *O Combate*, 19 de março de 1892.

eleições presidenciais ganhou força na imprensa. Para tanto, o escritor valeu-se inclusive do aval jurídico de Rui Barbosa na campanha contra Floriano, publicando um longo texto do jurista no seu jornal.⁵⁰

Aliados novamente em torno de um propósito comum, o próprio José do Patrocínio chegou a emprestar a pena ao *Combate* no início de 1892 assinando um artigo no qual acusava Floriano Peixoto de ordenar violenta represália a uma manifestação no Ceará. Segundo notifica, apesar da multidão estar desarmada, as forças policiais investiram furiosamente “como numa emboscada”, deixando várias pessoas feridas gravemente. Com um estilo retórico que lhe era característico, o jornalista finalizava o texto com imagens fortes, bradando que somente o sangue era capaz de “nutrir o tirano”: “Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba!”⁵¹

A campanha oposicionista dos jornais ganhou as ruas de maneira mais expressiva por ocasião de uma manifestação ocorrida na frente da residência de Deodoro na tarde de 10 de abril de 1892. Sob o pretexto de prestar uma homenagem ao velho Marechal, que convalescia há várias semanas, um grupo formado por jornalistas, escritores, militares descontentes do alto e baixo escalão, congressistas e pela “gente que ia passando” das imediações de sua casa na Lapa o palco de um inspirado protesto contra Floriano Peixoto, com discursos de jornalistas e políticos.

⁵⁰ O texto publicado era no caso a resposta de Rui Barbosa a uma carta enviada por Mallet alguns dias antes interpelando o jurista sobre o ponto da constituição que gerava a controvérsia em torno da legalidade do governo Floriano. Cf. “Carta de Pardal Mallet a Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 17 de março de 1892”, FCRB, Arquivo de Rui Barbosa, Correspondência Geral, CR840/4. E também Rui Barbosa. “Eleição Presidencial”. *O Combate*, 19 de março de 1892.

⁵¹ Cf. José do Patrocínio. “Mais Sangue”. *O Combate*, 24 de fevereiro de 1892.

Segundo a versão governista publicada no *Diário Oficial* no dia seguinte, os oradores estimularam a multidão que os assistia a seguir em marcha até o Itamarati aos gritos de “morra Floriano”, com “o fim de depor o presidente da República”.⁵² Por outro lado, de acordo com a defesa dos acusados,

“Não se sabe como, não se sabe pedida por quem, apresentou-se a banda de música do 24º [batalhão] que se pôs logo em movimento para Botafogo, arrastando atrás de si o povo, surdo as observações, aos conselhos e às exortações dos oradores que aconselhavam o adiamento da manifestação.”⁵³

Seja como for, quando os manifestantes chegaram à sede do governo federal as tropas militares já estavam na espera sob o comando do próprio Marechal Floriano Peixoto.⁵⁴ Ainda que escapando da guarda no momento da confusão, à noite a polícia deteria Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu, redatores de *O Combate* e logo em seguida prendeu José do Patrocínio no escritório da *Cidade do Rio*.⁵⁵

Com a decretação do estado de sítio no dia seguinte e a suspensão das garantias constitucionais, Floriano ainda desterrava para o Estado do Amazonas 45 civis e militares reconhecidos como “autores, promotores, cúmplices ou coniventes no crime de conspiração”.⁵⁶ Dias

⁵² “Diário Oficial, 11 de abril de 1892”. *O Paiz*, 11 de abril de 1892.

⁵³ Luís Murat. “A Cilada”. *O Combate*, 21 de abril de 1892.

⁵⁴ Cf. “Dr. Pardal Mallet”. *O Combate*, 11 de abril de 1892; Luís Murat. “Ontem e Hoje”. *O Combate*, 12 de abril de 1892; *O Paiz*, 11 e 12 de abril de 1892. Ver também as biografias de Raimundo Magalhães Jr. *Olavo Bilac e sua época*; Rio de Janeiro, CEA, 1974. p.153; e *A vida turbulenta de José do Patrocínio*; Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969. pp. 301-302; e também Francolino Cameu e Arthur Peixoto. *Floriano Peixoto. Vida e governo*; Brasília: UNB, 1983 (1925). p.291-292.

⁵⁵ “Jornalistas Presos”. *O Combate*, 12 de abril de 1892.

⁵⁶ “Diário Oficial, 11 de abril de 1892”. *O Paiz*, 11 de abril de 1892.

depois, partiam a bordo do navio “Pernambuco” Pardal Mallet, José do Patrocínio, Plácido Abreu, Jacques Ourique, almirante Wandenkolk, coronel Mena Barreto, entre outros. Nas fortalezas marítimas ficaram ainda presos os escritores Olavo Bilac e Demerval da Fonseca, um dos fundadores da *Gazeta de Notícias*.⁵⁷

Beneficiado pela aprovação da anistia em agosto de 1892, Patrocínio retorna à capital federal e ao comando do seu jornal, retomando aos poucos a mesma postura crítica em relação ao governo florianista⁵⁸. Tal postura acabou fazendo da redação da *Cidade do Rio* um alvo constante de represálias jacobinas — como passaram a ser denominados os simpatizantes de Floriano. Segundo as notícias publicadas no início de 1893, quase que diariamente o prédio da folha era cercado por pequenos grupos, que aos gritos de “morras” a Patrocínio e “vivas” a Floriano, soltavam foguetes e atiravam objetos e pedras nas janelas e nas sacadas.

Em resposta a um desses ataques, Patrocínio assinaria um artigo de fundo intitulado sugestivamente de “O terror”, no qual acusava o presidente de ser o verdadeiro promotor de tais ações, planejando desta forma o assassinato indireto de jornalistas como ele:

“Encomendou pois aos jacobinos uma bernarda. A provocação deve surtir efeito desde que percorra toda a escala do *morra* até a agressão material. (...) O extermínio de homens livres é praxe da tirania (...) O que se pede é que o governo tenha coragem da sua tirania, como nós temos da nossa opinião. Esse sistema de

⁵⁷ “O Pernambuco”. *O Combate*, 14 de abril de 1892.

⁵⁸ Baseamos tal informação em Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*; Op. cit. pp. 306, pois não consta o ano de 1892 na coleção da *Cidade do Rio* existente na Biblioteca Nacional.

emboscadas e de traições, esse terror sujo, que sua lama, em vez de jorrar sangue, não avilta a vítima, imolada à fúria inconsciente da turba, mas a própria pátria. É em nome dela que queremos requerer ao Sr. Marechal Floriano Peixoto que nos poupe a vergonha das intimidações por meio de arruaças. (...) É preciso que o governo tenha a responsabilidade do sangue derramado e a assuma à luz do dia e perante o mundo num decreto ou numa sentença. O mais é covardia. Não se é Marechal para entregar ao braço alheio o golpe que deve ferir o inimigo. (...) Nas nossas pessoas não morrerão somente alguns indivíduos, mas a liberdade da República. Se o Sr. Floriano Peixoto quer matá-la, ataque de frente, não entregue a capangas a execução da sentença clandestina. A 15 de novembro S. Ex. subiu a vice-presidência da República nos ombros de Deodoro; não queira subir à ditadura sobre os nossos ombros”.⁵⁹

O tom da maioria dos artigos não diferia muito do fragmento citado. Ao contrário, recrudescia cada vez mais — sobretudo, quando o foco era denunciar ação dos “secretas”, isto é, de homens que serviam ao chefe de polícia vigiando jornalistas como Patrocínio que se entrincheiravam na imprensa contra Floriano Peixoto. Neste caso, a ironia foi marca constante de seus artigos:

“(...) Neste tempo que a em que a *honrada corporação* [a policia da capital] mata homens como as mulheres matam pulgas, S. Ex. limita-se a prender e desterrar e só mata por intermédio da tropa, deixando para maior de espadas a navalha e o cacete profissionais.

Como não admirar este grande homem?!

Quem, até hoje, havia suspeitado nesse cérebro tamanha força de originalidade?

(...) Que grande homem! Povos, admire-o, não há dois Florianos sobre a terra!

⁵⁹ “O Terror”. *Cidade do Rio*, 12 de julho de 1893.

E ainda vivemos nós outros, quando há um Congresso que o acompanha, uma polícia que só lhe pede ordens, e uma política que o quer conservar, como um sedenho, para esgotar o pus da situação.

(...) Nós estamos colocados na mesma situação dos perus da fábula. Sabemos que nosso ilustre soberano deseja comer-nos, mas não temos coragem de escolher o molho.

(...) em todo o caso devemos agradecer a S. Ex a honra que nos dá de adiar por alguns dias a polícia secreta enquanto nós nos resolvemos a escolher o molho em que queremos ser comidos. Não houve vaia esta noite. Bendito seja o Sr. Floriano Peixoto”⁶⁰.

Contudo, as lutas travadas por Patrocínio neste período não se restringiram ao debate político encenado através da “palavra impressa”, dos artigos que assinava e publicava em seu jornal. Na verdade, o seu empreendimento tipográfico afundava em dívidas, os empregados não recebiam salários e a *Cidade do Rio* perigou não circular em algumas ocasiões pelas constantes ameaças de greve dos empregados. Os processos comerciais que acometeram Patrocínio quase que consecutivamente em 1893 e 1894 são ainda mais indicativos da situação periclitante da folha, pois resultaram em ambos os casos na penhora executiva dos bens da empresa jornalística.

Em junho de 1893 José do Patrocínio foi citado numa ação de dez dias movida pelo negociante italiano Domingos Conde para o pagamento de 4 contos de réis, total de um empréstimo feito em março daquele ano. Na verdade, tratou-se contrato particular firmado e registrado entre os dois sob os seguintes termos:

⁶⁰ “A polícia secreta”. *Cidade do Rio*, 13 de julho de 1893.

“(...) Conde emprestará a José do Patrocínio a soma de 4 contos de réis que será fornecido em prestações pedidas por [ele] até [totalizar] a referida soma. (...) Os saldos da ‘Cidade do Rio’ de que José do Patrocínio é sócio solidário serão entregues a Conde em amortizações às somas retiradas. Durante o tempo que durarem essas negociações (...) Conde não pagará do compartimento que ocupa no prédio que funciona a ‘Cidade do Rio’. Em compensação José do Patrocínio não pagará nenhum juro das somas que retirar (...)”.⁶¹

Como é possível perceber pelas datas, Patrocínio não demorou muito a usar de todo o crédito disposto no acordo, e como não cumprisse os mandados judiciais, nem apresentasse embargos, a ação decendiária acabou avançando para um “mandado de penhora”. Em 19 de agosto, José do Patrocínio recebe a visita dos oficiais de justiça que procederam “à penhora dos bens da oficina e redação *Cidade do Rio*”, em cujos autos constam: “uma máquina de impressão, um motor a vapor, um cofre de ferro, uma escrivaninha de cedro, balcão de madeira, seis cadeiras de palhinha, duas placas de metal contendo o dístico ‘Cidade do Rio, José do Patrocínio & Cia’, e seis quilos de tipos”.⁶²

Acredito que não foi casual, portanto, a ameaça de greve entre os empregados do jornal no mês de agosto. É o próprio Patrocínio quem relata o caso a José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Commercio*, a quem solicitaria na ocasião um empréstimo de 800 mil réis em seu nome. No bilhete, encaminhado em 23 de agosto, informava que a sua “situação aflitiva” exigia o dinheiro para aquela noite ou então nada o salvaria do

⁶¹ Ação de execução de Sentença: “Domingos Conde X José do Patrocínio, 1893”. Juízo da 1ª. Pretoria cível da Capital federal, junho de 1893. Arquivo Nacional, coleção de varas cíveis, no. 1415, caixa 1990.

⁶² Idem.

“vexame de uma greve”.⁶³ Ora, tratava-se exatamente do fim do prazo disposto na lei para Patrocínio “alegar os embargos” necessários que impedissem a locomoção do maquinário e outros bens do periódico para um depósito público. Com os salários atrasados e percebendo a possibilidade de “quebra” do jornal, com a perda conseqüente de suas ocupações, os trabalhadores pressionaram o patrão a garantir pelo menos algum dinheiro, caso o jornal fechasse mesmo as portas. O apuro de Patrocínio não era circunstancial. Segundo um escritor da época, na lógica que movia o mundo da imprensa da época era motivo de máxima vergonha e desonra para um jornal interromper a publicação por um dia que fosse.⁶⁴

É provável que Patrocínio tenha sido de fato socorrido pelo colega, pois o jornal circulou normalmente no dia seguinte. A ação de penhora, contudo, parece ter sido interrompida em 5 de setembro de 1893, véspera da Revolta da Armada, pois o último documento dos autos é justamente o encaminhamento ao juiz dos embargos apresentados pelo advogado de Patrocínio contra a penhora de seu jornal.

Publicando textos que firmavam cada vez mais uma imagem subversiva da *Cidade do Rio*, José do Patrocínio era, evidentemente, sujeito dos mais visados quando estoura a Revolta na manhã de 6 de setembro de 1893 contra os poderes constituídos do vice-presidente

⁶³ “Carta de José do Patrocínio a José Carlos Rodrigues, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1893.” Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos – Coleção José Carlos Rodrigues.

⁶⁴ Vivaldo Coaracy. *Todos contam sua vida*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1959. p. 243.

Florianos Peixoto⁶⁵. Ameaçado de prisão, ele conseguiu rapidamente cercar-se de outros favores e tomar as providências necessárias que garantissem minimamente a circulação do jornal nos dias seguintes, visto que pretendia fugir de cena.

Segundo a lembrança do escritor Luís Murat, um dos principais colunistas da *Cidade do Rio* naqueles anos, Patrocínio procurou-o logo na manhã que irrompera o movimento para pedir-lhe que tomasse “a chefia” do jornal, pois “estava com ordem de prisão”. Justifica-se ao amigo dizendo que ia “esconder-se”, “fugir”, mas precisava que o jornal continuasse circulando para manter o sustento da mulher e do filho. Ainda que relutante Murat aceita a tarefa e ainda recebe instruções de que, “bastava, apenas, que mandasse publicar as notícias sem nenhum caráter político (...) as que saírem nos jornais governistas (...) as que forem permitidas pela censura”.⁶⁶

O literato, contudo, tão logo assume o comando do jornal manda publicar o manifesto de Custódio José de Mello, assinado a bordo do encouraçado *Aquidabã*, o navio-chefe da esquadra revoltosa.⁶⁷ Ainda que em coluna contígua a esse texto, Murat insistisse na afirmação de que não

⁶⁵ A Revolta da Armada foi chefiada pelo Almirante Custódio José de Mello, ex-ministro da Marinha de Floriano, que rompera com o governo federal no dia 3 de setembro por sentir-se lesado em suas pretensões políticas. O motivo foi que o almirante planejava candidatar-se à presidência da república confiando na aprovação de um projeto da Câmara que incompatibilizava Floriano de concorrer ao cargo na próxima sucessão. Contudo, Floriano tinha conseguido que o Congresso Nacional, interpretando um ponto de controvérsia na constituição de 1891, declarasse o seu mandato válido até 15 de novembro de 1894. Cf. Ana Carolina Feracim da Silva. “Entre a pena e a espada: literatura e política no Governo Floriano Peixoto – uma análise do jornal *O Combate* (1892)”, in: *Cadernos AEL*, Vol. 9, nº 16/17: *Literatura e Imprensa no século XIX*; pp. 135-180. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, primeiro e segundo semestre de 2002.

⁶⁶ Luís Murat. “À memória do Íncito Marechal Floriano”, *Jornal do Commercio*, setembro de 1928.

⁶⁷ Ver “Os dois manifestos”. *Cidade do Rio*, 8 de setembro de 1893.

era “suspeito à república”, e que continuava sendo seu “mais apaixonado defensor”, o fato foi que, sob sua direção, a *Cidade do Rio* deu amplo espaço editorial para o principal inimigo público de Floriano Peixoto naquele momento. Sobre tal episódio, especificamente, ele explicaria anos depois os motivos que o fizeram aderir à revolta:

“(…) foi perseguição tenaz do Sr. Bernadino Ferreira, então chefe de polícia, o qual por todos os meios e formas me molestava e importunava, a ponto de um dia fazer-me perder a paciência, publicando o manifesto do Sr. Custódio José de Mello, por cuja causa a *Cidade do Rio* foi suspensa.”⁶⁸

Durante todo esse período de tensões, José do Patrocínio permaneceu refugiado no porão da casa de seu sogro, um capitão do exército reformado, enquanto pipocavam boatos de seu fuzilamento. Conforme ele mesmo recorda em um texto de 1901,

“A casa, em que me refugiei para escapar ao ódio, que me farejava por toda parte, apesar de se haver propalado com insistência notícia do meu martírio e fuzilamento em Sepetiba, devia estar sempre pronta para sofrer a mais rigorosa busca ditatorial. Cumprira, pois, não deixar o menor indício de que eu ali estava.”⁶⁹

⁶⁸ Cf. Luís de Castro, “Reportagem fluminense – episódios da revolta: o fuzilamento de Luís Murat”. *Gazeta de Notícias*, 15 de fevereiro de 1896. A *Cidade do Rio* foi uma dos primeiros jornais a ter a circulação suspensa na capital federal. A *Gazeta de Notícias* e a *Revista Ilustrada* foram outros dois periódicos censurados em fins de 1893. A *Gazeta* permaneceu poucos dias na berlinda, mas a folha de Agostini só voltaria a circular em meados de 1894.

⁶⁹ José do Patrocínio. “O Aerostato Santa Cruz”. *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1901. Os boatos do fuzilamento de José do Patrocínio à época da Revolta da Armada são lembrados por vários contemporâneos, entre eles o escritor Coelho Netto, que tomou o caso como inspiração para o romance *O Morto – memórias de um fuzilado*, publicado em 1898. O caso também foi lembrado no livro de memórias intitulado *Fogo Fátuo*, de 1928, também de Netto.

Os problemas financeiros do jornal não se resumiam a uma dívida de 4 contos de réis de seu proprietário, nem a uma só ação judicial. Aquilo que aparentemente ficou inacabado em 1893, chegaria às vias de fato no ano seguinte, através de uma outra ação de penhora executiva movida agora pelo comendador José Augusto Laranja, o proprietário do prédio número 74 da Rua do Ouvidor, exatamente onde estavam instalados o escritório e tipografia da *Cidade do Rio* desde a sua fundação em 1887.⁷⁰

Nesta ação, Patrocínio devia 5 contos de réis ao comendador, quantia equivalente a 10 meses de aluguéis atrasados — ou seja, desde maio de 1893 já que o valor mensal era de 500 mil réis. Iniciado em novembro de 1893, enquanto governo florianista e forças revoltosas ainda se batiam, o processo parece ter corrido à revelia de Patrocínio — pelo menos em termos legais. Sob alegação de que “era desconhecido o paradeiro do suplicado” ou “estando o suplicado fora da capital em lugar desconhecido”, a ação foi protelada até o ano seguinte, já que o réu não era nunca encontrado para assinar as diversas intimações despachadas — desde a inicial, informando da instauração da ação, até a da visita dos oficiais de justiça ao jornal para o encaminhamento da penhora dos bens e o seu transporte para o depósito público municipal.

Foi somente depois que o advogado do comendador Laranja conseguiu permissão do juiz para a intimação de outras pessoas, “quaisquer que sejam”, que se encontrassem no prédio do jornal, que os

⁷⁰ “Ação de penhora executiva: José Augusto Laranja X José do Patrocínio, 1894. Juízo da 1ª. Pretoria Cível”. Arquivo Nacional, Coleção de varas cíveis, no. 1037, caixa 1985.

oficiais puderam iniciar, de fato, a listagem dos bens encontrados “portas a dentro” do estabelecimento. Segundo as informações dos autos, as 3 pessoas intimadas na ocasião se identificaram como empregados da folha *Cidade do Rio* e acompanharam a diligência durante os quase vinte dias em que se procedeu a total desocupação do prédio com o transporte de absolutamente tudo — máquinas, móveis e material tipográfico em geral, móveis e objetos de escritório, livros comerciais, manuscritos, jornais e recorte antigos, etc — que estruturava o funcionamento do periódico para um depósito público onde seria posteriormente avaliado.⁷¹

Augusto Laranja só recebeu as chaves do seu prédio no fim de março de 1894. Em julho ocorreu o leilão público dos bens penhorados, cujo qual rendeu ao comendador um capital de pouco mais de 3 contos de réis. Encerrava-se, portanto, definitivamente, a publicação do jornal *Cidade do Rio* após quase dez anos de sua fundação por José do Patrocínio.

Ainda que a Revolta da Armada tivesse sucumbido em março de 1894 e o estado de sítio levantado em junho, não há evidências de qualquer tipo de ação/movimento de Patrocínio em prol da recuperação de seu jornal ao longo daquele ano. O material do processo de 1894 também não fornece pistas neste sentido, encerrando-se em setembro com uma contenda entre o comendador Laranja e o leiloeiro acerca da quantia exata recebida no arremate dos bens.

⁷¹ A demora do transporte justificou-se na época pela necessidade de contratação de carpinteiros e linadores para o despregamento e desmanche do maquinário pesado (motor, prensas, tanques de ferro) e móveis de ferro (balcões e estantes para composição). Idem

Os periódicos anteriormente censurados, como *Gazeta de Notícias* e a *Revista Ilustrada*, já circulavam normalmente no meio daquele ano e os exilados políticos voltavam aos poucos para a capital federal, a exemplo de Olavo Bilac — vindo de Ouro Preto — e de Luís Murat, Guimarães Passos e outros literatos que voltaram de Buenos Aires.⁷²

A *Cidade do Rio* só retornaria novamente ao cenário da imprensa fluminense em 1º de maio de 1895. O jornal, registrado sob a firma Patrocínio&Cia, estava instalado agora na Rua do Ouvidor, nº 107 e tinha como redator-chefe Demerval da Fonseca, e José do Patrocínio como redator político⁷³. Retomavam cerca de duas décadas depois uma parceria que de certa forma os “batizou” no meio imprenso com a publicação de *Os Ferrões* em 1875.

Os outros periódicos da capital ao recepcionarem o reaparecimento da folha de Patrocínio, fornecem poucas pistas sobre o caso processual ocorrido no ano anterior. O *Jornal do Commercio* fala de “situações imperiosas” que afastaram Patrocínio do jornalismo. Já a *Gazeta de Notícias* argumenta que “o intemerato herói da abolição (...) foi amordaçado em 1893”.⁷⁴ *D. Quixote*, a nova publicação de Ângelo Agostini, traz por sua vez a seguinte legenda a um desenho onde aparecem Sancho

⁷²Cf. “Carta de Olavo Bilac a Coelho Netto. Juiz de Fora, 27 de abril de 1894 e 7 de maio de 1894”. Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Coelho Netto. Ver também, “Carta de Guimarães Passos a Rui Barbosa. Buenos Aires, 24 de maio de 1894”. FCRB, Arquivo de Rui Barbosa, Série Correspondência de Rui Barbosa.

⁷³ Ação de infração: Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal X “José do Patrocínio&Cia, 1895”, Juízo do Direito e do Comércio. Arquivo Nacional, Coleção de varas cíveis, no. 101, caixa 2274.

⁷⁴ Cf. respectivamente “Cidade do Rio”, *Jornal do Commercio*, 2 de maio de 1895 e “Cidade do Rio”, *Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1895.

Pança e Don Quixote (os principais personagens da revista) lendo o jornal de Patrocínio:

“Ressuscitou este bom jornal, assim como ressuscitaram o seu redator político José do Patrocínio e o chefe de redação Dr. Demerval, tão hábil no bisturi como na pena. Parabéns para os verdadeiros republicanos”.⁷⁵

O silêncio da imprensa da época a cerca do fechamento da *Cidade do Rio*, seja pela perda das oficinas e pelo desalojamento do prédio onde funcionava, seja pela interrupção do jornal é seguido também pelas biografias e textos de memórias consultados. Ao relatar esse momento específico da trajetória de Patrocínio, autores como Raimundo Magalhães Jr., por exemplo, afirmam que jornal esteve censurado desde a época da Revolta da Armada até o fim do governo florianista, quando tornou a circular normalmente.⁷⁶ Na verdade, é o próprio Patrocínio quem acaba consolidando essa idéia em diversos textos de forte caráter memorialístico, como é possível perceber neste fragmento de 1901:

“Já governava o venerando Dr. Prudente de Moraes. Eu podia já volver a imprensa; agir diretamente, trabalhar ao ar livre. A sorte de amigos meus que haviam tomado parte da Revolta, e vencidos e expatriados, reclamavam a minha assistência jornalística, fez-me encetar a campanha da pacificação.”⁷⁷

Por essas artimanhas da história ou de puro azar nos arquivos mesmo, não foi possível especificar por quais estratégias pessoais Patrocínio obteve capital suficiente para reabilitar a publicação da *Cidade*

⁷⁵ "Coisa da Semana", *Don Quixote*, 04 de maio de 1895.

⁷⁶ Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. pp.321-322.

⁷⁷ José do Patrocínio, “O aeróstato de Santa Cruz”. *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1901.

do Rio em 1895. Porém, contrariando as outras narrativas dessa natureza, foi um outro relato memorialístico a trazer pistas mais significativas sobre o reaparecimento do jornal. Na sua obra *Todos contam a sua vida*, Vivaldo Coaracy⁷⁸ dedica um capítulo inteiro ao relato de episódios do início do seu trabalho na imprensa, quando foi acolhido justamente na folha de Patrocínio em meados de 1899. Entre as histórias que recorda ter ouvido a cerca dos percalços passados pelo patrão, cita a seguinte:

“Num dos cataclismas (sic) financeiros que várias vezes convulsionaram a existência da *Cidade do Rio*, Patrocínio perdera as oficinas na execução de um hipoteca vencida, levadas pelo credor implacável. Havia uma empresa tipográfica que não estava em maré de grande prosperidade. O proprietário, um português, Seu Paulino (nunca lhe soube o sobrenome), considerou-se feliz em arrendar a Patrocínio o material e os dois primeiros pavimentos do prédio”⁷⁹.

É bastante provável que Coaracy esteja se referindo exatamente à ação de penhora movida em 1894. Até a falência definitiva da folha em 1903, este é o único episódio citando uma penhora executiva, apesar de Patrocínio continuar enfrentando dificuldades financeiras na manutenção do jornal ao longo de toda década de 1890 e início do século XX. Além de responder a processos de infração movidos pela Fazenda Municipal por não pagar os impostos que regularizavam o funcionamento da empresa jornalística, ele ainda sofreu ações sumárias para a quitação de vários empréstimos contraídos em nome da firma até 1903.⁸⁰

⁷⁸ Vivaldo Coaracy. *Todos contam sua vida*. Op. cit.

⁷⁹ Idem, p.232

⁸⁰ Refiro-me especificamente aos seguintes processos localizados na Coleção de Varas Cíveis do Arquivo Nacional: “Processo de Infração: Fazenda Municipal X José do

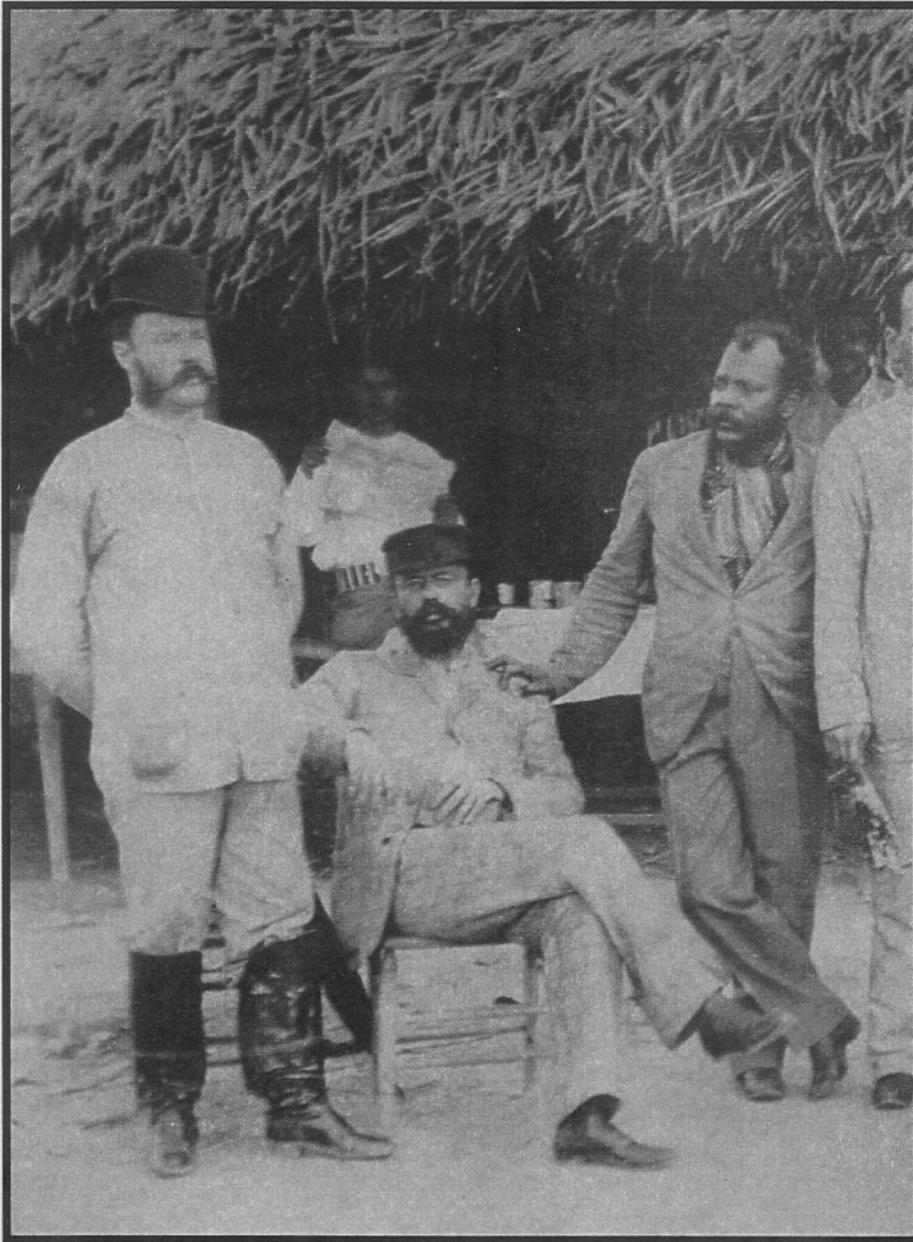
A investigação da dimensão social da imprensa, da diversidade de interesses envolvidos na impressão de um jornal vai além, portanto, dos textos que compunham suas colunas. A pesquisa demonstrou que a rede de relações vivenciadas por José do Patrocínio na direção de um jornal era muito mais ampla e dinâmica, circundando desde os empregados da tipografia, outros editores e proprietários de jornal, negociantes, senhorios, advogados e até o público leitor – visto que Patrocínio exercitava freqüentemente a construção de imagem heróica e desinteressada sobre si na composição de seus textos. A discussão das fontes processuais revelou-se importante para a problematização da trajetória de um homem de letras e/ou de imprensa na medida em que despia a sua áurea cenacular. Longe da idealização e do heroísmo, comuns na construção de memórias, os documentos testemunhavam as expectativas e dificuldades vivenciadas por Patrocínio em sua luta cotidiana de manter-se profissionalmente.

Patrocínio&Cia, 1895”. Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal/ Juízo do Direito e do Comércio, outubro de 1895; Ação sumária: “J. Moreira& Lúcio X José do Patrocínio& Cia, 1897”. Processo de Infração: “Fazenda Municipal X José Carlos do Patrocínio, 1898”. Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal/ Juízo do Direito e do Comércio, junho de 1898; e finalmente Ação de execução de sentença: “João M. da Costa Marques X José Carlos do Patrocínio, 1899”. Juízo da 5ª Pretoria, setembro de 1899.



Grupo de políticos desterrados em São Joaquim, no Rio Negro-Amazônia, em 1892. (M. Lira, fotógrafo). A partir da esquerda: Conde de Leopoldina, Dr. Campos da Paz, José do Patrocínio, Dr. J. J. Seabra, Dr. Manoel Labrador, Marechal Almeida Barreto, Coronel Jacques Ourique e Major Manoel Miranda. (Biblioteca Nacional, Setor de Iconografia, Coleção Fotografia Avulsas).

No detalhe: Conde de Leopoldina, Campos da Paz e José do Patrocínio.



No detalhe: Conde de Leopoldina, Campos da Paz e José do Patrocínio.

¹ O Fluminense, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1974; Ver também A Noite, Campos, RJ, 26 de abril de 1974.

Epílogo

O ano de 1974 foi especialmente marcante para a história de Campos dos Goitacases, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo dos meses de abril e maio seus habitantes viveram a expectativa da visita do então presidente da República, Ernesto Geisel, e de outras tantas autoridades federais. Escoltadas por um destacamento das Forças Armadas, figuras de tal visibilidade política ilustrariam os eventos preparados na cidade para aqueles dias: o cortejo e a recepção de uma urna funerária que viria do Rio trazendo os restos mortais de um antigo morador enterrado havia anos na antiga capital da República. Com este traslado para Campos, contudo, os despojos ficariam a partir daquele momento depositados num “Panteon anexo ao Palácio da Cultura, construído especialmente para receber filhos ilustres da terra Campista”.¹

Para garantir o sucesso de toda operação um cronograma foi estabelecido para vigorar antes, durante e depois da viagem da urna entre o Rio de Janeiro e Campos — trajeto que, no caso, se estenderia ao longo dos dias onze, doze e treze de maio de 1974. E de fato, confirmando a boa organização do evento, as atividades comemorativas seguiram à risca o plano inicial. Conforme o anunciado para o primeiro dia, por exemplo, os restos

¹ *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1974; Ver também *A Notícia*, Campos –RJ, 7 e 26 de abril de 1974.

mortais do “cidadão campista deixarão o Cemitério S. Francisco Xavier e serão levados por uma carreta do exército e com acompanhamento do Corpo de Bombeiros para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro” — onde deputados estaduais e representantes de entidades e instituições prestarão tributo especial, falando inclusive o governador Chagas Freitas.²

Ainda no Rio a parada seguinte foi no Arsenal da Marinha de onde a urna embarcou “com honras militares” num navio de guerra, modelo *Destroyer*, rumo a Niterói. Lá, a recepção cerimoniosa ficou por conta do governador da Guanabara, repetindo-se os discursos de autoridades em homenagem à memória do morto. Os despojos ficaram depois expostos à visitação pública na Assembléia Legislativa até a manhã do outro dia quando, finalmente, a urna partiu para seu destino final, Campos dos Goitacases.³ Ao longo do cortejo fúnebre, feito em tanque de guerra, foram realizadas paradas estratégicas em Macaé e em outros pequenos municípios para que tropas locais pudessem também prestar suas honrarias.⁴ Assim, na tarde do dia 13 de maio de 1974 o esquife tão aguardado chegou em terras campistas e foi recepcionado festivamente por um público de cerca de sessenta mil pessoas, segundo as notícias.⁵

No entanto, frustrando as expectativas iniciais, o presidente Geisel não compareceu à última hora, mas fez-se representar pelo seu vice, o

² *A Notícia*, Campos - RJ, 26 de abril de 1974.

³ *Idem*, 13 de maio de 1974.

⁴ *O Fluminense*, Niterói-RJ, 14 de maio de 1974.

⁵ *Idem*.

general Adalberto Pereira dos Santos, confirmando desta forma a magnitude política da cerimônia. Do mesmo modo e representando outros setores da sociedade, o historiador Pedro Calmon, membro da Academia Brasileira de Letras e orador oficial convidado, dava o respaldo intelectual às solenidades.⁶

Um leitor atual, em confronto com essas notícias descrevendo a pompa e circunstância que cercou aquele evento da década de 1970, certamente não teria dúvidas em afirmar que tais tributos foram prestados a alguém importante, cuja visibilidade em âmbito nacional orgulhava Campos dos Goitacases. Ou pelo menos era essa a intenção dos festejos ao fazê-lo alvo de tantas homenagens póstumas. De qualquer forma, não é tarefa fácil saber das motivações que levaram uma multidão a se aglomerar em frente ao Palácio da Cultura de Campos na tarde do dia 13 de maio de 1974. A expectativa seria pelo show aéreo dos aviões “Xavante” enviados pela FAB (Força Aérea Brasileira) para uma apresentação especial⁷, pelo desfile de tropas militares e os discursos de gente importante, ou o interesse era pela chegada dos despojos do conterrâneo José Carlos do Patrocínio, morto e sepultado no Rio de Janeiro em janeiro de 1905?⁸

Provavelmente, era tudo isso junto. Importa mais aqui tentar compreender o esforço político para fazer de José do Patrocínio uma figura nacionalmente reconhecida naquela circunstância. Afinal, o traslado de seus

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ Na verdade, desde o início da década de 1970 que as autoridades de Campos negociavam com alguns familiares de Patrocínio, o governo da Guanabara e a provedoria da Santa Casa de Misericórdia do Rio, a vinda dos seus despojos para a cidade. Cf. “Campos, feliz, recebe José do Patrocínio”, *O Fluminense*, Niterói-RJ, 10 de maio de 1974.

restos mortais foi notícia das principais folhas cariocas e campistas ao longo de quase dois meses, fazendo o município de Campos parar, literalmente, por cerca de três dias: as escolas e o comércio foram fechados, e o atendimento nas repartições, interrompido.⁹

O dia escolhido para lembrar o morto, finalizando o rol das solenidades, pode ser uma boa pista dos interesses que estiveram por trás daquelas celebrações em 1974: o “13 de maio” era aniversário da lei que decretou o fim da escravidão no país. Assim como as datas do “21 de abril”, do “7 de setembro” e do “15 de novembro” já tinham consolidado seus próprios heróis, também o episódio da “Abolição” acionava um representante. É claro que naquele contexto de ditadura militar a memória heróica destas outras “datas magnas da nacionalidade”¹⁰ nunca deixou de estar em constante processo de construção. Contudo, no panteão de heróis, José do Patrocínio parecia ter pouco vigor se comparado à figura de Tiradentes, por exemplo, declarado “patrono cívico a nação brasileira” por um decreto presidencial ainda em 1965.¹¹ E tratando-se especificamente da memória da abolição da escravatura, Patrocínio sequer ofuscava a imagem da Princesa Isabel, regente do Império em 1888 quando assinou a “Lei Áurea”, ganhando

⁹ Idem

¹⁰ Cito o termo usado por Silvia Hunold Lara em seu texto “Tiradentes e a nação esquartejada”, in: *Pátria Amada esquartejada*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico - Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 27.

¹¹ *Apud* Silvia Hunold Lara, “Tiradentes e a nação esquartejada”. Op. Cit. p. 20. Conforme indica a autora, o dia 21 de abril havia sido declarado feriado nacional ainda em 1890, juntamente com o 15 de novembro. Idem, p.21. Sobre o processo histórico de construção da figura de Tiradentes como herói e mártir da República brasileira, ver a análise de José Murilo de Carvalho. “Tiradentes: um herói para a República”, *A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998, pp. 55-73.

assim o título de “Redentora”. O seu lugar continuava sendo ao redor da Princesa disputando espaço com outros jornalistas, políticos e/ou intelectuais que, no fim do século XIX, atuaram publicamente no combate à instituição do cativo. Em outras palavras, aquilo que se costuma chamar na historiografia e no senso comum de “os abolicionistas”.¹²

Os acontecimentos da década de 1970, isto é, o esforço político em consolidar a memória de José do Patrocínio como “herói abolicionista” esteve no bojo de um movimento mais amplo de construção e cristalização de um panteão cívico de heróis da nacionalidade, cujo investimento simbólico ficou expresso de forma decisiva no contexto da ditadura militar. Tratava-se de estabelecer um tipo de “identidade nacional” que pudesse amalgamar a todos em torno de uma idéia de nação que suplantava diferenças e diversidades de toda ordem.¹³ Essa idéia de “nação irmanada” se dava, naturalmente, no âmbito das questões raciais. Mais do que ter lutado pelos direitos civis de liberdade, “abolicionistas” como Patrocínio integravam o rol de heróis que, de

¹² O processo de construção e cristalização da imagem da Princesa Isabel como “Redentora” dos escravos através das diversas representações de sua figura pública, foi analisado por Robert Daibert Júnior. *Isabel, a “Redentora” dos escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*; Bauru, SP: EDUSC, 2004. As formas políticas pelas quais a imagem de Isabel foi acionada pelo poder público no contexto da década de 1970 são analisadas pelo autor num item do capítulo 3 intitulado “A ascensão da ‘Redentora’ ao panteão cívico: entre adoradores e iconoclastas”. Idem, pp. 241-252.

¹³ Conforme explica Maria Clementina Pereira Cunha, “a construção de uma memória do Estado e de uma historiografia centrada na idéia da nacionalidade engendram uma visão de passado calcada em grandes vultos e acontecimentos encadeados de tal forma a fazer da história uma biografia nacional em seus termos, em suas ênfases, em seus recortes. (...) Inculcam padrões e valores, justificam a autoridade e o poder através destas práticas simbólicas que adquirem caráter de compulsoriedade : a história aprendida desde bancos escolares, as cerimônias públicas e os costumes cívicos são algo de que dificilmente se pode escapar”. Maria Clementina Pereira Cunha. “Nação, um lugar comum”, in: *Pátria Amada esquarterada*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico - Secretaria Municipal de Cultura, 1992. pp. 29-43. A citação é da página 34.

forma desinteressada e humanitária, lutaram pela “igualdade” entre negros e brancos — o que era fundamental para a construção de uma imagem patriótica dos ‘brasiliros’ e da nação como “mãe gentil”.

Na tentativa de marcar uma leitura unívoca do processo que culminou no fim da escravidão no Brasil, investindo à data do 13 de maio um caráter idílico, José do Patrocínio figurava como um herói quase ideal graças à sua condição de “homem de cor”. Se a princesa Isabel já era considerada uma espécie de padroeira da liberdade, a “mãe dos pretos”, ele adequava-se perfeitamente à imagem de “gratidão” de toda uma raça — além, é claro, de servir à representação de um tipo de protesto que se deu estritamente no campo da legalidade, isto é, através da imprensa.¹⁴

Não era casual assim o recrudescimento de símbolos para avultar ainda mais o significado que então se atribuía ao 13 de maio. O investimento em torno da figura de Patrocínio pode ter sido acionado de maneira a contrapor-se à imagem do líder guerreiro Zumbi, que passava a ser celebrado pelo movimento negro como uma forma de protesto ou, ao menos, como expressão mais legítima de representação social e histórica de um grupo. Tomado como símbolo de resistência, de luta engajada contra a opressão e o autoritarismo, Zumbi opunha-se aos valores de caridade, submissão, e

¹⁴ Recorro novamente aos dados e referências da pesquisa empreendida por de Robert Daibert Júnior sobre as representações da Princesa Isabel para destacar que até fins da década de 1960, a abolição foi largamente comemorada nos clubes e organizações cívicas de negros através de “conferências, concertos, bailes e eventos esportivos.” Promoviam visitas aos túmulos dos abolicionistas e desfiles, visitando ainda redações de jornais e estações de rádio para “divulgar a importância do 13 de maio na história brasileira”. Cf. Robert Daibert Júnior. Op. cit. p.246.

acomodação que o culto à Redentora carregava. Ao servir também às representações de grupos políticos de esquerda naquele contexto de conflitos armados da década de 1970, tal interpretação tornava-se perigosa e ameaçadora ao controle exercido pelo poder instituído, revelando assim outras possibilidades de leitura e entendimento da história do país.

Constituindo-se arma poderosa no exercício de afirmação do poder político, o controle sobre a “memória da nação” suplantava não tão somente as figuras que combatia, mas enterrava igualmente vivências outras daqueles “heróis” escolhidos para o altar do culto cívico. Minha proposta neste trabalho foi retomar exatamente o que foi esquecido e suplantado da trajetória social de José do Patrocínio ao longo de um processo de embates e acomodações da memória, cujo momento de grande expressão pode ser captado naqueles anos de chumbo da história recente do país através de um movimento que investia largamente na construção de um panteão cívico para o Brasil.

Ao questionar sua univocidade, me deparei com imagens as mais diversas sobre José do Patrocínio — de apologias até demonstrações explícitas da mais pura aversão. Trata-se de evidências sugestivas de outros aspectos de sua atuação pública e experiências pessoais cujos sentidos vão muito além daquilo que foi festejado e cristalizado na cerimônia cívica de Campos dos Goitacases em 1974.

As reflexões desenvolvidas aqui, portanto, desembocaram em uma interpretação da trajetória social de José do Patrocínio na qual história e

memória se constroem e se recompõem concomitantemente. Sobretudo porque a sua legenda “abolicionista” começou a ser forjada no calor da sua própria vivência ao longo da campanha contra a escravidão, sendo ele mesmo agenciador desta construção.

De qualquer forma, pode-se dizer que os esforços empreendidos em noticiar a morte de José do Patrocínio em 1905 foram os primeiros exercícios biográficos sobre sua atuação. Segundo as notícias Patrocínio morreu trabalhando. Era a noite de 29 de janeiro de 1905 e ele escrevia a sua crônica semanal para *A Notícia*, jornal onde se empregara depois de perder a *Cidade do Rio*. Tuberculoso, foi acometido por uma crise de hemoptise que acabou culminando com o rompimento de um aneurisma.¹⁵

Entre os textos publicados na imprensa carioca, quase ao calor dos acontecimentos, destaca-se um artigo na *Gazeta de Notícias* que se diferenciava de outros os quais lembravam e enalteciam unicamente a sua atuação na causa abolicionista.¹⁶ Segundo o articulista da *Gazeta* Patrocínio representava um talento nato para o trabalho no jornal. Em outras palavras, fora essencialmente “um homem de imprensa”, “um polemista” por excelência que aceitava “todos os adversários e a todos dava combate”.¹⁷ A campanha da abolição, assim, foi apenas a causa na qual seu talento se assinalou por mais tempo — conforme continua em seu texto.

¹⁵ Ver “José do Patrocínio”, *A Notícia*, 30 e 31 de janeiro de 1905 e “José do Patrocínio”. *Gazeta de Notícias*, 31 de janeiro de 1905.

¹⁶ Este aspecto é mais evidente nos artigos publicados imediatamente à morte de José do Patrocínio, entre os dias 30-31 de janeiro, pois são marcadamente biográficos.

¹⁷ “José do Patrocínio”, *Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1905.

Parecem ser duas, portanto, as imagens que disputavam lugar entre as homenagens prestadas a José do Patrocínio pelos seus contemporâneos. De um lado, estava a legenda do “grande abolicionista”, do mulato letrado que dedicou sua vida à libertação dos seus “irmãos de cor”.¹⁸ De outra forma, destacava-se o homem de imprensa, que deixava sempre a “marca de seu talento” fosse qual fosse a polêmica.¹⁹ Tal dicotomia fica mais evidente quando chega a representar-se nas duas comissões formadas para organizar os seus funerais: exatamente a “Comissão Central de Imprensa”, e a “Comissão Permanente da Confederação Abolicionista”. Da primeira faziam parte Dermeval da Fonseca, nosso velho conhecido, e Olavo Bilac; já na segunda estavam Serpa Jr. e Ernesto Senna.²⁰

Cada um dos grupos defendia para si o papel de portador de uma memória específica sobre José do Patrocínio a qual julgam ser a mais representativa de sua trajetória, ou seja, aquela que deveria ser oficializada para posterioridade. Nesta disputa, que é também política, a legenda abolicionista foi sem dúvida a grande vitoriosa.

Não só da palavra escrita e impressa, contudo, advém a força da legenda. A memória heróica de Patrocínio se recompôs e se fortaleceu em circunstâncias específicas, como os aniversários de nascimento e de morte, por exemplo, transformando tais datas quase em efemérides. O translado de

¹⁸ Ver por exemplo, “José do Patrocínio”, *A Notícia*, 30-31 de janeiro de 1905.

¹⁹ “José do Patrocínio”, *Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1905.

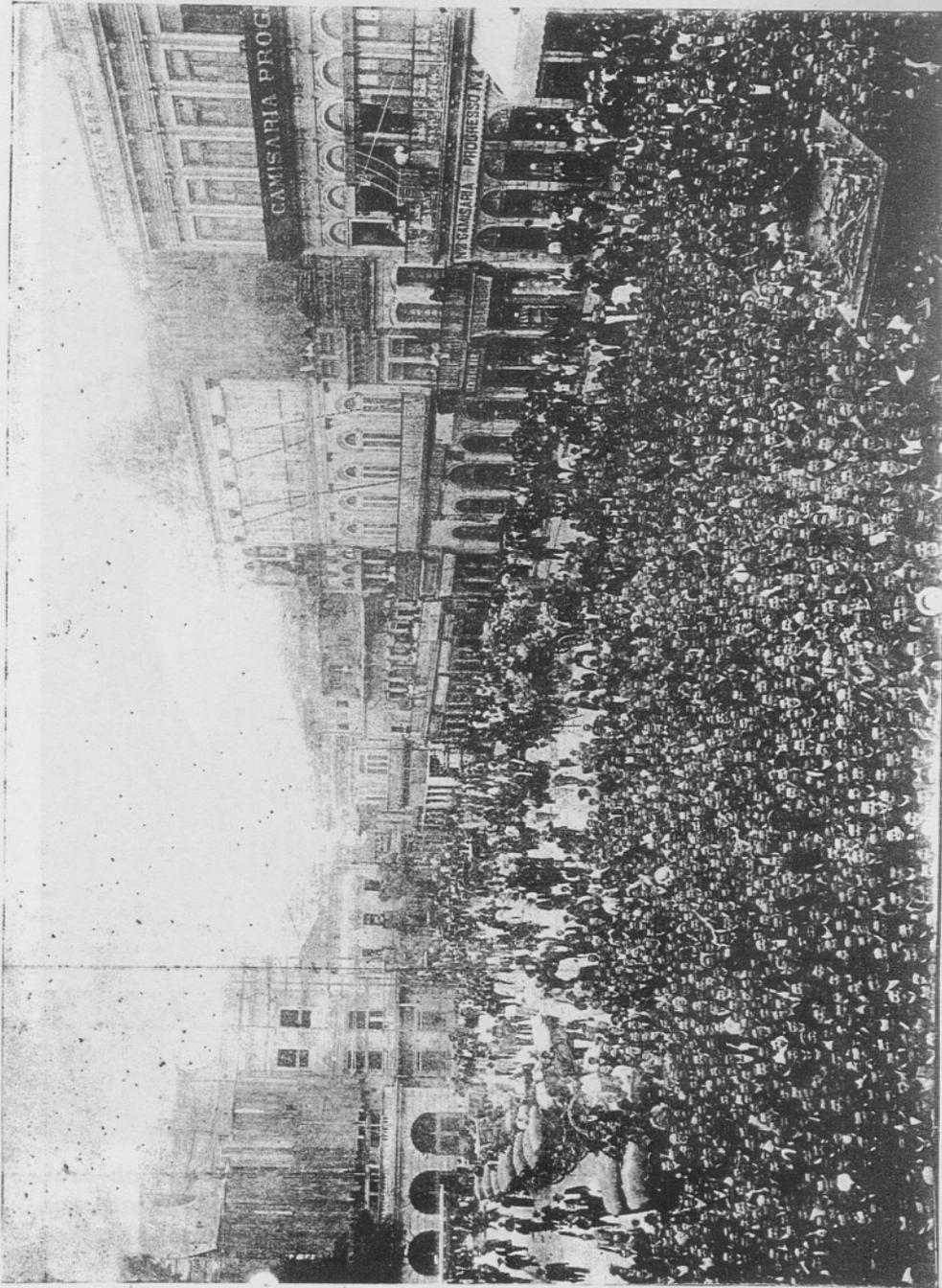
²⁰ Cf. “O círculo dos repórteres” e a Confederação Abolicionista”, *Gazeta de Notícias*, 31 de janeiro de 1905.

seus restos mortais para Campos em 1974 para comemorar o 13 de maio foi uma ocasião onde o poder público, na representação do Governo Federal, teve papel fundamental na cristalização de sua história e o que ela deveria representar para a posteridade.

Sempre em constante movimento de embates e acomodações, de lembranças e esquecimentos, a tessitura da memória encobre homens reais; homens que viveram num tempo próprio, no qual imprimiram sua ação e fizeram de suas histórias de escolhas, renúncias e conflitos uma experiência única.

José do Patrocínio, mulato, filho de um padre com uma escrava, nasceu bastardo num mundo regido pela instituição da escravidão e pelos preceitos da ciência racial e por todo tipo de desigualdade social advindos desse contexto. Ele viveu os preconceitos de seu tempo da forma mais cruenta, mediado pela constante tensão de um racismo ausente, mas latente — sobretudo no confronto com adversários. Patrocínio porém fez da cor de sua pele o próprio dispositivo que dava sentido a sua luta contra as diferenças que se impunham contra ele. A sua militância abolicionista imprimia um significado positivo à sua experiência de ser negro em meados do século XIX. Não por acaso, era essa a legenda ele se empenhava em manter para si. Não por acaso, foi essa a única memória possível de se cristalizar sobre ele.

OS FUNERAES DE JOSE' DO PATROCINIO



A passagem do preito em frente ao theatro S. José por occasião do discurso do Dr Raphael Pinheiro

O sahimento funebre do grande heróe da abolição, do grande jornalista, do genial orador—foi uma verdadeira apothese popular, um preito colossal á memoria de José do Patrocínio. O povo, na sua representação mais legitima, honrou o illustre morto, honrando-se com a manifestação dos seus sentimentos de gratidão e saudade.

O sabonete RIFGER e anti-septico e perrumado

Os funerais de José do Patrocínio foram apoteóticos. Esta foto de *O Malho* mostra o cortejo que passou pela Praça Tiradentes onde várias homenagens e discursos foram feitos. ("Os Funerais de José do Patrocínio". *O Malho*, 11 de fevereiro de 1905. p. 7)



José do Patrocínio, já envelhecido, posando para retrato tirado aproximadamente entre 1900-1905. (Biblioteca Nacional - Setor de Iconografia, coleção fotografias avulsas)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

1 — Fontes manuscritas

A — Processos comerciais e cíveis

Arquivo Nacional - AN

Ação de Liquidação: Maria Isabel Gonçalves Ribeiro x José Carlos do Patrocínio, 1882. 2ª vara do Juízo Especial do Comércio. (processo nº 2609, maço 344).

Ação de execução de Sentença: “Domingos Conde X José do Patrocínio, 1893”. Juízo da 1ª. Pretoria cível da Capital federal.

Ação de penhora executiva: José Augusto Laranja X José do Patrocínio, 1894. Juízo da 1ª. Pretoria Cível.

Ação de infração: Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal X “José do Patrocínio&Cia, 1895”, Juízo do Direito e do Comércio

Ação de Infração: Fazenda Municipal X José do Patrocínio&Cia, 1895”. Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal/ Juízo do Direito e do Comércio, outubro de 1895;

Ação sumária: “J. Moreira& Lúcio X José do Patrocínio& Cia, 1897”.

Processo de Infração: “Fazenda Municipal X José Carlos do Patrocínio, 1898”.

Ação de execução de sentença: “João M. da Costa Marques X José Carlos do Patrocínio, 1899”. Juízo da 5ª Pretoria, setembro de 1899.

B — Correspondências

Biblioteca Nacional – BN

Carta de José do Patrocínio a José Carlos Rodrigues, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1893. Setor de Manuscritos — Coleção José Carlos Rodrigues.

Carta de Olavo Bilac a Coelho Netto, Juiz de Fora, 27 de abril de 1894 e 7 de maio de 1894. Setor de Manuscritos — Coleção Coelho Netto.

Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

Carta de Guimarães Passos a Rui Barbosa, Buenos Aires, 24 de maio de 1894. Arquivo de Rui Barbosa — Série Correspondência de Rui Barbosa.

Carta de Pardal Mallet a Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 17 de março de 1892. Arquivo de Rui Barbosa — Série Correspondência Geral.

C — Registros e contratos comerciais consultados

Arquivo Nacional – Coleção Junta Comercial do Rio de Janeiro

“José do Patrocínio & Cia — 1887”

“Empresa Jornalística ‘Cidade do Rio’ — 1891”

“José do Patrocínio — 1893”

“Patrocínio & Cia — 1897”

D — Outros

Academia Brasileira de Letras

“Assentamento de Batismo de José Carlos do Patrocínio, 1853, mandando compilar da Paróquia de São Salvador, Diocese de Niterói, 1920.” – Coleção José do Patrocínio, manuscritos, Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras.

2 — Fontes impressas

A — Periódicos

Arquivo Edgar Leuenroth – AEL

A Notícia, 1905

A República, 1870 – 1871

A Rua, abril - julho de 1889.

Cidade do Rio, 1888 -1889; 1895; 1901.

Comédia Popular, 7 de setembro de 1877

Diário de Notícias, 15 de agosto de 1888.

Gazeta da Tarde, 1880; 1881 –1885

Gazeta de Notícias, 1875-1881; 1895-1896; 1905.

Jornal do Commercio, 1895

Kosmos, ano II, número 2, fevereiro de 1905.

Lábaro Acadêmico - periódico político e literário, 15 de abril - 30 de setembro de 1874.

O Besouro – folha ilustrada, humorística e satírica, 1878 – 1879.

O Combate, fevereiro – junho de 1892.

O Corsário - periódico crítico e literário, 1881- 1883

O Meio, agosto – dezembro de 1889.

O Mequetrefe, ano II, no.83, 1876

O Mosquito, 24 de julho de 1875.

O Paiz, 1888 -1889; 1892.

Os Ferrões, 1º de junho de 1875 – 15 de outubro de 1875.

Revista Ilustrada, 1888.

Vida Fluminense, 1875

Biblioteca Nacional

Cidade do Rio, 1893.

Jornal do Commercio, setembro-novembro de 1928.

O Malho, janeiro de 1905.

Academia Brasileira de Letras

A Notícia, Campos - RJ, abril - maio de 1874.

O Fluminense, Niterói - RJ, abril - maio de 1974.

Fundação Casa de Rui Barbosa

Don Quixote, 04 de maio de 1895.

B — Obras literárias e memorialísticas

COARACY, Vivaldo. *Todos contam sua vida*; Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1959.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

NETTO, Coelho. *A Conquista*; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985 (1899).

_____. *Fogo Fátuo*; Porto, Chardron, 1929 (1928).

_____. *O Morto*; Porto, Chardron, 1912 (1898).

MACHADO DE ASSIS. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Abril Cultura, 1971.

PEREIRA DA SILVA, J. M. *Memórias do meu tempo*. (organização, apresentação e notas de Célio Tasinafo) Brasília, Senado Federal, 2003. (1895).

QUEIROZ, Eça de, *Uma Campanha Alegre (artigos compilados de “As Farpas”)*; São Paulo, Editora Brasiliense, 1961. Coleção “Obras Completas de Eça de Queiroz”, organização de Augusto Pissarra.

REBOUÇAS, André. *Diário e Notas autobiográficas*. (texto escolhido e anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo). Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1938.

SENNA, Ernesto. *Rascunhos e Perfis*; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983 (1909).

C — Coletâneas e outros

BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio. Vol. XIX, 1892, Tomo III*. (Prefácio e revisão de Levi Carneiro); Rio de Janeiro, MEC, 1956.

Collecção das Leis do Império do Brasil, 1850.

CAMPOS, Humberto de. *Antologia da Academia Brasileira de Letras – trinta anos de discursos acadêmicos, 1897-1927*, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1947.

PATROCÍNIO, José do *Campanha Abolicionista – coletânea de artigos* (introdução de José Murilo de Carvalho; notas de Marcus Venício T. Ribeiro). Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1996.

II. BIBLIOGRAFIA

1- Biografias

CAMEU, Francolino e PEIXOTO, Arthur. *Floriano Peixoto. Vida e governo*; Brasília, UNB, 1983 (1925).

MAGALHÃES JR., Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969.

_____. *Olavo Bilac e sua época*; Rio de Janeiro, CEA, 1974.

_____. *Rui, o homem e o mito*; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. pp. 203-215.

NETTO, Paulo Coelho. *Coelho Neto*; Rio de Janeiro, Valverde Livreiro Editor, 1942

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição* (edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931).

2- Dicionários e obras de referência

Larousse Cultural, São Paulo, Nova Cultural Ltda, 1998.

Petit Larousse Universel, Paris: Larousse, 1914.

3- Bibliografia citada

AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Onda Negra, Medo Branco – o negro no imaginário das elites*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. “Abolicionismo e Memória das Relações Raciais”, in: *Estudos Afro-Asiáticos (26): 5 - 19*, setembro de 1994.

AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos Escravos – lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado. Campinas, IFCH – UNICAMP, 2003.

_____. *Orfeu da Carapinha – a trajetória de Luis Gama na imperial cidade de São Paulo*; Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: A trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH- UNICAMP, 2005.

BATALHA Cláudio Henrique M. “A Difusão do Marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, in: MORAES, João Quartim (org.)

- História do Marxismo no Brasil, Vol. II: Os Influxos Teóricos*; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão biográfica”, in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. “Com o coração nos lábios”, in: José do Patrocínio. *Campanha Abolicionista* (coletânea de artigos); Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro, 1996.
- _____. *A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- CAVALLINI, Marcos Cícero. *Letras Políticas: A crítica social do Segundo Reinado na ficção de Machado de Assis*. Campinas: Tese de Doutorado, IFCH - UNICAMP, 2005.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (org.) *A História Contada, capítulos de história social da literatura*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (org.) *História em Cousas Miúdas – capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.
- CHALHOUB, Sidney et al (org.) *Artes e Ofícios de curar do Brasil*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*; São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*; São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Nação, um lugar comum”, in: *Pátria Amada esquarterada*; São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico - Secretaria Municipal de Cultura, 1992. pp. 29-43.
- DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*; Bauru, São Paulo, EDUSC, 2004.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*; Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. “Crianças Escravas, Crianças dos Escravos”, in: *História da Criança no Brasil (org. Mary Del Priori)*; São Paulo, Contexto, 1999. pp.177-191.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As Idéias estão no lugar”, in: *Cadernos Debate* n° 1; São Paulo, Brasiliense, 1976.

_____. “Organização Social do Trabalho no Período Colonial”, in: *Revista Discurso*; São Paulo, n° 8, 1978.

GANDELMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia nos séculos XVI a XIX”, in: *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, set/dez. 2001, vol.8, no.3, pp.613-630.

_____. *Entre a cura das almas e o remédio das vidas – o recolhimento das órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a Caridade para com as mulheres (ca.1739-1830)*; Dissertação de Mestrado em História. Campinas, IFCH-UNICAMP, março de 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte. 1888-1889)”; *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro (21): 75-96, dezembro de 1991.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Mestiço, pobre, nevrospata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”, in: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz [CD-ROM]*; Associação Nacional de História ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005 .

HÉBRARD, Jean. “Esclavage et Denomination: imposition et appropriation d’un nom chez esclaves de la Bahia au XIX^e. siècle”, in: *Carrier du Brésil Contemporain*, 2003, no.53/54, p.31-92.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

_____. “Tiradentes e a nação esquartejada”, in: *Pátria Amada esquartejada*; São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico - Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”, in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da História Oral*; Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição, 2001.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro, 1880-1888*; Tese de Doutorado em História. São Paulo, FFLCH/USP, 1991.
- MAGALHÃES JR., Raimundo *O Império em Chinelos*. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Editora Civilização Brasileira, 1957.
- MATTOS, Hebe Maria *Das Cores do Silêncio — os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, séc. XIX*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Evaristo de Moraes: justiça e política em arenas republicanas (1887-1939)*; Tese de Doutorado em História Social, Campinas: IFCH-DH, agosto de 2004.
- MEYER, Marlyse. “Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica”, in: *A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986 (1924).
- NEDELL, Jeffrey D. Needell. *Belle Époque Tropical - Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*; São Paulo, Companhia das Letras, 1993(1987).
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República*; São Paulo: Sette Letras, 1997.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras*; Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, Divisão de Editoração, 1994.
- _____. *Sonhos de Conquistador. Uma biografia de Coelho Netto*. Campinas, 2000. (mimeo).
- RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”(1883-1886)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

RODRIGUES, João Paulo C. S. *A dança das cadeiras – literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1897-1913)*; Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

_____. “A Geração Boêmia: Vida Literária em Romances, Memórias e Biografias”, in: CHALHOUN, Sidney e PEREIRA, Leonardo (org.) *A História Contada – capítulos de História Social da Literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

SANTOS, Joel Rufino dos. “O caso do jornalista Apulco de Castro”, in: *Anais da Biblioteca Nacional – Abolição & Abolicionismos*, Rio de Janeiro, vol. 116, 1996. (volume publicado em 1999).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*; São Paulo, Companhia das Letras, 2000 (1993).

SCHWARTZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”, in: *Ao vencedor as batatas*; Rio de Janeiro, Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2000 (1977).

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser em modos de ver: escravos africanos e viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)*. Texto apresentado ao exame de qualificação para tese de doutorado em História Social. Campinas, dezembro de 2005. (mimeo)

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão - tensões sociais e criação cultural na primeira república*; São Paulo, Brasiliense, 1995 (1983).

SILVA, Ana Carolina Feracin. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos na primeira República, 1889-1895*, Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas; IFCH-UNICAMP, fevereiro de 2001.

_____. “Entre a pena e a espada: literatura e política no Governo Floriano Peixoto – uma análise do jornal *O Combate* (1892)”, in: *Cadernos AEL, Vol. 9, n° 16/17: Literatura e Imprensa no século XIX*; pp. 135-180. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, primeiro e segundo semestre de 2002.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “*Negregada Instituição*”. *Os Capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*; Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck . *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

TASINAFO, Célio. *A Obra do Presente e do Futuro: alguns significados da proposta abolicionista/reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)*; Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH- UNICAMP, 2001.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os Aprendizes da Guerra”, in: *História da Criança no Brasil.. História da Criança no Brasil* (org. Mary Del Priori). São Paulo, Contexto, 1999

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical – História Cultural e Polêmica Literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

WINOCK, Michel . *O século dos intelectuais*.Rio de Janeiro, Bertrand, 2000.

Anexos

José do Patrocínio. “Uma Explicação”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

“Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias.

Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintar-me como chaga mais cancerosa da nossa sociedade.

Até certo ponto a guerra satisfaz a minha vaidade. À proporção que a calúnia se torna mais furiosa, sinto crescer em torno do meu humilde nome a estima pública fortalecer-se a dedicação dos meus amigos.

Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido à causa da abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria.

Passo a citar fatos.

Perguntam-me como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa.

Vamos a explicações.

Comecei minha vida como quase servente, aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa de Misericórdia, em 1868.

Tinha então 13 para 14 anos. O Diretor do Hospital da Misericórdia, Dr. Christovão dos Santos, hoje morto, empregou-me por me achar original. Não lhe levei empenho.

Do meu procedimento aí pode dar notícias o ilustrado professor da Faculdade de Medicina, Dr. Souza Lima, então vice-Diretor.

Sai do Hospital da Misericórdia, quando a farmácia passou às mãos das irmãs da Caridade.

Nesta ocasião, eu teria ficado sem casa e sem pão, se neste momento não intervesse a proteção do Sr. conselheiro Albino de Alvarenga, hoje vice-diretor da Faculdade de Medicina, a quem beijo as mãos publicamente.

Tendo-me conhecido em Campos, segundando a estima que sua virtuosíssima mãe me dedicava, o meu bom protetor, a quem nunca tive sequer ocasião de dizer publicamente obrigado, empregou-me na casa de Saúde do Sr. Dr. Batista dos Santos, hoje barão de Ibituruna.

Este novo protetor cobriu-me de das maiores finezas, fortaleceu-me com o seu exemplo de independência.

Ele poderá atestar, ou desmentir o que digo. Fui sempre trabalhador, mas sempre ativo.

Desde 1868 comecei a estudar.

Ganhava, em 1868, a quantia de 2\$ por mês, de *ganchos*, como chamávamos em nossa gíria, isto é, de plantões que fazia aos domingos pelos meus companheiros.

Tinha também 16\$, de mesada, que me era dada pelo vigário de Campos, que não me perfilhou, mas que toda a gente sabe que era meu pai.

Quando saí da Misericórdia, perdi a mesada. Toda esta parte da minha vida é bem conhecida do conselheiro Albino de Alvarenga.

Mas disse que comecei a estudar. Com que recursos? Com os da bondade extrema do meu exemplar mestre e amigo o Dr. João Pedro de Aquino que, de graça, franqueou-me o seu externato, onde estudei não só os preparatórios para a farmácia, mas os exigidos para o curso médico.

O desapego evangélico do meu mestre formou o meu caráter. Se fui bom ou mau estudante, sabe-o ele; se fui alguma vez apontado como um desmoralizado, ele poderá atestar.

Deixando a Casa de Saúde altivamente, quando o Sr. barão de Ibituruna, meu honrado amigo, não o queria, fui morar para uma república de estudantes, onde, tinha amigos e onde não pagava coisa alguma. Desta república faziam parte o Sr. Dr. Martins Costa e o oficial de marinha Campos de Paz, meus amigos, que podem desmentir-me.

Entrando para a Faculdade de Medicina , como aluno de farmácia, recebi da sociedade beneficente um auxílio pecuniário de 20\$000. Por outro lado eu tinha alguns alunos de primeiras letras e sobretudo recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Calado.

Assim vivi durante três anos, até que em 1874 conclui o curso de farmácia.

Catão Calado retirou-se então para Santa Catarina e eu fiquei só nesta corte, com uma carta de farmácia, que só podia se alugada por 30\$ ou 40\$, visto como não tinha dinheiro para estabelecer-me.

Resolvi morrer de fome: não alugaria o título que me custou tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias, até então experimentadas. A minha carta de farmácia tinha três distinções dadas por Moraes e Vale, Domingos Freire, Ezequiel Corrêa dos Santos, Pizarro, Peçanha, Souza Lima e Martins Teixeira.

Foi nesta difícilima conjuntura que me apareceu o meu condiscípulo do Externato Aquino, João Rodrigues Pacheco Villanova e me convidou para passar um dia em sua casa.

Fui e aqui começa a segunda parte da minha vida.

A noite quis retirar-me. A família de João Villanova insistiu para que eu ficasse, fiquei e vi surpreendido que o quarto que me deram para dormir estava mobiliado com o que me pertencia!

João Villanova de acordo com sua santa mãe também, e com seu padrasto, o meu bom amigo e sogro, capitão Emiliano Rosa de Senna,

havam feito a mudança do que era meu para o seu domicilio e pediram-me como um favor que eu ficasse residindo ali.

Para mascarar a esmola que me faziam, convidaram-me para ser professor dos seus filhos.

Destas relações nasceu a estima entre mim e minha mulher, filha dos dois honrados velhos.

Em 1877 entrei para um jornal que há na rua do Ouvidor em frente à rua Nova do Ouvidor.

Se o ódio pode dar lugar a justiça, d'aí desse ninho de inimigos meus pode sair as palavras de justiça pelo trabalho de um rapaz, que enquanto foi aí empregado nunca recebeu advertências dos seus patrões, foi honrado com a máxima confiança de um deles, merecendo até a distinção de ensinar pelo método João de Deus a sua inocente filhinha.

Em 1881 deixei este jornal. Porque?

O momento não é oportuno, mas esta história será publicada, com os documentos necessários.

Eu já era casado e meu sogro, o capitão. Emiliano Rosa de Senna, proprietário da face edificada da rua Imperial Quinta em S. Christovão, proprietário de prédios e terrenos na praia Formosa, pôs à minha disposição a quantia de 15:000\$ para comprar a *Gazeta da Tarde*, que acabava de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes.

Devo confessar que encontrei a empresa no maior grau de depressão financeira. A tiragem real era de 1.900 exemplares.

Começou, pois, no dia 15 de agosto de 1881 a terceira fase da minha vida.

O meu desastre parecia infalível e sê-lo-ia, se meu sogro não viesse em auxílio da minha coragem.

Pedi logo no segundo dia da minha entrada para a *Gazeta da Tarde* três contos de réis emprestados, ao finado sócio comanditário da empresa Augusto Ribeiro, para reformar o material e custear a casa sem dever aos meus empregados.

Com uma tiragem de 1.900 exemplares, como fazer face a despesa?

Em dezembro o meu *déficit* era de 10 contos de réis e para maior desgraça o meu sócio comanditário, que possuía um quinhão de cinco contos, acabava de morrer.

Meu sogro deu-me o necessário para pagar as minhas dívidas, fazendo transações com nosso amigo Galdino José de Bessa. Providencialmente a tiragem da *Gazeta* começava a subir.

Fiado nesta ascensão gradual que em janeiro dava já o algarismo de 4.000 exemplares, eu comecei a querer dar maior desenvolvimento à folha.

Para isso, porém, era preciso um sócio, que não impossibilitasse o desenvolvimento, que eu pretendia dar-lhe. Aceitei, pois, o oferecimento que me fez a Exma. Sra. D. Francisca de Oliveira e recebi de suas mãos cinco contos de réis, com que reformei em parte as máquinas da tipografia.

A sociedade não se realizou, porém, porém, e eu assinei uma letra daquela quantia, que foi paga no dia do seu vencimento por meu sogro, que para isso retirou do Banco do Brasil a quantia necessária.

Não é possível dar minuciosamente todas as informações uma a uma.

Devo, porém, ao público, o nome das pessoas com que tive relações: são estes cavaleiros, os meus amigos Dr. José Américo dos Santos, Manoel ribeiro, Antônio Justianiano Esteves Jr. Dr. André Rebouças, Dr. Ubaldino do Amaral, comendadores Moreira Filho, Martins Pinho, João José dos Reis & Comp., Luís ribeiro Gomes, visconde de Figueiredo, Luiz A. F. de Almeida e a diretoria do Banco do Comércio.

A todos estes recorri, pedindo crédito e obtendo-o, satisfiz os meus compromissos, de modo que se evidenciava o meu trabalho e o meu sacrificio.

Além disso tenho relações com diversos negociantes desta praça, e todos eles sabem que tenho sabido honrar meu crédito.

Resultado final:

A *Gazeta da Tarde* foi ganhando em crédito comercial, tanto quanto ganhava em circulação.

As suas colunas foram honradas sempre com anúncios de muitas casas comerciais, a sua tiragem, começando, há três anos, com 1.900 exemplares, sobe hoje à cerca de 12.000 exemplares, como média.

A empresa, pode levantar, mercê de Deus, a cabeça, segura dos seus destinos, pronta a satisfazer a todos os seus compromissos.

Podia eu ir à Europa?

Respondam agora os meus caluniadores.

Para saberem a origem do dinheiro, que gastei, dirijam-se ao meu bom amigo comendador Luiz A. F. de Almeida, que me deu uma carta de crédito para a casa C. de Almeida & C., crédito aberto com o máximo desinteresse à *Gazeta da Tarde*.

Além deste, pode informar a casa Gallien & Price, que tem com essa empresa um contrato de anúncios, e da qual saquei, sobre minha conta, o dinheiro para dar o banquete que tanto irritou os meus caluniadores.

Vê-se, pois, que a vida da *Gazeta da Tarde* e do seu proprietário é honrada e limpa.

Vem da fonte que criou outros jornais – o povo, o nosso grande comanditário.

Segundou-a o desinteresse dos meus companheiros de trabalho, que se sujeitaram a ordenados insignificantes, certos de que a prosperidade futura da *Gazeta* os indenizaria.

Nesta grande obra fui eu quem menos trabalhou comercialmente.

A *Gazeta* deve o que é ao esforço heróico, ao desassombro estóico, ao tino miraculoso do seu gerente João Ferreira Serpa Júnior, hoje meu interessado.

Grande parte das relações comerciais, que sustentaram meu crédito, foram estabelecidas por ele, que responde à calúnia com a escrituração da nossa casa, que pode ser exibida quando quiserem, como documento das nossas palavras.

Em resumo:

O que tenho é produto do meu trabalho, escudado na cooperação dos meus amigos.

Sei que a prosperidade da *Gazeta* causa inveja.

Trabalhem os meus detratores e terão o mesmo resultado.

Sejam honrados e terão o mesmo apoio.

Esta longa exposição tem por fim unicamente responder de uma vez por todas aos insultos, com que tentam amedrontar-me.

Não fui à Europa divertir-me, fui tratar da minha saúde.

Os médicos clínicos desta corte Drs. Gaudie Ley, Pizarro, Joaquim Rosa, Alfredo Ramos, Daniel de Almeida, meus amigos, trataram-me.

O meu dedicado e íntimo amigo Dr. Campos da Paz viu-me por duas vezes às portas da morte.

E assim ficam respondidas as infames calúnias.

Eu sinto realmente não ter podido dar a meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto.

Desculpem-me esses senhores, se eu vivo com a cabeça alta e curado do meu figado.

O pecúlio que eu como é o do trabalho e da honra, a *Kermesse* que me sustentou na Europa foi o tino e a dedicação dos meus companheiros de trabalho e dos meus amigos do comércio a quem abraço daqui afirmando-lhes que sempre fui, sou e que serei digno deles.

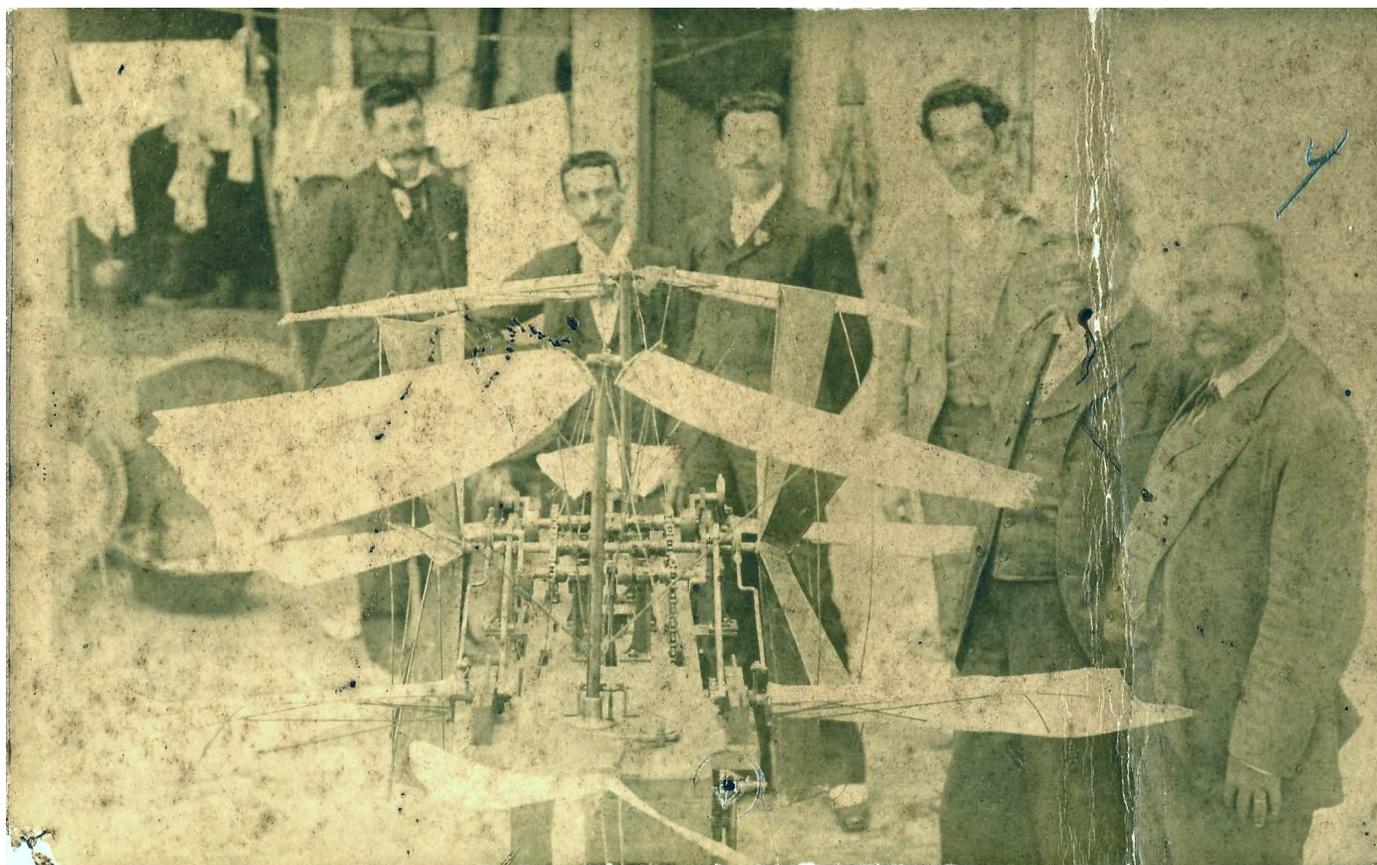
JOSÉ DO PATROCÍNIO.

P. S. Chamarei à responsabilidade todos os artigos injuriosos e caluniosos e não admito mais retratações senão diante dos tribunais.

J. P.”



“José do Patrocínio e o balão dirigível - o ‘Santa Cruz’. s/l; s/d. Autor do retrato: Barros Cobra, fotógrafo amador. Patrocínio está no centro, entre os dois homens; Olavo Bilac é o último, posando de perfil. (Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, Arquivo Olavo Bilac)



Da esquerda para direita: dois homens não identificados, Olavo Bilac, Guimarães Passos, homem não identificado, e José do Patrocínio posando frente ao que parece ser as engrenagens do balão dirigível Santa Cruz. s/1, 1908. (Arquivo da Academia Brasileira de Letras, Coleção Olavo Bilac).